# JULIANA MACHADO

Oito histórias sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos

# O MEL E O SANGUE

PROJETO GRÁFICO
Fábrica Produções Gráficas LTDA. EPP.

DIAGRAMAÇÃO
Alessandro Grangeiro

CAPA
Alessandro Grangeiro

IMAGEM DA CAPA
http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=view&id=856618

**Em memória de Marcelo Dantas Marinho, professor, grande amigo. Saudades.**

# ÍNDICE

Capítulo 1
**A Declaração ---------- 7**

Capítulo 2
**O eu, os outros----------19**

Capítulo 3
**O homem não edificado ----------37**

Capítulo 4
**Cálice quebrado ----------59**

Capítulo 5
**112, menos um----------83**

Capítulo 6
**A Hégira ---------- 105**

Capítulo 7
**A caminho de casa ---------- 127**

Capítulo 8
**A cor da meritocracia ---------- 147**

Íntegra
**Declaração Universal dos Direitos Humanos -- 169**

CAPÍTULO 1

# A Declaração

**Artigo I**

*Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.*

**Artigo XVIII**

*Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.*

**Artigo XXX**

*Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.*

*"No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo".*
*------- "Cartas da prisão", de Rosa Luxemburgo*

16 de fevereiro de 1946. O Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) determinou que uma Comissão de Direitos Humanos fosse criada para desenvolver um documento que deveria ser visto como um tratado ou uma convenção internacional. Deveria ser ele uma reunião de elementos que abordassem o respeito aos direitos humanos e tratassem também de sua violação.

Por trás da criação desse documento, estava a guerra. Entre os anos de 1939 e 1945, as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente o episódio que ficou conhecido como Holocausto – onde milhões de judeus e outros grupos foram exterminados pelo regime nazista da Alemanha –, pressionaram organismos internacionais, como as Nações Unidas, a dar as principais diretrizes e princípios sobre o significado da preservação da dignidade humana. O resultado do trabalho foi apresentado no dia 10 de dezembro de 1948, quando foi aprovada, em assembleia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir dali, outras convenções sobre

o tema foram aprovadas, funcionando como uma extensão de aspectos considerados relevantes nas questões sobre dignidade humana e que, de algum modo, não foram contemplados no documento de 1948.

O texto da Declaração promoveu um resgate dos ideais supremos da Revolução Francesa – a liberdade, a igualdade e a fraternidade – tal como pode ser visto logo no artigo I. Assim, o mesmo documento que constitui um marco daquela época para a determinação de novos mecanismos para identificação dos direitos humanos no mundo tinha suas próprias limitações ideológicas. "Ela [a Declaração] tem uma pretensão universal. A concepção é de que não é possível imaginar o Estado se não na finalidade de realizar aqueles direitos fundamentais dentro da sociedade. Mas eles [os artigos] são muito datados, não à toa outros documentos surgem depois", afirma Luiz Armando Badin, advogado e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Ele exemplifica a continuidade da Declaração de 1948 na figura de outros documentos citando o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. "Isso está publicado no Brasil como direito interno, ou seja, vale aqui como lei. E o pacto é simplesmente um desenvolvimento da Declaração Universal. Ele afirma e detalha princípios da Declaração, ela é o alicerce dele".

Baseando-se nos artigos do documento de 1948, a ONU adotou três convenções internacionais posteriores: a regulação dos direitos políticos das mulheres, em 20 de dezembro de 1952, o consentimento para o casamento, assim como seu registro, em 7 de novembro de 1962, e a eliminação da discriminação racial, em 21 de dezembro de 1965. É a partir desse momento que as liberdades tradicionais definidas na Declaração para proteção da dignidade humana se estendem a novos setores.

Badin, que também foi secretário de Assuntos Legislativos e dirigiu a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça entre os anos de 2003 e 2006, lembra ainda que a Declaração, por ter

sido criada logo após a queda do regime totalitarista na Alemanha, é "o oposto simétrico" das práticas degradantes daquele período. Isso atribui ao documento um aspecto datado ainda mais forte. "A Declaração segue uma tradição em matéria de direitos fundamentais de enunciar de maneira solene os aspectos para a preservação da dignidade do ser humano, é bastante específica tendo em vista o momento em que ela foi criada. Mas é importante lembrar que todos aqueles artigos procuram estabelecer quais condições devem ser essenciais na vida das pessoas, sem as quais elas estariam feridas em sua humanidade".

O advogado também afirma que a importância da Declaração está em sua pretensão de anunciar um projeto para o futuro que não se limita a seus elementos políticos e ideológicos; pelo contrário, constitui de fato avanços políticos que, agora, demandam práticas. "Aqueles artigos não são só descobertas da razão, são conquistas políticas que reagem a uma ordem totalitária de um período. Mas os artigos estão todos descritos, afirmados. O momento hoje é de realização efetiva".

Carlos Gilberto Pereira, ex-militante político e metalúrgico, foi preso político da ditadura militar no ano de 1969 e presidiu a ONG Tortura Nunca Mais, que atua na promoção de temas ligados à denúncia e combate à tortura e também na defesa dos direitos humanos. Hoje, é conselheiro nacional por São Paulo do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Para ele, uma perspectiva "neoliberal", alinhada aos países do ocidente, não pode ser descartada quando se fala na Declaração de 1948. Isso, porém, não retira do documento a sua importância por ter sido o primeiro a estabelecer com firmeza quais aspectos estão inseridos na discussão sobre direitos humanos e sobre a preservação da dignidade humana. "Todas essas coisas estão em movimento. O princípio básico está correto, mas a atualização, a renovação de cada um dos artigos [da Declaração] é diária, feita nas ações dentro da sociedade".

Por essa razão, Pereira prefere apostar na educação e na formação social em direitos humanos, para além da alteração nos elementos da Declaração ou da inserção de novas regulamenta-

ções. É preciso que o tema direitos humanos seja amplamente difundido, compreendido, discutido e ensinado, antes de tudo. "A atualização da Declaração é mais um resultado de um trabalho prático. Direitos humanos é aquilo que se pratica, todos os dias. É muito além do que está escrito. A importância do documento está no fato dele ser uma diretriz estratégica, que orienta – ou que deveria orientar – práticas cotidianas, não só de governos, mas também de pessoas".

Foi apenas após o término da Segunda Guerra Mundial que os contornos do impacto dela começaram a ser revelados de fato. Entretanto, os abusos de poder cometidos pelas potências ocidentais durante a guerra, entre elas os Estados Unidos, pouco foram observados quando da redação da Declaração, especialmente porque essas potências foram as responsáveis pela criação do documento. Além disso, quando ele foi apresentado, nem todas as nações partilhavam dos elementos colocados ali. Embora não tenham sido contabilizados vetos à aprovação do texto, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Ucrânia, a então Tchecoslováquia e Iugoslávia, a Polônia, a Arábia Saudita e a África do Sul abstiveram-se de votar. Desse modo, é possível afirmar que questões de cunho político interferiram também na aceitação plena, por parte dos países, dos aspectos que passaram a identificar a dignidade humana.

Ao demonstrar a gênese dos direitos humanos na história da humanidade no livro *A afirmação histórica dos direitos humanos*, Fábio Konder Comparato aponta que a Declaração não tem força de lei; é tomada como uma recomendação das Nações Unidas a seus membros, que devem garantir que os direitos humanos sejam respeitados, especialmente tomando por base os elementos colocados naquele documento. Os direitos citados na Declaração, porém, são contemplados nos princípios jurídicos internacionais mais expressivos, de modo que o documento em si pode ser visto como uma recomendação, mas suas disposições encontram-se espalhadas em outros instrumentos de regulamentação legal.

No caso do Brasil, a atual Constituição Federal, datada de 1988, já inclui elementos trazidos na Declaração. Segundo

Badin, isso ficou ainda mais expresso a partir de 2004, quando a Emenda Constitucional número 45 incluiu no artigo 5º da Constituição, no parágrafo terceiro, a equivalência dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos como emendas constitucionais quando forem aprovados "em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros". No âmbito dos tratados internacionais, a Constituição também passou a determinar que o Brasil "se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão". "Há, sim, força jurídica. A verdade é que isso ficou mais claro com a emenda [constitucional] de 2004. A redação original não era tão categórica. Na reforma do judiciário, a Constituição ficou mais explícita. E na jurisprudência do Supremo [Tribunal Federal, o STF], isso ficou mais claro, porque foi recentemente incluído na ordem interna", afirma Badin.

Ainda a despeito da questão do espelhamento da Constituição do Brasil na Declaração Universal, Badin cita a liberdade de imprensa, afirmada em ambos os documentos e que se baseia na democracia para sua plenitude. "Se eu não tiver o direito de ser informado sobre o mundo, isso fere a minha dignidade. Esse direito à informação e à circulação livre da informação está no Pacto de 1966, está na Declaração e está na Constituição".

Bia Barbosa, jornalista pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em direitos humanos pela faculdade de Direito também da USP, concorda com a relação entre os direitos e a democracia e admite, nesse caso, que o jornalismo é dotado de uma responsabilidade em relação à veiculação da informação exatamente em função da existência do direito à liberdade de imprensa. Essa responsabilidade está vinculada não apenas à apuração das informações distribuídas, mas também à forma como os conteúdos são abordados. "A cobertura jornalística de direitos humanos deve ser relacionada primeiramente a uma cobertura plural, que dê voz a outros setores da sociedade, e, em segundo lugar, mas não menos importante, ao modo como esses temas são trabalhados no

sentido de promover aqueles direitos. A primeira questão é entender que os diretos humanos estão inter-relacionados, ou seja, não existe um direito mais importante do que outro. Para serem efetivos, todos eles devem ser assegurados em igualdade".

Em sua tese de mestrado em gestão e políticas públicas, feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ela estuda a relação entre as políticas públicas brasileiras e as violações de direitos humanos cometidas em conteúdos veiculados pela televisão, buscando entender como o Estado lida com essas questões. Nesse caso, para além do próprio jornalismo, Barbosa aborda a programação de modo geral, incluindo programas de entretenimento, como novelas. Por isso, a conclusão a que a jornalista chega é que, não apenas o jornalismo, mas a própria comunicação, de modo geral, é dotada dessa mesma responsabilidade em relação àquilo que comunica. "Quando uma concessão pública, como é a televisão, assim como qualquer outra mídia, traz conteúdos racistas, homofóbicos e com outros tantos tipos de violência, ela está não apenas deixando de promover valores de direitos humanos, mas também se aliando às violações".

Para contornar esse cenário, ela defende a adoção de normas que desestimulem práticas de violação dentro da mídia e, principalmente, uma formação profissional nas faculdades que inclua o ensino sobre direitos humanos. Aos críticos que analisam as normas como práticas de censura, a jornalista afirma que se trata de uma distorção. "Se, na vida real, eu pratico uma violação e posso responder por ela, por que na mídia isso seria diferente? Censura é ato a priori de proibir que a mídia veicule determinados conteúdos, mas, no caso, estamos falando de conteúdos que já foram veiculados e que violaram direitos. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, que também são direitos humanos, existem para que os grupos da sociedade possam exprimir sua opinião e criticar livremente. Isso não pode se confundir com atos que se associem à violência e às violações".

Ainda sobre a questão da cobertura jornalística de direitos humanos, Barbosa avalia que ela é, muitas vezes, restrita a questões internacionais, como conflitos de guerra, ou é relacio-

nada apenas às questões sobre violência, como a atuação da polícia. Em ambos os casos, trata-se de uma diminuição de um alcance muito mais amplo dos direitos humanos. Tomando-se apenas a Declaração de 1948 como referência, são muitos os temas que poderiam ser abordados como direito humano e, no entanto, são esquecidos. "Não se trata de ver essas questões ligadas à violência como menos importantes. Pelo contrário: trata-se de atribuir a mesma importância quando lidamos com outras questões que não relacionamos imediatamente aos direitos humanos. Ao fazer uma cobertura sobre habitação, saúde e educação, por exemplo, dá para destacar tudo isso enquanto direitos e não apenas como questões de ordem judicial. É preciso ver direitos humanos como um conjunto de aspectos interdependentes e de igual peso. Um não existe sem o outro". Profissionalmente, ela mesma já teve a experiência de trabalhar em torno dessa perspectiva. Entre 2003 e 2006, atuou como editora da seção especializada sobre direitos humanos da Agência Carta Maior, onde buscou orientar a cobertura jornalística de modo a ampliar a perspectiva sobre o tema.

Quando a mídia deixa de atuar ou refletir sobre esse sentido mais amplo do tema, na visão de Barbosa, ela contribui para o reforço de estereótipos e abandona, em parte, um pouco do próprio direito que o cidadão tem de ser informado. Um problema grave é quando ela reforça preconceitos, como a ideia de que direitos humanos existem para defender bandidos. A outra questão é quando ela aborda o tema em situações específicas e deixa de fazer o mesmo com outras questões. Para os dois casos, a jornalista defende uma mudança. "Para o primeiro, é preciso ter uma resposta de ordem jurídica. Para o segundo, estamos falando de melhorar a formação profissional, evitar essa visão estreita [sobre direitos humanos], que rebaixa alguns temas".

Esse livro surge a partir de todas as perspectivas acima elencadas. Ele é a experiência que busca cruzar responsabilidade, profissionalismo e aprofundamento sobre direitos humanos

a partir de oito histórias relacionadas à Declaração Universal e ao lado de entrevistas e dados que possam contribuir para a identificação da importância dos temas abordados. *O mel e o sangue* busca, assim, ser ele mesmo um jornalismo baseado na perspectiva humana dos fatos, dando mais espaço para que fontes possam se tornar personagens de suas próprias narrativas, reunidas aqui na forma de reportagens humanizadas e em torno da ideia de que a construção jornalística dos fatos passa pela também pelo próprio afeto.

**Artigo II**

*Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*

CAPÍTULO 2

# O eu, os outros

**Artigo III**

*Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.*

**Artigo XVI**

*1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer retrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.*

*2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.*

**Artigo VII**

*Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.*

*Guilherme Rodrigues, 25*

*"É patente que essa total liberdade, justamente porque não comporta graus, diz respeito igualmente a cada homem. Ou antes [...], é patente que todo homem é liberdade. [...] Um homem não pode ser mais homem que os outros, porque a liberdade é do mesmo modo infinita em cada um."*
*------- Trecho de "Situações I", de Jean-Paul Sartre*

Sobre uma mesa na sala do apartamento de Guilherme Rodrigues, 25, contei uma revista Veja, uma revista Época e um livro de capa laranja, o Toda Poesia, de Paulo Leminski. A Veja número 2316, edição daquela semana do dia 10 de abril de 2013, trazia na capa a cantora Daniela Mercury e sua esposa, a jornalista Malu Verçosa, que revelaram publicamente o relacionamento vivido por elas. Na capa, ambas apareciam abraçadas e sorrindo, sob a chamada "Casamento gay – A cantora Daniela Mercury apresenta sua esposa e faz da união homossexual uma questão inadiável no Brasil". A capa da Época número 776, edição daquela mesma semana, trazia a imagem divulgada por elas no aplicativo para postagem de fotos Instagram, em que apareciam juntas. A bandeira com as cores do arco-íris, símbolo do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT), coloria a foto, sobre a qual vinha a chamada: "Com a bandeira gay – Daniela Mercury transforma em protesto político o ato de assumir seu lado homossexual".

Quando Guilherme decidiu assumir a sua homossexualidade, ele também sabia que isso passaria por assumi-la para si mesmo e para os outros. Esse evento não tem data. Ele nunca se recordou de algum momento na vida em que teve problemas para admitir que era gay. Para si mesmo, assumir não era um problema.

Em relação aos outros, assumir significava permitir-se andar na rua, conviver e viver um romance com uma pessoa do mesmo sexo, como qualquer casal, algo que ele temia justamente em função da reação de outras pessoas, especialmente das mais próximas. Nesse caso, o maior problema era exatamente aquele para o qual os pais deles disseram que ele teria que "se preparar": o preconceito. "Desde que você é pequeno, você aprende que [a homossexualidade] é algo que você nem deve falar. A gente cresce sem saber direito o que é isso, mas tendo certeza de que está errado".

À época em que era estudante da Universidade de São Paulo (USP), onde cursou Literatura, não teve maiores problemas nesse sentido. Ali, sentiu-se mais confortável para viver sua homossexualidade de forma mais independente da relação que as outras pessoas estabeleciam com o tema. Entretanto, Guilherme admite que isso só aconteceu porque os grupos de amigos que ele passou a ter eram mais receptivos com a questão da homossexualidade. "Não é que não existia homofobia, ela existia, mas eu convivia com um grupo que tinha maior abertura para isso, onde eu pude ser eu mesmo. Todo meu período de colegial eu passei sem assumir isso publicamente. Eu só fui me assumir publicamente durante a faculdade, por causa do ambiente diferente. Eu me senti mais confortável".

Guilherme vê a adolescência como uma fase onde padrões do que é normal e do que não é estão se consolidando, padrões que ele passou a negar para sua própria vida. Por negá-los, aquela época do ensino médio por vezes tomava a forma de enfrentamento. "Quando meus amigos falavam sobre homossexualidade na escola, era de uma forma muito hostil. Eu não participava disso. Eles estavam se afirmando por imposi-

ção, reproduzindo a ideia do que é ser 'o homem', ser 'o macho'. E a posição que eu ocupava dentro da escola era 'a menininha', 'a bichinha', porque eu não gostava dos comportamentos 'do macho'. Dar em cima das meninas, aquele jeito agressivo de dar em cima, isso tudo me incomodava muito. Eu comecei a me afastar e isso era um sinal de que eu não fazia parte daquele grupo. Aos poucos, isso foi se aprofundando cada vez mais".

Um dia, após uma aula de educação física, ele relembra a cena em que vários meninos do primeiro ao terceiro ano do ensino médio começaram chamá-lo de "bicha", em coro. Na fila para comprar o lanche, a única reação que ele teve foi ficar de costas, ignorando os gritos, fingindo que não era com ele. "Só que é impossível fingir! Está direcionado a você, você vira um foco ali. Foi um dia em que eu perdi o chão. Eu fiquei dizendo para mim mesmo que eles eram um bando de idiotas. É mais ou menos assim que você começa a se defender, que também é infantil, no fim das contas. Mas aquilo tinha me destruído. Eu ficava pensando: como eu vou encarar isso de novo? Como eu vou para a escola de novo? Você fica nessa tensão, pensando quando é que você vai passar por aquilo outra vez".

Em casa, queria contar para os pais, mas não conseguia; na escola, era hostilizado. A conclusão a que ele chegou depois de tudo isso é que a experiência da homossexualidade é dolorosa e silenciosa, que levou inclusive outros amigos homossexuais a negar sua própria condição na tentativa de tornar a relação com os outros mais amena. Isso não chegou a acontecer com ele, mas o levou a uma situação de constante desconforto na hora de falar a respeito, para qualquer pessoa, nessa época da adolescência. "Você tem um segredo sobre você mesmo, um segredo que você sente que não pode compartilhar. É como se fosse um segredo sujo, algo que você tem e que não deveria ter".

•••

A homossexualidade só foi retirada da lista internacional de doenças pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia

17 de maio de 1990. Por isso, na avaliação de Miriam Grossi, antropóloga e professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a própria homossexualidade é uma questão ligada à contemporaneidade e que só obteve mudanças em relação ao modo como era abordada quando passou a ser vista como parte do escopo dos direitos humanos. "A visão sobre a orientação sexual passa por uma transformação no século 20, porque, no século 19, quando há essa patologização da homossexualidade, ela é tratada apenas como um problema de saúde mental. E essa transformação decorre justamente por se estabelecer que as questões envolvendo os direitos daquele grupo antes marginalizado eram também questões de diretos humanos".

A professora coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC, que se dedica a desenvolver pesquisas sobre identidades, gênero, religiões e sexualidade, políticas públicas, movimentos feministas e movimento LGBTTT. Desde a década de 70, porém, quando ainda estava na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Miriam se dedica aos estudos nessa área, buscando observar especialmente as transformações do parentesco contemporâneo – entre elas, a união civil estável entre casais do mesmo sexo e a adoção por casais homossexuais.

Historicamente, as mudanças em relação aos modos de se enxergar as parentalidades e conjugalidades, que são essas relações de parentesco estabelecidas entre pessoas, passaram a acontecer também a partir dos anos 90. É nessa época, com a retirada do estigma de doença da homossexualidade e com a pressão pelo reconhecimento dos direitos de alguns grupos minoritários, que as políticas públicas passam a surgir, dando visibilidade às pautas e demandas desses grupos. Há trinta anos, esses elementos ligados à sexualidade eram todos marginais e minoritários. "A homossexualidade era algo invisível, eu percebia isso tanto na minha experiência de vida, tendo vivido diferentes épocas e modos de se encarar o tema, quanto nos estudos que eu fazia. Quando eu comecei a dar aulas, há 25 anos, era impen-

sável um jovem assumir publicamente a sua orientação sexual. Hoje não, alunos gays e lésbicas se apresentam já incluindo essa identificação, que é um reconhecimento muito forte da subjetividade. As transformações sociais e políticas, nesse caso, não são mais questões tão secretas e marginalizadas como eram anteriormente".

Miriam não descarta, porém, que o fato da questão ter deixado de ser marginalizada no debate político não anula os preconceitos e tampouco diminui a continuidade dos estudos a respeito. Persiste a ideia de luta nesses grupos não apenas pelo reconhecimento de serem indivíduos dotados de direitos, mas também pela mudança de um discurso hegemônico, majoritário, que os coloca fora de um padrão de normalidade. A crítica é sempre voltada a discursos, e não a sujeitos. O questionamento se volta contra uma perspectiva que se enquadra em um padrão e que não reconhece essas diferentes demandas sociais, que estariam fora desse padrão estabelecido. "Os homossexuais, os negros, as mulheres, os deficientes físicos, vários grupos marginalizados começaram, a partir do século 20, a buscar o reconhecimento da humanidade deles enquanto sujeitos de direitos. São formas de estar no mundo que deixam de ser vistas como marginais e passam a se tornar lutas políticas de grupos sociais organizados. São os sujeitos que vão dizer que têm o mesmo direito de estudar, de ser e de andar livremente no mundo, sem negarem a sua condição ou serem tolhidos nos seus direitos em função dessa condição".

•••

Até os 20 anos, Guilherme viveu com os pais, que são separados. Hoje, mora sozinho. Quando decidiu contar para a mãe que era gay, ela estava dobrando as meias, sentada na cama do quarto. "Eu entrei e sentei do lado dela. Daí eu fiquei um tempo calado, pensando em como eu ia começar a conversa. E não tem muito jeito de você começar. Uma hora, eu simplesmente falei que era gay. E, então, ela me disse que já

sabia. Foi um momento legal. Ela não ficou muito feliz, porque os pais se preocupam com o que a gente vai sofrer, mas ela me reconheceu naquele momento".

Com o pai, a revelação se deu de modo mais peculiar. Guilherme foi vítima de uma agressão, acusada por ele de ter tido motivações homofóbicas. A situação aconteceu em março de 2011, em um posto de gasolina na esquina da Rua Peixoto Gomide com a Rua Augusta, na região da Avenida Paulista, em São Paulo. Cinco meses antes, um grupo com quatro menores de 18 anos e um maior de idade foi flagrado por câmeras de segurança agredindo pedestres, também na Avenida Paulista. Uma das vítimas chegou a ser golpeada com uma lâmpada fluorescente. Na época, o evento reavivou das discussões sobre homofobia porque, segundo o depoimento dos policias que atenderam a chamada, essa foi a motivação do ataque.

Por conta de toda a movimentação em torno da violência homofóbica, uma equipe do Jornal Nacional, da rede Globo de televisão, fez uma reportagem com Guilherme sobre a agressão que ele sofreu naquele dia. Foi então que ele telefonou para o pai, que não sabia sobre a sua orientação sexual. Ao levar a denúncia até o fim, fazer o Boletim de Ocorrência e falar sobre o caso a uma emissora que exibiria o conteúdo em rede nacional, ele sabia que estava se expondo, "mas estava inteiramente disposto" a fazer isso. "Eu sabia que meu pai via o Jornal Nacional, então eu liguei para ele no dia e falei: 'pai, daqui a uns dez ou quinze minutos, você vai ver uma notícia no Jornal Nacional. Eu estou ali, eu estou envolvido, mas eu gostaria que você soubesse que eu estou bem... E depois a gente conversa".

Apesar de contar o episódio em meio a risadas, ele não sabe dizer como teria sido revelar sua orientação sexual para o pai se o jornal não tivesse veiculado aquela matéria. "Se não fosse esse episódio do jornal, eu não sei se eu teria contado para o meu pai, eu realmente não sei, porque as pessoas acabam vivendo aquela coisa do 'não fale, não pergunte'. Eu sabia que eles [os pais] sabiam que eu era gay, era meio óbvio, não tinha como não saber. Mas eu não sei se eu conversaria com meu pai abertamente".

Procurei pela reportagem – e encontrei um Guilherme com os cabelos mais compridos, mas com os mesmos óculos de aros negros e circulares. Segundo o material, a delegada Margarette Barreto, então titular da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil, analisou as imagens de câmeras que captaram o momento da agressão para constatar se era um caso de ataque homofóbico ou não. Primeiramente, a agressão foi registrada no 4º Departamento de Polícia (DP), da Consolação, como lesão corporal, injúria e ameaça. Em seguida, Guilherme decidiu levar o episódio para a delegacia especializada para identificar se os quatro jovens que o agrediram faziam parte de grupos neonazistas, neofascistas ou skinheads, que, conforme explicou Barreto na reportagem, são os chamados "grupos radicais", conhecidos pela intolerância em relação a negros e homossexuais.

Naquele dia, Guilherme conta que estava andando na rua quando viu um casal de meninos. Perto dali, um grupo com os quatros rapazes gritava ofensas para o casal, que revidou, também com gritos. O grupo saiu correndo, então, em direção ao casal. Pelo que Guilherme pôde perceber, os quatro rapazes perderam o casal de vista. Foi quando eles notaram a presença dele, parado no posto, observando tudo. "Eles vieram correndo para cima de mim, perguntando: 'Tá olhando o quê, veado? Você é veado também?'".

Nas imagens divulgadas na reportagem, não deu para ver o momento em que Guilherme teria levado um soco na boca, mas é possível notar um taxista e os frentistas do posto apartando a briga. Nesse momento, questiono por que ele tinha certeza que a motivação da briga foi homofobia. "Se alguém está batendo em você, ameaçando você e te chamando de 'veado', se alguém para na rua para ofender um casal gay e depois tenta agredir esse casal, você sabe que é porque eles não gostam que você seja aquilo ali".

Ele também conta que, dentro da delegacia onde fez o Boletim de Ocorrência, a plantonista que o atendeu tentou dis-

suadi-lo de levar o caso adiante, afirmando que a versão dele poderia ser facilmente contestada pela versão dos jovens, de que ele teria provocado o grupo. “A policial me informou que os tais rapazes também podiam dar o relato deles. A tese deles era de que eles reagiram porque eu dei em cima [do grupo]. ‘Eles também vão poder abrir um boletim de ocorrência, porque você cometeu assédio’, ela me disse. Eu fiquei chocado. Ali, naquela situação, havia um agressor e um agredido. Era difícil reconhecer isso? E ainda que fosse esse o caso: quer dizer que a resposta para o ‘dar em cima’ é agredir, socar a pessoa? Quando os homens fazem suas cantadas e suas abordagens extremamente agressivas às mulheres, se elas levarem isso para uma delegacia, elas não vão encontrar nenhuma resistência dos policiais, então? Engraçado, não é isso que eu vejo”.

Além do depoimento dele, a delegada do Decradi ouviu dois jovens, de 18 e 21 anos, que teriam participado da briga. Segundo a reportagem, a versão do mais velho era de que Guilherme teria cantado o grupo e que, em função disso, um dos envolvidos teria se desentendido com ele. “É claro que eu dei em cima deles, sim, eu vi quatro caras tentando agredir um casal de gays, achei aquilo muito incrível e dei em cima deles. Claro. Faz todo sentido”, ironiza. Depois, acena a cabeça, em um sinal negativo. “Que coisa surreal horrível”.

•••

Questiono a professora Miriam sobre a liberdade. Na visão dela, trata-se de uma conquista fundamental das pessoas de um modo geral e que, por prever todos ali dentro, não pode ser tomada como “escudo” para agressão, transformada em uma liberdade. Ao mesmo tempo, não é tão simples falar nos limites que determinam os níveis dessa agressão e o modo de tratá-los. A agressão física e verbal pode ser levada às delegacias, em forma de denúncia. E a expressão do pensamento? Até que ponto ele é liberdade de expressão e a partir de que ponto é agressão?

A convivência entre os grupos religiosos e o grupo LGBTTT, na visão da professora Miriam, deve se dar em torno da ideia de que a liberdade é assegurada como direito humano a ambos, fazendo parte, inclusive, da Declaração Universal de 1948. “A Declaração é um marco fundador dessa transformação social, que passa a reconhecer os processos de subjetivação, o sujeito moderno. A satisfação pessoal passa a ser uma característica legítima e que permite a você se ver enquanto pessoa no mundo. A partir dali, passa-se a reconhecer a particularidade dos sujeitos e o projeto moderno de individualidade deles.”.

Ao compreender que a Declaração Universal atua como marco fundador da questão das liberdades individuais, Miriam destaca a importância de se correlacionar isso com as liberdades de grupo. “O pressuposto básico é: o que deve ser feito para se tenha uma sociedade harmônica? Alguns aspectos vão dar subsídio às lutas de grupos minoritários, no campo político, porque passam a assegurar liberdades individuais, mas os artigos também estão pensando em liberdade coletiva”.

A relação da igreja com o tema da homossexualidade costuma levantar atritos especialmente porque, para ela, há um descompasso entre a historicidade dos dogmas religiosos e as práticas sociais contemporâneas. “A senhora defende, então, que os dogmas da igreja mudem para aceitar os grupos do movimento LGBTTT?”, questiono. “Não. As igrejas têm a liberdade delas de culto, elas são formas de explicar o mundo e de dar aos sujeitos um sentido de como se comportar nele. Mas é justamente por isso que elas não podem querer dar esse mesmo sentido àqueles que não partilham daquelas ideias”.

Para exemplificar algumas mudanças, inclusive de ordem dogmática, pelas quais algumas igrejas têm passado, Miriam cita o controle de natalidade, que não é admitido em algumas religiões. “No entanto, ao nosso redor, há mulheres que fazem controle da sua gravidez. A pessoa não deixa de fazer parte de uma religião porque decidiu ter esse controle”. “Mas enfrenta a resistência dos mais ortodoxos, não é?”, pergunto. “Sim, qualquer prática que requer uma mudança em uma estrutura tradicional,

como os dogmas, enfrenta [resistência]. Mas não quer dizer que daí não vá derivar uma mudança e uma aceitação, em vários níveis".

•••

A despeito da questão entre a liberdade de culto e a liberdade individual, Guilherme toca no nome de Marco Feliciano, pastor e atual presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, cargo assumido em março de 2013. No dia 31 de março de 2011, ele publicou no microblog Twitter que "a podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam [sic] ao ódio, ao crime, à rejeição". Na mesma ocasião, publicou também que "os africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica". A declaração sobre os homossexuais foi denunciada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que as acusou de serem homofóbicas. A declaração sobre os africanos não foi denunciada porque, no entendimento do procurador-geral, tratou-se de uma interpretação bíblica. Em defesa apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado Feliciano disse que estava sendo perseguido "por uma simples interpretação teológica" dos fatos.

Pergunto a Guilherme por que é preciso falar de Feliciano. "Porque tem que falar, porque uma pessoa que chama de podre os sentimentos dos homossexuais e preside uma comissão de direitos humanos é absurdo. Simples". "Mas essas manifestações não acabam dando a ele ainda mais visibilidade?", pergunto. "Sim, mas esses discursos precisam ser combatidos. Ele [Feliciano] é a ponta de uma lança. Atrás dele você tem outras bancadas que defendem verdadeiros retrocessos em termos de modernização de costumes e compreensão da existência de outros grupos nas sociedades – e não falo apenas dos homossexuais, mas das mulheres, dos negros, dos indígenas. E isso precisa ser questionado, tudo, qualquer discurso que atue nesse sentido. Ele é, na verdade, um catalisador, que mostra que ainda há coisas a serem transformadas".

•••

Guilherme fuma. Enquanto conversávamos, contei três cigarros. “Eu sou um pouco agitado”, disse-me, enquanto cruzava as pernas sobre a cadeira em que estava sentado.

Pergunto sobre as revistas Veja e Época sobre a mesa, na sala dele. “Eu acho que isso aí”, aponta para as revistas, “demonstra que esse tema vem tomando uma dimensão muito maior na sociedade. Por que se nega o direito de uma pessoa constituir uma família com quem ela ama? Os casais gays já vivem juntos, já dividem a vida, já constroem uma vida ao lado um do outro. O que eles querem é a mesma segurança, desfrutar dos mesmos direitos que um casal qualquer tem. O casamento é simbólico? É também. Mas representa que aquelas pessoas querem viver ao lado uma da outra com o reconhecimento da união delas pelo Estado”.

No dia 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que controla externamente as atividades do Poder Judiciário no Brasil, aprovou uma resolução que passou a obrigar os cartórios brasileiros a realizar a união civil estável de casais homossexuais, além de converter a união em casamento ou realizar o casamento civil nesses grupos. A resolução determina o cumprimento de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinava que cartórios recebessem esses casais. A decisão tomada pelo STF em maio de 2011 equiparava a união homossexual à heterossexual. Fora isso, não há no Brasil uma legislação a respeito, o que levava alguns cartórios a negar a realização do pedido desses casais, mesmo após a decisão do STF.

Por causa das divergências, alguns cartórios passaram a acatar as chamadas instruções administrativas, que são determinações dos Tribunais de Justiça, órgãos estaduais do judiciário a quem os cartórios estão submetidos. Segundo essas determinações, os cartórios eram obrigados a realizar a união civil gay. Ainda assim, apenas 12 estados e o Distrito Federal adotaram o método, que passou a ser uma obrigação de todos os demais cartórios do Brasil após a decisão do CNJ.

A união civil estável e o casamento civil também têm algumas diferenças nos direitos atribuídos ao casal. Enquanto o casamento muda o estado civil para casado, a união civil não altera o estado civil da pessoa. No casamento, quando há morte, o companheiro tem os mesmos direitos de outros parentes que queiram reclamar parte na herança. Já na união civil, embora o direito aos bens conquistados em conjunto permaneça, é possível que a pessoa tenha que recorrer à justiça para provar parte na herança.

"Particularmente, eu não me enxergo constituindo uma família. Mas é uma questão pessoal, porque eu não acho que teria um relacionamento monogâmico. Agora, eu tenho que ter o direito de querer o contrário e ter amplo acesso aos mesmos direitos, às mesmas seguranças que um casal heterossexual tem", afirma Guilherme.

Outro ponto que ele levanta a respeito da importância da aprovação de medidas como a do CNJ não se relaciona com os aspectos jurídicos da questão, mas com a própria mudança no entendimento e aceitação do que é uma família. "A família é uma estrutura social que passa por diversas mudanças ao longo da história. E mesmo esse conceito é muito mais um discurso do que um conceito fixo. Muitas pessoas, inclusive heterossexuais, constituem famílias de diferentes modos, sem o pai, sem a mãe, com avós, tios ou outras pessoas. Por que questionar isso só em relação ao casamento gay? Qual é o real objetivo por trás disso?".

Ao mesmo tempo em que ele admite a existência de um conservadorismo muito grande em relação à aceitação do homossexual na sociedade, de modo geral, Guilherme não nega os avanços que já foram conquistados nesse sentido. "Eu tenho um amigo com 50 anos hoje e que foi um dos organizadores da primeira Parada Gay aqui em São Paulo. Conversando com ele sobre a época em que ele viveu e agora, na que eu vivo, algumas coisas a gente vê que se mantêm, como a questão da experiência silenciosa [da homossexualidade]. Mas hoje eu vejo pessoas muito novas, com 14 e 15 anos, com uma grande

facilidade de admitir a homossexualidade, tratando o tema com naturalidade e vivendo a sua própria homossexualidade. Mudou bastante. Hoje é possível falar disso abertamente, inclusive falar da violência, exigir, reclamar. Mas mudou porque teve muita luta. Se eu dissesse que não mudou nada, eu estaria negando essa luta".

Durante a faculdade, Guilherme teve contato com a Central Sindical e Popular (CSP) Conlutas. Um pouco pela sua própria vida enquanto homossexual e um pouco pelas suas preferências políticas, ele acabou entrando para o movimento, em 2008. No mesmo ano, tornou-se representante do setorial LGBT do grupo.

O objetivo principal do Conlutas é ser uma reunião de pautas de diferentes grupos da sociedade, com diferentes exigências, em torno de uma central sindical. Desse modo, o Conlutas agrega movimentos feministas, a luta dos negros contra o racismo e a marginnalização, o grupo LGBTTT e o movimento operário. "Nossa ideia é que esses movimentos devem andar lado a lado, porque a transformação social está preponderantemente na mão dos trabalhadores, força motriz da sociedade. A nossa sociedade mudou, mas os trabalhadores continuam sendo uma grande força na luta política. Dentro desse grupo maior é que você encontra as mulheres e suas necessidades, os negros e suas vontades, os homossexuais, os travestis e os transgêneros. Por isso, é também dentro dele que essas questões precisam ser trabalhadas, para que as conquistas de um grupo possam sensibilizar e movimentar todos os outros", explica Guilherme.

A ideia de transformar as pautas de um setor em algo de interesse de todos também parte de uma tendência de se "compartimentar as pautas", dentro de um mesmo grupo, criando subgrupos. O que Guilherme percebe é que isso se dá justamente por conta das diferenças entre as pessoas, que as tornam sempre mais individualizadas, mesmo nos movimentos de luta. Isso faria com que a mobilização desses grupos partisse de uma perspectiva engessada e idealizada, que contempla uma parte dos interessados enquanto também exclui a

outra. “A classe trabalhadora não é feita de homens, brancos, heterossexuais. E essa imagem também faz parte dessa visão idealizada, mesmo num movimento de contestação. Trabalhadores são homens, mulheres, gays, lésbicas, negros, brancos, é uma diversidade muita grande. E a gente não vai fazer uma transformação social se ela for pensada de modo engessado, com base em um grupo, porque aí, quando você conquista uma mudança, ela só será comemorada por aquele grupo – e, dentro dele, os outros subgrupos não se sentem atendidos”.

É como um descontentamento profundo: não basta ser mulher, como a presidente da República, Dilma Rousseff, para atender às demandas do movimento feminista. Não basta ser indigenista, como o presidente da Bolívia, Evo Morales, para atender às reivindicações de grupos indígenas. E não basta ter sido operário, como foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para compreender as exigências dos trabalhadores. “Não basta a estampa, o estereótipo. É preciso de um programa para colocar fim às opressões. O homossexual de Higienópolis vive a mesma realidade do homossexual do Capão Redondo? Eles se aproximam em função da condição deles, mas isso basta? Você traz uma mudança como o reconhecimento do casamento homossexual e isso é uma conquista. Mas a mudança é num todo muito maior do que cada questão específica. A grande questão é unir tudo isso, não isolar. Do contrário, o que vamos ter é aquela mesma compartimentação: aqui tem um grupo, aqui tem outro, ali tem outro e eles não se comunicam”.

Ao fundo da gravação, a música de um grupo indígena que fazia uma apresentação na Praça da República ecoava. “Tem algo que eu não tenha abordado e que você queira destacar?”, pergunto a ele. “Provavelmente sim, sempre tem algo que fica faltando”, diz ele, rindo.

**Artigo IV**

*Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.*

CAPÍTULO 3

# O homem não edificado

**Artigo XXIII**

*1.Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.*

*2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.*

*3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.*

*4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.*

**Artigo XXIV**

*Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.*

*"Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana."*
*------- Trecho de "O Capital", de Karl Marx.*

Noite de domingo, 11 de março de 2013. Placas espalhadas pelo entorno indicam as obras na Avenida da FEB, principal avenida de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, no estado do Mato Grosso. A interdição faz parte das obras de reestruturação para a Copa do Mundo de 2014 e deve perdurar por pelo menos seis meses. No caminho, as placas na cor laranja indicavam os desvios; em meio a elas, na cor verde, outras indicavam o caminho para as concessionárias localizadas na região. Em voz baixa, o taxista me pergunta de onde vim. Digo que cheguei de São Paulo. Passamos por ruas asfaltadas, pequenas, estreitas, com grande fluxo de carros do ano. Casas pequenas, tijolos surrados pelo tempo, sem garagens, beiravam as vielas. Às portas abertas, pessoas conversavam em grupos grandes, algumas sentadas no meio-fio das calçadas rachadas. Ainda que com fluxo intenso, não havia congestionamento, mas o taxista me assegurou que, na manhã seguinte, segunda-feira, seria "o caos". "É igual a São Paulo", diz o taxista, "algumas coisas não mudam".

*Antonio Olavo dos Santos, 42*

Dia seguinte, 11h. A caminhada até o escritório da companhia onde Valfrido da Silva e Antônio Olavo dos Santos trabalham é feito sob o sol forte da manhã abafada. Em uma daquelas grandes obras vistas na cidade, Valfrido trabalhava como servente de pedreiro e Antônio, como encanador, ambos desde dezembro de 2012, ano em que haviam sido resgastados pelo Ministério Público de uma fazenda que submeteu a eles e a mais 150 homens a um regime de trabalho análogo à escravidão.

•••

Antonio Olavo dos Santos tem 42 anos e nasceu em Limoeiro de Anadia, no agreste do estado de Alagoas, a 105 quilômetros da capital, Maceió. Ali, viveu a vida toda sob o sol que seca a terra de tal forma que pouco se planta e menos se colhe. Com alguns trabalhos na região, Antonio juntava o necessário para sobreviver com a família. Nunca se casou e também não teve filhos. Vivia com a mãe e um irmão.

Com a promessa de um trabalho melhor, financeiramente mais estável, alguns homens, que Antonio não soube explicar quem eram, chegaram e falaram sobre uma usina de cana de açúcar em Mato Grosso onde o trabalho era bom e onde se pagava bem. Não foi preciso muito esforço pra convencer Antonio a pegar o próprio dinheiro e pagar uma passagem até o local onde seria o novo trabalho. A promessa de emprego não seria apenas uma mudança para a vida dele, mas para a própria família: sair de casa para trabalhar significava voltar um dia com mais dinheiro, para todo mundo, algo que mais tarde eu descobriria ser um aspecto muito comum nas histórias daqueles homens que trabalhavam em lugares imundos e sem receber nada para isso.

A chegada definitiva ao Mato Grosso foi no ano de 2010, mês de junho. O emprego novo era na empresa Álcool do Pantanal, a Alcopan – a usina de álcool e biodiesel para a qual, no dia 23 de agosto de 2012, a Justiça decretou falência, após acatar o pedido do Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso. A Alcopan foi flagrada submentendo seus empregados

a condições de trabalho análogas à escravidão e condenada a pagar a soma de R$ 687,2 mil em indenizações.

"Eles nunca me pagaram nada. Não davam quase nada, nem para mim e nem para os camaradas que estavam lá comigo. Só o que tinha mais de bom lá mesmo era a boia", conta Antonio.

Depois que chegou, ele trabalhou por cinco meses na usina. Não recebia salário. Em troca do trabalho, davam-lhe a comida. Antonio descreve o lugar onde vivia como um barraco alugado, no mato, que era já para ficar ao alcance rápido dos facões e do canavial. As camas onde os funcionários dormiam eram feitas de cimento e os colchões eram dados pela empresa. "Eram uns colchões desse tamainho assim", diz, juntando as mãos como se segurasse uma bola de futebol. "Passava três dias dormindo ali, a coluna doía".

O sono péssimo seria compensado no dia seguinte com um trabalho das 7h às 15h – e com a "boia". Só. "O alojamento não prestava, fazia até medo, era pior que um presídio. E deve estar lá ainda, abandonado".

Aquele alojamento onde ele e os demais homens viviam tinha uma caixa d'água. De dois em dois dias, era preciso lavá-la ou os mosquitos, atraídos pela umidade e pouca luz, dariam ali aos montes. E era preciso cuidado: qualquer coisa que fosse quebrada ou danificada – mais do que já estava – seria preciso pagar. "Se estragasse alguma coisa lá, o dono do barraco não queria nem saber. A gente ia ter que comprar. Ele não tinha nada a ver com o que a gente quebrasse". Tanto não tinha que, quando os trabalhadores não recebiam salário, ele, o dono do alojamento, também não recebia o pagamento. "A gente ainda tinha era sorte que ele alugava".

•••

Valfrido da Silva tem 45 anos e nasceu em Pernambuco. Onde vivia, fazia bicos para ganhar algum dinheiro. "Era muito pouco, dava para fazer um lanche às vezes, aí gastava num dia, ficava sem no outro. Era pouco demais para viver".

Homens com o mesmo discurso que convenceram Antonio chegaram também a ele, prometendo a tal mudança de vida em Mato Grosso. Também ele tirou o dinheiro da passagem do próprio bolso e arriscou. “Eu saí de lá para procurar um trabalho melhor. Eu trabalhava muito e ganhava R$ 700, pagava o aluguel e ficava liso. Eu queria mais dinheiro para mim e para minha família”.

Valfrido também não era casado e também não tinha filhos. A sua família era a mãe e os irmãos. Os anos de trabalho que acumulava não eram assinados em carteira de trabalho. Com a expectativa de que a usina fosse lhe dar a oportunidade de um trabalho com registro, ele decidiu arriscar. Ficou pouco mais de um mês, até que a ação da fiscalização retirou ele de lá, junto com os demais empregados. “Eu trabalhava e não recebia. Morava num barraco de aluguel, então tinha aluguel para pagar. Mas o dono esperava a gente receber porque ele não ia colocar para fora devendo”.

Ele descreve as ferramentas de trabalhado que recebiam, entre elas algumas luvas, um chapéu. Mas não tinham dinheiro para comprar sequer um sabão para lavar roupa ou para tomar banho. “Eu comprava fiado na venda lá perto. Os outros não compravam porque [o dono do comércio] não vendia, não confiava, não saía pagamento de ninguém, como ele ia receber? Eu trabalhei um dia para um cara por fora, o mesmo que ele [Antonio] trabalhou também. Esse me pagou. Daí deu para comprar umas coisas que precisava”.

Nessa compra, conseguiu levar para o barraco o sabão que há algumas semanas não tinha.

•••

Antonio chegou a ser mandado embora da empresa ainda no ano de 2010, cinco meses após ter chegado, em razão do fim da safra. O mês, e apenas aquele mês, foi pago aos trabalhores. Expulso dali, ele trabalhou no intervalo até 2011 em outra fazenda na região e dessa vez recebeu, como pagamento,

um salário. Mais para frente, quando Valfrido passou a trabalhar para a Alcopan, o trabalho por fora a que ele se referiu seria feito também para esse fazendeiro.

Em 2011, Antonio voltou para a Alcopan. Ainda acreditava que, naquele ano, as coisas melhoriam, que a safra da usina seria boa e que a empresa lhe pagaria. “Eu voltei porque pensei mesmo que o cheque ia ser melhor. Você sabe como é brasileiro que não tem leitura, não tem conhecimento. Acontece isso. Daí ficou que ali não prestou mais nada”.

Fiquei em silêncio, esperando que Antonio falasse algo mais sobre a segunda vez, em que voltou a trabalhar lá. “Aquele lugar foi o lugar mais assombrado que eu fiquei. Nunca na vida eu tinha pensado que um lugar desse existia”.

•••

Há uma Proposta de Emenda Constitucional apelidada de PEC do Trabalho Escravo, que tramita no Senado Federal. A PEC já havia sido aprovada sob o número 438/2001 na Câmara dos Deputados e voltou ao Senado em maio de 2012 como 57A/1999. Ela foi apresentada no ano de 1999 pelo então senador Ademir Andrade (PSB-PA) e aprovada em 2001 pelo Senado, sendo enviada, em seguida, à Câmara. A proposta da emenda é determinar o confisco de terras em que houver flagrante de uso de trabalho análogo à escravidão e o encaminhamento das propriedades confiscadas para utilização social ou reforma agrária. O texto voltou para análise dos senadores em função de uma mudança feita em 2004 durante o primeiro turno das votações da Câmara, momento em que houve a inclusão de um possível confisco de propriedades também em áreas urbanas.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para o Trabalho Escravo foi criada em fevereiro de 2012 para investigar o uso de trabalho escravo no Brasil. Em março de 2013, o presidente da CPI, deputado Claudio Puty (PT-PA), encerrou as atividades sem apresentar um relatório da comissão. O mês de março era o prazo final para isso. À época, ele declarou que

deputados membros da chamada bancada ruralista estavam se articulando para elaborar um relatório alternativo, que acusou de ser uma tentativa de esvaziar o documento original relatado pelo deputado Walter Feldman (PSDB-SP). Integrantes da bancada ruralista afirmavam que a proposta deles era levar ao relator Feldman um texto mais flexível em relação à conceituação do trabalho degradante e da jornada exaustiva. Luis Carlos Heinze (PP-RS) havia dito, naquele intervalo, que a ideia era impedir o abuso por parte de fiscais do Ministério do Trabalho. Moreira Mendes (PSD-RO), em outra ocasião, também citou a flexibilização da lei trabalhista, citando que o campo e as safras não compreendem os limites legais, o que significaria estender a jornada de trabalho, mas não impedir os empregados de receber pagamento equivalente. A CPI era composta por 28 deputados – 20 deles membros da bancada ruralista.

Valdiney de Arruda, superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego e um dos articuladores do Projeto de Qualificação Ação Integrada, afirma que o princípio de flexibilização das leis trabalhistas com base no fato de que "há trabalhos ruins por natureza" acaba omitindo a importância dessas determinações legais na luta contra uma cadeia de outras práticas que atentam contra a dignidade do trabalhador. Para ele, aquela justificativa não é válida porque há, claramente, modos corretos e modos errados de se estabelecer vínculos trabalhistas, independentemente do trabalhador ser um metalúrgico, cortador de cana ou empregado de carvoaria. "Toda relação de trabalho necessita ter a troca do trabalho pelo salário. Somado a isso, uma pessoa, no seu ambiente de trabalho, não pode ser submetida a uma condição de perda de saúde, à degradação, à falta de segurança naquele ambiente. Ela não pode ser impedida de deixar o trabalho porque contraiu uma dívida com o patrão ou ficar sem receber remuneração alguma. Perceba que estamos falando não de uma, mas várias práticas que atentam contra determinações trabalhistas legais".

Ele também comenta a importância de se notar o termo "análogo à escravidão". O regime escravocrata, em si, foi extinto

em 1888, mas algumas práticas que possam permanecer no ambiente de trabalho e que se aproximam das relações escravistas configuram-se como analogias às condições daquele regime. Em outras palavras, há critérios objetivos para se determinar que dado trabalho, feito de determinada maneira, possui similaridade com as práticas adotadas durante o regime escravocrata. "Numa situação de degradação, você consegue mensurar o nível e o grau dessa situação. Você pode observar em que condições o indivíduo está desenvolvendo aquele trabalho, sob qual remuneração, se há remuneração, se a remuneração está muito abaixo da média do mercado, qual poder o trabalhador tem na relação trabalhista, qual é o caráter da própria relação, se há equipamentos de proteção individual [EPI], se há registro [em carteira], se há preocupação com a saúde", enumera.

É importante, porém, separar as coisas e enquadrá-las de acordo com suas características. A pressão para a produção, comum em outros trabalhos, não configura trabalho escravo; o julgamento subjetivo do indivíduo de que seu salário é inferior ao que ele merece tampouco se enquadra nessa tipificação. Valdiney afirma que também é preciso haver uma mudança nesses modelos de trabalho, que incluem o trabalho estressante, que gera no indivíduo um risco patológico ou cuja renda é insuficiente para sua sobrevivência plena, considerando-se elementos objetivos para essa análise. Ele declara, porém, que isso deve se dar paralelamente à questão do trabalho análogo à escravidão, e não dentro dele. "Ligar um trabalho à escravidão depende dele ter similaridade com a escravidão antiga. As novas formas de pressão para produção, em que se ganha pouco e se trabalho muito, ligam-se à subserviência, à forma do capitalismo de pressionar o trabalhador. Nenhuma dessas coisas é menos importante, mas elas têm que ser tratadas de formas diferentes, porque são coisas diferentes".

O artigo 149 do Código Penal (Decreto Lei 2848/40) define como trabalho escravo a redução de "alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degra-

dantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregado ou preposto". O texto enumera penas de reclusão de dois a oito anos e multa, correspondente à violência a que o réu tenha submetido o trabalhador.

•••

No prédio, as iniciais em marrom da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Mato Grosso (SRTE-MT) indicavam que o local era aquele mesmo. Mas estava fechado e sujo de cal, em obras. Na frente, uma faixa indicava que o funcionamento temporário passou para o prédio logo à frente. Descendo um lance de escadas, após passar por uma pequena porta, um contêiner funcionava como o escritório provisório do Projeto de Qualificação Ação Integrada.

Lá dentro, conheço Jane do Carmo de Paula, coordenadora de acolhida dos trabalhadores, Ilson Branco, que lidava com a produção documental, Pablo Friedrich Oliveira, sub-coordenador, Eliete Domingos da Costa, que também atuava na acolhida dos trabalhadores, e Alda Teresa Attílio, coordenadora do Projeto.

O Projeto de Qualificação Ação Integrada teve início em 2008, em uma articulação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, e foi lançado no ano seguinte. Ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho, o projeto cria parcerias com o setor privado e público para articular maneiras de capacitar e reintegrar ao mercado de trabalho os trabalhadores egressos de situações análogas à escravidão. O objetivo é dar aos egressos uma chance maior de não voltarem à situação de exploração porque, após resgatados, muitos não têm lugar para viver ou outras perspectivas.

Por meio de um banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, onde os fiscais disponibilizam o cadastro com os principais dados das empresas denunciadas por uso de trabalho escravo, os membros do Projeto conseguem ter acesso aos trabalhadores. Outro método é acompanhar a ida dos fiscais

ao local denunciado e, ali mesmo, fazer os primeiros encaminhamentos, as primeiras entrevistas e colher os primeiros contatos. Os trabalhadores são encaminhados a projetos de qualificação, seguidos de escolarização e inserção no mercado de trabalho. Alguns participam apenas de algumas dessas etapas porque, uma vez retirados das empresas, muitos decidem utilizar as indenizações para retornar a suas cidades natais.

Entre os cursos de qualificação profissional, há treinamento para atuar como mestre de obras, com marcenaria ou alvenaria e semelhantes, além de uma formação social, para que possam aprender normas ligadas ao convívio empresarial e onde também são trabalhados aspectos psicológicos, como a autoestima e a dignidade. Tudo isso é feito especialmente com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que ministra os cursos de qualificação. Nesse momento, os egressos recebem uma ajuda de custo e passam a viver na pastoral do migrante em Mato Grosso, um centro de acolhida que oferece alojamento por períodos determinados.

Foi por esse treinamento do Senai que Valfrido e Antonio passaram quando foram retirados da Alcopan. Terminado o curso, uma parceria do Projeto de Qualificação viabilizou a contratação deles por uma companhia responsável pelas obras em Cuiabá. Como a parceria ainda não havia sido fechada até o dia em que a entrevista com eles foi feita, a empresa pediu que não fosse identificada.

A companhia que contratou os dois egressos paga também a hospedagem em hotel para os dois, que não têm onde morar. Outros trabalhadores, contratados em outros estados pela mesma empresa, também recebem igual auxílio. O investimento não é em vão: depois de passarem pelo processo de qualificação profissional, os trabalhadores se tornam boa mão de obra para a empresa. É mais vantajoso oferecer a oportunidade de trabalho e os auxílios (moradia, transporte e alimentação no local de trabalho, que possui restaurante) do que ignorá-los.

“As leis existem. As políticas públicas existem. O que se precisa é de uma aplicação constante das leis e, mais do que isso,

uma integração de outros setores e uma mudança de percepção e aceitação do egresso da escravidão nas empresas. Esse egresso pode ser visto como um insubordinado, um indisciplinado. E na verdade o que ele precisa é de uma oportunidade", afirma Alda. Com "integrar outros setores", ela se refere justamente aos trabalhos integrados de assistentes sociais, empresas, governos locais, além de entidades e associações ligadas ao comércio e à indústria. O raciocínio é simples: retirar o trabalhador de uma empresa denunciada não é garantir a sua saída permanente da vulnerabilidade socioeconômica que o levou até ali.

Alda ainda reitera que o sentimento de exclusão é, muitas vezes, a principal consequência para um trabalhador que viveu sob regime análogo à escravidão. Por isso, atendentes da área psicossocial dos Centros de Referência de Assitência Social (CRAS) devem acompanhar o egresso, na tentativa de restituir a ele condições mínimas para que ele se sinta confiante em procurar um emprego legítimo, retirando o estigma do trabalho escravo. "Nós falamos muito em ressociabilização do egresso. Quando você coloca uma pessoa que saiu de uma condição de escravo numa empresa, aquilo é demais para ele, ele não se vê como merecedor daquilo. É como se ele não se sentisse parte daquilo".

Ela também destaca um histórico de exploração por trás dos trabalhadores resgatados. É comum encontrar, por exemplo, uma jornada de trabalho infantil entre uma centena de histórias. "Conforme você conversa, você percebe que muitos sabem que aquilo ali não é um trabalho, você percebe que alguns têm a dimensão que aquilo não está certo. Mas, ao mesmo tempo, você encontra pessoas que os pais, os avós, os tios, os irmãos já vêm, desde muito cedo, trabalhando em condições ruins, ou ganhando muito pouco nos locais de onde eles vieram ou também envolvidos com regime de escravidão contemporânea. Então, essa noção de que aquele trabalho não é correto acaba ficando difusa ou acaba se perdendo, ficando por isso mesmo. E o trabalhador não vai sair disso. Ele precisa que alguém intervenha", diz Alda.

Mato Grosso é um estado que importa e exporta trabalhadores escravos. No intervalo entre os anos de 1995 e 2011,

5.745 trabalhadores foram resgastados pelos chamados grupos móveis que fazem parte da Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e do Emprego. É a entidade, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e com a Polícia Federal, que organiza as operações de fiscalização.

•••

As descrições do alojamento onde Antonio e Valfrido viveram tomaram uma proporção maior a partir do momento em que fui apresentada ao vídeo produzido pelo Projeto de Qualificação Ação Integrada, no dia em que eles acompanharam os fiscais até a Alcopan, onde os dois trabalhadores e outros 150 estavam. Pablo tinha, no celular, as imagens daquele dia.

O barraco era conforme descreveram: sujo, com blocos de cimento gastos, camas de cimento com pedaços de espuma, que serviam de colchão, banheiros deploráveis. Não havia lugar para fazer as refeições.

Questiono os dois trabalhadores das possibilidades de abandonar aquele lugar, deixar tudo para trás, ir embora. Eles me contam que chegaram a fazer greves, na tentativa de forçar um acerto de contas. Mesmo assim, a única conquista eram novas promessas de que o pagamento iria acontecer.

"Eu acreditava que eles iam me pagar uma hora, sabe? E como eu ia deixar o dinheiro do que eu trabalhei para trás? Eu pensei em sair, largar, abandonar tudo lá. Mas eu também pensava que, se eu saísse, eu ia perder tudo, perder meu dinheiro", conta Valfrido. Ao mesmo tempo, ele comenta que não teria para onde ir se saísse de lá e pelo mesmo motivo: não tinha dinheiro algum. "Para onde eu ia depois de sair? Eu não tinha para onde ir, eu precisava receber alguma coisa para poder ter para onde ir".

Antonio narra algo semelhante. "Não dá para largar aquilo lá porque a gente não pode perder dinheiro. E como eu ia embora? Eu fui lá fazer um acordo com eles de dois meses de salário, que era para eu ir embora, e simplesmente eles disse-

ram que não tinham como pagar. Eu tinha que ficar trabalhando. Eu tinha esperança que eles fossem pagar um dia. Meia-noite, duas horas da manhã, cansei de ver gente recebendo dinheiro que não era a empresa que dava, eram os outros que pagavam escondido, de trabalho por fora. Duas horas da manhã, eu via o cara batendo na portinha, via só o dinheiro passando rapidinho. Quando eu ganhava alguma coisa, só dava para pagar o aluguel. Eram cem reais, daí passava dois ou três meses e acumulava tudo. Como é que eu ia fazer?".

No caso de Antonio, porém, uma dívida surgiu para dificultar ainda mais a sua situação. Não sabia de onde vinha e nem a que se referia, mas estava lá: R$ 600 devidos à companhia. Esse era o ano de 2011, que Antonio achou que seria melhor. Como nada mudou, ele tentou pedir demissão. "Deu seis meses que eu tinha voltado, fui pedir a conta. Aí eles disseram que eu, para sair de lá, tinha que pagar uma multa de 600 reais. Aí eu fiquei. Ia achar esse dinheiro onde?".

•••

Antonio nunca mais falou com os parentes em Limoeiro de Anadia desde que chegou a Mato Grosso. E, por enquanto, também não quer voltar. "Vai inteirar três anos que eu saí de casa... E nem tenho o telefone da minha família. Eu perdi o número que eu tinha. Eu sei que eles ainda estão lá, no mesmo lugar que eu deixei, porque a terra que eles estão lá é nossa mesmo. Mas nem faço ideia como estão". Logo em seguida, porém, ele coloca a possibilidade de voltar para casa como algo possível. "Eu tenho vontade de voltar, eu tenho sim, com fé em Deus em 2014, se eu ainda estiver vivo e com dinheiro, eu volto para Alagoas. Mas eu quero construir alguma coisa aqui, alguma coisa que eu possa levar, comprar uma casa pra ter um dinheiro depois". Em seguida, ele volta a falar como se fosse algo distante. "Falta tanto ainda, se for pensar...".

Valfrido chegou a manter contato por telefone com a mãe, mas mentia para ela sobre o que se passava na Alcopan.

“Não contei para ninguém da minha situação. Minha família não sabia. Minha mãe me ligava de lá para cá, porque nem crédito no celular dava para colocar que nem dinheiro eu tinha para saber como ela estava, se ela estava bem. Quando ela perguntava, eu falava que eu estava bem. Se eu falasse a verdade para ela, ela ia chorar de desgosto. Mãe é assim mesmo”.

Hoje, ele quer construir uma casa e ter um carro. Quando pergunto se ele quer voltar para casa um dia, primeiro ele responde que não e chega a dizer que a família também não viria morar com ele em Cuiabá. Mas, em seguida, repensa a frase e conclui que dá para pensar em voltar para a família, mas não agora. “Eu vou construir minha vida lá. Quer dizer, trabalhar aqui e levar o dinheiro para investir em algo lá na minha terra. É, eu vou fazer isso porque meu sonho mesmo eu não vou conseguir realizar”. “Qual sonho? O de comprar sua casa e seu carro, você fala?”, pergunto. “Não... Se eu falar, ‘cê’ vai é rir”, diz ele. Insisto para que ele diga e ele me confessa que gostaria de ser cantor. Chegou a compor músicas, colocar as letras na internet “para ver se algum artista via”, mas não teve resposta – o que não o fez pensar que seu trabalho tinha menos qualidade. “Eu componho bem, eu sei escrever letras de música, são boas, ia vender bem”.

Após o almoço, no caminho de volta ao trabalho, Valfrido vem conversando sobre a vontade de ser cantor. “Em São Paulo, eu acho que podia mostrar melhor meu trabalho, as letras que eu escrevo”, diz ele. “É aí que você erra, cara”, interrompe Antonio. “Erra nada, como erra?”. “Erra, cara, erra sim”. “Erro não, é meu sonho, pô, como erra?”. Antonio não responde, apenas dá risada.

Pedimos que Valfrido cantasse. Ele canta uma letra dele, algo sobre uma mulher que gosta de “andar de caminhão, carro e avião” com ele, ambos livres.

•••

Após a entrevista, um comentário feito por Pablo me leva a compreender melhor a impossibilidade daqueles homens

de deixar a Alcopan. Embora pareça incoerente, especialmente na situação de Antonio, qque chegou a sair da usina onde estava e a ela retornar, a atitude de permanecer sob o domínio do empregador está muito relacionada com a esperança que o trabalhador escravizado nutre de que aquela situação mudará e que, um dia, conforme a empresa prometeu, ele será recompensado pelos serviços prestados. A essa atitude se alinham outros elementos que colaboram para a permanência da situação, como a já citada autoestima ferida, a crença de que aquilo é realmente um trabalho, as condições de miséria muito grande e, junto a tudo isso, a obrigação de continuar na empresa por ter contraído dívidas ou pelo simples medo de abandonar o dinheiro que eles acreditam que ainda receberão.

Pablo menciona a sensação de humilhação encarada pelos trabalhadores escravizados e afirma que ela é profundamente danosa a eles. Essa humilhação não deriva apenas do tratamento recebido, mas deles mesmos. Ainda que possam voltar para suas famílias, que tenham como voltar para casa após serem retirados das empresas, não ter um dinheiro para levar de volta gera naquelas pessoas a sensação de vergonha – razão pela qual muitos continuam acreditando que, um dia, aquela fazenda e aquele patrão que lhes deve dinheiro irão pagá-los. “Eles vêm de regiões muito pobres, não dá pra plantar lá, vender, nada. “Eles vêm de regiões muito pobres, não dá pra plantar lá, vender, nada. Eles saem em busca de um trabalho melhor para voltar com dinheiro. Voltar sem dinheiro é mal visto por eles e pela família, é perda de tempo, como que [uma pessoa] sai para arranjar dinheiro e volta sem dinheiro? É terrível”.

•••

Os homens responsáveis pelo aliciamento de trabalhadores são chamados de gatos; às vezes, não raro, eles mesmos são trabalhadores escravizados. A diferença é que, trocando favores, a situação desses empregados pode se tornar um pouco melhor em relação à miséria dos demais. Não dá para afimar

que os homens que convenceram Valfrido e Antonio nas suas cidades eram gatos; poderiam ser parentes de outros trabalhadores aliciados que acreditavam na promessa de emprego bom tanto quanto os que partiram. O fato é que, em algum momento, os gatos passam a ser peça-chave para convencer pessoas a ir para determinada empresa.

O trabalho do Projeto de Qualificação não é ostensivo, como os dos fiscais da Polícia Federal e do Ministério, encarregados de fazer a primeira – e mais tensa – abordagem nos locais denunciados. No mais das vezes, os agentes vão todos armados, sob o risco de serem recebidos à bala – uma das outras funções dos gatos é fazer a segurança do local, o que pode significar impedir a entrada e a saída de qualquer pessoa não autorizada. Os membros do Projeto de Qualificação realizam os primeiros encontros e entrevistas com os trabalhadores após esse momento da primeira abordagem fiscal, no que seria uma fase já posterior à paralisação da empresa ou fazenda denunciada.

Um dia, porém, Pablo e Ilson tiveram o azar de encontrar uma situação ainda no limiar desse processo. Eles chegaram em uma caminhonete grande e branca – a mesma do Projeto de Qualificação, mas sem o logo estampado no carro – em um bar, onde foram obter informações de egressos. Ali, sentado no balcão, Pablo começou uma conversa com um dos trabalhadores. Subitamente, Ilson põe a mão no ombro dele e aperta. “Vamo’ embora, Pablo”, teria dito. O coordenador conta que não deu atenção ao colega, atento à conversa com o trabalhador. “Pablo, sério, ‘vamo’ sair daqui”, repetiu Ilson.

“Quando eu me virei, o Ilson estava branco... Tinha, na entrada do bar, um gato. Ele começou a gritar, perguntando quem era a gente. Nós nos identificamos, dissemos que éramos do Projeto de Qualificação. Ele começou a berrar que não era de projeto nenhum, que nós éramos fiscais e puxou uma arma da cintura, ameaçando mesmo”.

Ficou na ameaça. Ambos conseguiram sair dali no minuto seguinte, o mais rápido que puderam.

*Valfrido da Silva, 45*

•••

Ao fim da entrevista, Valfrido agradecia a oportunidade de contar sua história, dizia-se “honrado”. Enquanto guardava os materiais, eu dizia aos trabalhadores sobre retornar a eles com o resultado de tudo aquilo: este livro, pronto, um para cada. Subitamente, lembrei-me de que eles não sabiam ler. “Ah, você dá o livro? Tá bom, pode dar, eu fico muito contente se você fizer isso”, disse-me Antonio.

Desliguei o visor da câmera e saímos todos para o almoço.

•••

Na caminhonete do Projeto de Qualificação, que daria carona para os dois egressos até o local de trabalho deles após o almoço, Antônio comenta que já esteve em um carro igual antes. “Foi nesses carros aqui que eles foram resgatar a gente. Nossa, a sensação de alívio...”.

Naquele dia, o resgate dos 150 trabalhadores envolveu agentes da Polícia Federal, auditores fiscais, o Grupo de Operações Especiais (GOE) e um carro do Projeto de Qualificação. O risco já não era tão grande dessa vez tendo em vista as sucessivas notificações e abordagens que a Alcopan já havia recebido dos fiscais. Valfrido e Antonio estavam cortando cana no momento em que os carros da fiscalização chegaram e contam que não perceberam de início, até que alguém começou a gritar que o Ministério estava ali. Eles soltaram os facões e, em grupo, foram até os carros. Dali em diante, eles passariam por todo o processo de qualificação, em que decidiriam que cursos iriam fazer e para onde iriam. Como a maioria dos egressos não tinha onde ficar, os carros levados na operação fizeram o transporte deles até a pastoral do migrante. Dos resgatados da Alcopan, apenas Antonio e Valfrido ficaram em Cuiabá. Todos os demais voltaram para suas terras após receberem a indenização paga pela Alcopan.

Comento sobre o calor. Fazia 36 graus. Eles emendam algo concordando. Comento, então, sobre as chuvas em São

Paulo. Valfrido me diz que acompanhou o noticiário e viu os carros boiando na capital paulista. “Em São Paulo chove e ninguém corre de lá. No Nordeste é a seca, em São Paulo é a chuva. E ninguém corre”, diz Antônio.

Lembro-me da fala enfática do taxista, que dizia que algumas coisas não mudavam.

CAPÍTULO 4

# Cálice quebrado

**Artigo V**

*Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.*

**Artigo IX**

*Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.*

*"Como é difícil acordar calado*
*Se na calada da noite eu me dano*
*Quero lançar um grito desumano*
*Que é uma maneira de ser escutado*
*Esse silêncio todo me atordoa*
*Atordoado eu permaneço atento*
*Na arquibancada, pra a qualquer momento*
*Ver emergir o monstro da lagoa*
*Pai! Afasta de mim esse cálice"*
*------- Trecho da música "Cálice", de Chico Buarque.*

Na manhã de um primeiro de março, o ventilador de parede em uma sala de catequese de uma igreja tenta aliviar o calor. Aluízio Ferreira Palmar, de 69 anos, jornalista, sentado em uma cadeira laranja desarranjada das demais na sala começa as duas horas de diálogo sobre seu passado: ex-militante comunista, ex-líder estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Niterói, no Rio de Janeiro, na década de 60, torturado e expulso do país pela ditadura militar brasileira, instalada no ano de 1964 por meio de um golpe e encerrada em 1985.

Estamos na cidade de Foz do Iguaçu, limite com Argentina e Paraguai, não por menos o local que ele escolheu para viver após se instalar sucessivas vezes em países diferentes da América do Sul, fugindo da perseguição política. A cidade natal, porém, é a "velha província", como ele mesmo diz, de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro. Conhecendo, andando, ouvindo, lendo, vendo e vivendo, aos poucos, "ainda muito criança", segundo sua descrição, foi se envolvendo com muitas coisas ao mesmo tempo. Os irmãos eram "carolas", frequentavam a igre-

*Aluizio Palmar, 69*

ja, a missa, faziam comunhão. Ele, por outro lado, encerrou o ginásio tendo como amigos os operários, com suas conversas sobre Brasil e sobre o socialismo.

Mudou-se com a família para São Gonçalo, também no Rio de Janeiro, e também lá se aproximou de grupos de marinheiros e pescadores. Aos poucos, o lugar foi talhando a percepção de Aluízio. "Aquele menino que saiu do interior cheio de dúvidas, contestando de forma aleatória e inconsequente, começa a conhecer rumos com os marítimos e metalúrgicos de São Gonçalo, dos estaleiros. Por que existia tanta desigualdade? No interior eu contestava, mas não entendia e ali eu entendi os mecanismos econômicos, a história, o feudalismo, a revolução burguesa. Todo um processo histórico eu vim conhecendo, até que eu entro em contato com uma coisa que é o materialismo histórico".

Não por menos, o impacto o mudou como pessoa. Aluízio, dali para frente, faria parte de uma corrente que veria a história de forma marxista. Ele passaria a enxergar o mundo a partir de elementos concretos e factíveis nas sociedades, ou seja, por meio de seu modo de produção, em cima do qual se constroem as estruturas políticas e a forma de pensar dos seres humanos e suas sociedades.

•••

1961. O então presidente do Brasil, Jânio Quadros, renuncia e seu vice, João Goulart, o Jango, no momento, estava em visita à China. Seguindo a Constituição, o Congresso deu então a posse temporária ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Nessa época, Aluízio ainda estava em São Gonçalo. Fazia o colegial, que é como chamavam o Ensino Médio na época, e vendia sorvete no armazém de secos e molhados do pai. Fazia questão de acompanhar toda a movimentação política.

A instabilidade já era grande à época. Os militares aproveitaram-se da ausência do vice-presidente para elaborar

um documento em que se opunham à posse de Jango. Era um comunista, retornava da República Popular da China, que é comunista, tinha vínculos fortes com o comunismo, diziam. Manifestações em favor da posse do presidente afloraram. Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, centralizava as emissoras de rádio com propaganda pró-Jango.

O risco de guerra civil crescia. Com o Congresso e as forças armadas divididos e com as manifestações populares, senadores e deputados propuseram a criação do parlamentarismo em substituição ao presidencialismo. A ideia era garantir que Jango assumisse o cargo, mas com poderes presidenciais limitados, de modo que ambos os grupos, militares e sociedade, pudessem acalmar os ânimos. A medida foi aceita. Ela teria de ser votada em plebiscito – o que significa que o parlamentarismo cairia, já que amplamente o presidencialismo era o preferido. Os militares tinham como esperança, porém, o adiamento da votação até 1965, quando o mandato de Jango se encerraria, de modo que o sistema parlamentarista se mantivesse. Em 1963, a votação ocorreu e dez milhões de pessoas optaram pelo retorno ao presidencialismo após pouco mais de um ano em regime parlamentarista.

Jango tinha uma concepção de esquerda política mais forte, agora com novo fôlego após a retomada plena como presidente. Com um estilo de governo populista que durou até o golpe em 1964, ele era aberto às organizações sociais e aos grupos de esquerda, trabalhadores, organizações populares e estudantes. Sindicatos, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Ligas Camponesas, todos tinham maior aproximação com o governo.

Classes conservadoras na sociedade, destacadamente os militares, alertavam-se com essas preferências. O medo de um “Brasil comunista” tomava forma dentro de setores como o empresariado brasileiro, classe média e Igreja Católica. No governo, a força deste pensamento era fomentada entre os partidos de oposição, entre eles a União Democrática Nacional (UDN).

Em 13 de março de 1964, Jango faz um comício no Rio de Janeiro em que anuncia sua defesa pelas reformas de base, que

previam mudanças fiscais, eleitorais, sociais, agrárias e educacionais no país. A reestruturação passaria a ser feita por meio de decretos e dois foram assinados, de modo simbólico, um para a nacionalização das refinarias de petróleo e outro sobre a desapropriação de terras marginais a rodovias e improdutivas.

A reação veio logo em seguida. No dia 19 do mesmo mês, setores conservadores se uniram na Marcha da Família com Deus pela Liberdade no centro de São Paulo para declarar sua objeção às ideias de Jango. Entre os grupos, cresciam as acusações de que a intenção do presidente era criar uma "república sindical" ou um "golpe comunista".

Entre 25 e 27 de março, no Rio de Janeiro, marinheiros protestaram contra medidas de ordem disciplinar, definidas pelo Ministério da Marinha contra eles. Jango, apoiando os marinheiros, discursou no mesmo mês e ano contra oficiais das forças armadas. O golpe, então em curso, ganha força.

Na noite do dia 31 de março de 1964, tropas iniciam seu deslocamento em Minas Gerais rumo ao Rio. Jango estava lá. No dia primeiro de abril, consuma-se o golpe. Jango retorna a Brasília e, depois, ao Rio Grande do Sul. Lá, encontra-se com Brizola, que lhe sugere resistir tal como haviam feito em 1961. Por medo da guerra civil e das consequências de enfrentar classe média, latifundiários, empresários, Igreja Católica e partidos conservadores, entre eles a UDN, Jango abandona o país e se exila no Uruguai.

Aluízio conta que esperava ele mesmo morrer no exílio, como muitos de seus companheiros – e como Jango. "Eu queria só que, se fosse para acontecer isso, se fosse para morrer, em qualquer lugar, que fosse por velhice".

•••

Conforme Aluízio conta, não parece, mas os eventos de sua vida ligados à luta contra a ditadura aconteceram de maneira ligeira, um atrás do outro. Ainda no ginásio, ele começou a se aproximar do movimento estudantil, segundo ele pelo caminho

inverso: das conversas com o operariado, chegou consciente sobre as pautas do movimento estudantil quando passou a fazer parte dele ao invés de obter, lá dentro, as informações que considerava importantes. Entrou para a União dos Estudantes Secundaristas de Niterói – já era o ano de 1961.

Foi quando ele se deparou com o "Partidão": o Partido Comunista Brasileiro (PCB). "Eles vinham com umas ideias assim: o Brasil é um país atrasado, então existe em alguns cantões relações de trabalho que são relações feudais e é preciso superar essa relação de exploração do ser humano através da servidão. O país é um país dependente, dependente da economia, é preciso fortalecer a economia nacional para o país ser um país mais independente. É preciso criar uma ideologia nacional, uma cultura. Daí eu pensei que era isso que eu queria. Essa é a coisa que eu queria".

Ali dentro, Aluízio quis aprender. Ideias, cartilhas, propostas, discussões, reuniões, comícios, encontros, trabalhos, pesquisas, conversas. Quando Jango finalmente conseguiu tomar posse da presidência, Aluízio logo tinha esperança de que "aquele presidente sensível faria algo para avançar na luta por mais igualdade".

Dali pra frente, ele não sabe dizer se foram eles – o PCB – que não avançou ou se foram os militares que avançaram demais, mas o fato é que, segundo Aluízio, não havia uma crença de que um golpe se consumaria.

Ele narra o dia em que o general Olímpio Mourão Filho, em Juiz de Fora, ordenou que tropas sob seu comando invadissem Guanabara, então estado do Rio de Janeiro, o que antecipou o golpe militar em alguns dias. Era 1964. "Não sei o que deu naquele general, ele pegou uns tanques, uns caminhões, fez um manifesto e saiu em direção à Guanabara. Ele avançava com aquele treco dele – que era um treco, né? O que era aquilo? Dois tanques, uns caminhões, uns soldados e ele num jipe. Lacerda e todo mundo lá, soltando foguete, põe fogo na sede da UNE, manifesto, não sei o quê. 'Ah, não vai dar em nada', me diziam".

O raciocínio era simples: em 1956, tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Deu em nada. Depois, tentaram impedir a posse de Jango. Deu em nada. Dessa vez, claro, daria em nada. “Isso é coisa que morre na praia. Todo mundo dizia isso, os velhos do Partidão diziam. Eu era jovem, mas era já velho do Partidão. ‘Como é que é?’, eu perguntava. ‘Não, fica tranquilo que não vai dar em nada’, respondiam”.

Só que, daquela vez, o “vai dar em nada” terminou em 21 anos de ditadura.

•••

Quando, em 1964, o golpe foi dado e o regime militar instaurado, Aluízio decidiu sair de casa. A ideia era ir para Minas Gerais, para casa de tios, ficar escondido. Na cabeça, já maturavam ideias mais radicais de combate à ditadura e, onde estava, Aluízio não via muita perspectiva de se organizar nesse sentido. No interior do Rio de Janeiro, onde passou para ir para Minas, parou na casa de uma outra tia. Disse que passaria ali uma noite e iria embora no dia seguinte. Num gesto rápido de negação com as mãos e com uma voz de desaprovação, ele imita a reação enérgica da mulher. “Você vai embora agora, não quero comunista na minha casa, você vai embora ou eu chamo a polícia”. Depois do susto, insistiu. Conseguiu convencê-la a ficar um pequeno pedaço da noite e sair bem na madrugada.

O episódio, para ele, era muito característico. Tinha ali a representação da vitória de uma direita menos tímida. Para Aluízio, uma direita extremamente tímida sugeria coisas antes do Primeiro de Abril, mas não aparecia. Mesmo a Marcha Com Deus pela Liberdade ele não via como algo imponente. “A gente achava assim, a direita brasileira estava isolada, o processo avança dentro da legalidade. Se o processo avança dentro da legalidade, se nós temos a maioria na Câmara e no Senado, se nós temos os trabalhadores, se nós temos os estudantes, nós temos tudo. Vamos avançar o processo, a direita não existe, ela é um tigre de papel”.

Mas, após o golpe, a situação tomou outra proporção. “A sociedade parece que passou a se ver com um anticomunismo doentio. E começou no interior e nas capitais um tal de entrega fulano, entrega ciclano... Se era adversário político, quem tinha mais poder alegava: ‘Ó, aquele ali é subversivo, ele é do Brizola’. E o cara era preso. Se houve pessoas investigadas, entregues desse jeito, é porque pensavam que nem a minha tia. Ela, que era minha tia”.

Aluízio saiu na madrugada seguinte, conforme combinado. Nunca mais voltou a encontrar aquela tia.

•••

No ano de 1964, mesmo ano em que a ditadura teve início, universitários que compunham o PCB, incluindo Aluízio, descontentes com a forma como o comitê central do partido avaliou a condição política do país no momento pré-golpe, criaram uma cisão no Rio de Janeiro, uma Dissidência Comunista (DI-RJ). O grupo encontrou apoio em lugares como Paraná e Brasília e tentou sem sucesso unir também outras regiões, como São Paulo, onde a dissidência se alinhava ao grupo do revolucionário Carlos Marighella, e Minas Gerais, onde a força era o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). Em 1967, o DI-RJ trocaria de nome para Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), assim batizado em função do dia 8 de outubro daquele ano, em que o líder revolucionário cubano Ernesto Che Guevara foi preso na Bolívia. Na criação da DI-RJ, o líder do governo militar era o marechal Castello Branco.

Aluízio entrou na clandestinidade em 1967 e só saiu dela com a Lei da Anistia de 1979. Um ano antes de se tornar um clandestino, entrou na faculdade de Ciências Sociais e saiu definitivamente da casa dos pais, embora antes, com medo de ser encontrado, já tivera adotado uma vida “sombria”. “Eu precisava me manter. Até 1965, o partido [PCB] me ajudava, mas depois disso eu comecei a trabalhar na zona portuária do Rio

de Janeiro, numa empresa transportadora, para me manter. Só uma pessoa sabia qual era meu local de trabalho, ninguém mais sabia, ninguém sabia onde eu morava, quem eu era".

O golpe de 64 não havia matado de todo a esperança de uma retomada democrática e, ainda nos anos seguintes, ele recorda que conseguia se organizar com outros membros do partido para a realização de protestos nas ruas do Rio de Janeiro. Com o tempo, porém, ele lembra que suas expectativas começaram a padecer. "Eu sei que as coisas foram avançando de tal forma, o processo era um processo tão rápido, tão rápido, o sistema foi fechando cada vez mais e aquela expectativa de que haveria uma abertura foi morrendo, a repressão foi se montando e atingindo todos nós. Os meios que nós tínhamos de enfrentamento e manifestação por meio pacífico eram extremamente reprimidos". Aluízio chega a citar os comícios-relâmpago organizados pelos grupos de resistência e os momentos em que os policiais chegavam. O corre-corre pra escapar da prisão tinha seu preço: quem caía, era preso, com o medo vindo depois, de dentro dos cárceres.

•••

O PCB foi criado no ano de 1922 e, com o início do período ditatorial, foi colocado na ilegalidade, tendo retornado ao reconhecimento enquanto partido político apenas após a Lei da Anistia, em 1979. Aluízio, que havia sido líder estadual do partido no Rio de Janeiro antes do golpe, ficou então com a missão de reorganizar e reestruturar o PCB no estado. O constante deslocamento para o interior e retorno à Niterói eram cruciais: os governistas de esquerda já haviam sido retirados do poder, os militares moderados e liberais também, líderes do PCB haviam sido perseguidos, capturados, mais adiante torturados e mortos. Aluízio não podia se arriscar. "Eu conheci uma vez um rapaz, ele era do PTB [Partido Trabalhista Brasileiro]. Ele não concordava muito comigo, nossas ideias não batiam muito, mas ele foi muito solidário. Ele me levou para o interior do esta-

do do Rio e depois, escondido num táxi, atrás de um baú, ele me levou para um sítio. Lá, ele me deu um radinho, que era para eu saber o que estava acontecendo. Quando eu vi que estava mais tranquilo, voltei novamente para Niterói".

Em dezembro de 1967, membros do PCB convocaram o VI Congresso do partido. Aluízio estava lá, onde a decisão de negar quaisquer propostas que não estivessem ligadas a ações políticas foram ratificadas. As dissidências, que já haviam se formado depois do descontentamento com o PCB no pré-golpe, com a resolução, seguiram por rumos ideológicos diferentes sobre o modo de combater o regime militar. "Nós fizemos uma avaliação, uma reflexão, sobre o que tinha dado errado para [o golpe] acontecer. Avaliamos mal a conjuntura? O que fizemos errado? E na nossa avaliação a culpa foi do comitê central, que estava dentro do governo do Jango, avaliou mal e passou para nós uma visão errada da correlação de forças". A ideia de que o PCB possuía um dispositivo militar legalista e no qual era possível confiar, a ideia de que as forças eram imensas, de que não havia perigo de golpe e que, se houvesse, eles tinham estrutura e condições de resistir, eram falsas. Aluízio e outros universitários julgaram que o modo de combate deveria realmente ser outro. "A tática não era a que a direção propunha, de fortalecimento da oposição parlamentar para o retorno da normalidade democrática e espera das coisas acontecerem, sem provocar. A nossa era diferente, era de criação de frentes de combate à ditadura, pelo enfrentamento".

Aluízio, com uma fala pausada, cita de novo os tempos de truculência cada vez mais fortes, onde se tornava cada vez mais difícil realizar manifestações pacíficas e passeatas nas ruas. Ainda no governo de Castello Branco, a repressão tomava, aos poucos, tamanha proporção que ele e seus companheiros dissidentes não viam outra saída senão "subir a serra" – adotar a luta armada de guerrilha contra a ditadura.

Castello Branco deixou o governo em 1967. Após ele, a ditadura tomaria nova forma na figura do marechal Artur da Costa e Silva, que pertencia à ala linha-dura dos militares do regime. Entraria o ano de 1968, início dos Anos de Chumbo, que se seguiria com o general Emílio Garrastazu Médici até 1974.

Em meio a tantas lembranças, Aluízio interrompe subitamente a narrativa. “Estou indo bem?”. Aceno com a cabeça positivamente e peço que ele prossiga. Usando óculos, ainda sentado, ele faz uma pausa, olhando pela janela da sala. Ouvimos apenas o ruído do ventilador e, lá fora, do vento. Pelo reflexo dos óculos dele, percebo que ele observa o balanço das folhas de uma árvore próxima a nós. Faz sol e os raios se projetam no chão da sala onde estamos através da janela de frestas, formando um intervalo de listras escuras e claras, como se atravessassem uma cela.

•••

Aluízio estava decidido a seguir com a luta armada e, para isso, iria para Foz do Iguaçu, no Paraná. Em São Paulo, contou o plano, apontando para a região em um mapa, a dois amigos da dissidência paulista. Ambos morreriam na ditadura. “Eu sei que fui meio leviano de contar a eles, mas não sei, eu confiava neles. Não se falava disso assim, mas eu contei a eles. Estávamos lá no Crusp [Conjunto Residencial da USP]. Eles olharam pra mim: ‘Paraná?’. Eu disse que ia sim. Daí, um deles me deu o contato de alguém em Curitiba, que me deu o contato de alguém em Foz [do Iguaçu]. E então eu vim”.

De um depósito de farinha onde viveu logo que chegou ao Sul, ele saiu para a casa de um paraguaio, o César, que também o ajudaria a recrutar pessoas e fortalecer a luta na região. Conheceu a cunhada do amigo, namorou-a e com ela se casou. Aluízio só teve uma esposa na vida, sua companheira até hoje, que não seguiu seus passos contra a ditadura, mas que sabia e acompanhou tudo, desde o começo. Ela se chama Eunice Almeida. O casal teve cinco filhos: em 1969, nasceu Florita; depois, vieram Andrea, Alexandre, Ana Luzia e Janaína.

“Fazer uma guerrilha significa virar bicho selvagem”, disse ele. “Ficamos um ano dentro do Parque Nacional, caminhando, caminhando, caminhando, abrindo trilhas, acampando. Abastecimento vinha do Rio e de coisas que compramos aqui

na região, de marujos e operários que ajudavam. Enquanto nós fazíamos isso, lá no estado do Rio, os outros companheiros faziam escoteação. Com isso aí, foi possível ter algum recurso, para comer um sanduba, um pastel com caldo de cana, um polenguinho com pão. Era a vida nossa".

Aluízio só saiu do mato para se casar – e não teve lua de mel. Terminada a cerimônia, só no cartório, dormiu com a esposa e, na madrugada, voltou para o mato. Ela, em seguida, voltou para o Rio de Janeiro, para ficar na clandestinidade. Aluízio não queria que ela ficasse com ele ali. Era 1968.

Um ano depois, ele seria capturado.

•••

Num dado momento, dentro do carro a caminho da igreja onde faríamos a entrevista, Aluízio comenta a respeito de sua mobilização, quando já estava anistiado, para encontrar os amigos desaparecidos. Em uma boa parte do período pós-anistia, era isso que ele estava determinado a fazer. Ele me conta a respeito do ano de 2005, quando foi credenciado pelo Ministério de Justiça para acessar arquivos da Polícia Federal. E, a partir dali, procurou por alguns nomes: os irmãos Carvalho, que eram Joel José e Daniel José, Vitor Carlos Ramos, Onofre Pinto, Enrique Ernesto Ruggia.

Consultei os nomes em arquivos públicos. Daniel e José, filhos de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho, foram presos pela Operação Bandeirante (Oban) no dia 5 de outubro de 1970, onde foram torturados. Onofre, filho de Júlio Rosário e Maria Pinto Rosário, foi preso no dia 2 de março de 1969 pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e banido do país em setembro de 1969. Desapareceu no ano de 1974, mesmo ano em que Vitor e Ernesto também haviam desaparecido, quando tentava retornar ao Brasil clandestinamente.

Aluízio não sabia onde estavam, mas tinha certeza que não estavam exilados e não estavam vivos. Por meio de uma multa de trânsito, chegou a um dos nomes que teria sido res-

ponsável pelas mortes. A pessoa não quis falar com ele, mas falou com outras – e Aluízio chegou a elas. Na chacina da Estrada do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu, eles foram mortos. Atraídos no ano de 1974 ao Brasil por uma ditadura já em processo de desaparelhamento, sob o comando de Paulo Malhães e Teixeira Brandt, foram desarmados e executados em um sítio, segundo o depoimento a que Aluízio havia chegado.

Decidiu escrever, com base naquelas informações, a sua contribuição à Comissão Especial para mortos e desaparecidos políticos, criada sob a Lei 9140 e vinculada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

"Conforme escrevia, fazia uma catarse", assume. E, aos poucos, o relato foi perdendo o tom denunciativo burocrático e ganhando contornos jornalísticos, migrando para o que tempos depois viria a ser o livro de Aluízio: *Onde foi que vocês enterraram os nossos mortos?*

O livro abre com uma pergunta a que ele próprio não pôde responder. Os corpos dos amigos buscados, cuja história agora ele sabia, foram procurados durante escavações no local onde teriam sido executados e abandonados, mas nem ossadas e nem pistas foram encontradas a partir dali.

•••

No mesmo ano de 1968, "a área queimou". Isso significava, em outras palavras, que alguém sabia da existência do grupo revolucionário de Aluízio, sabia o que faziam e o que queriam em Foz do Iguaçu. Mas outra grande questão que surgiu entre eles na época é que a teoria do foco revolucionário no campo, aquela em que, ganhando proporções, chegaria até a cidade, não daria certo. Sentaram-se companheiros, conversaram, discutiram, avaliaram. E chegaram à conclusão que era melhor parar por ali, tirar tudo, ir embora.

Aluízio, a essa altura, vivia com um amigo chamado Mauro Fernandes, ex-bancário, que usava óculos de lente fundo de garrafa e que era gago. Na casa em que viviam na época, o jor-

nalista lembra dos muitos livros. Mauro pegou o jipe, encostou e começaram a esvaziar tudo. “Livros, livros, livros, um monte de livro para retirar... A gente vem fazer guerrilha e ao invés de trazer armas, a gente traz livros. Guerrilha mais louca, né?”. Deu uma risada. Pausou. Depois, voltou. “E muito papel, muito panfleto. Algumas armas e mais livros. Uniformes e mais livros. E o jipe dele ficou cheio de coisa. Era Sexta-Feira Santa, me lembro bem”.

Decidiram os dois passar na casa de um dos contatos que iria ficar para trás e comer um peixe antes de seguir para Curitiba com o jipe sujo de barro, mato e cheio de livros. Decidiram, mais ainda, passar em uma cidade maior do entorno, Cascavel, para comprar mais peixe e um vinho.

Próximo da rodoviária, Mauro foi estacionar e bateu em outro carro. O dono do carro chegou. Nervoso, com muita dificuldade para falar, Mauro tentava se explicar. Desceu do carro, discutiu com o outro motorista. Foram ambos atrás de alguém para fazer o orçamento e o serviço ali mesmo. Aluízio desceu do jipe e ficou ao lado, angustiado. “Eu fiquei pensando: se eu fujo, o jipe fica cheio de coisa e o Mauro chega e eu não estou aqui. É mais perigoso. Eu acho que vou ficar”. E ficou.

A rodoviária estava lotada. O movimento era intenso.

Dali a pouco, Aluízio escuta um rapaz gritar: “É aquele ali, é comunista!”.

Não deu tempo de entender exatamente de onde vinha o grito ou de onde vinham os policiais. Foi preso ali mesmo e levado à delegacia. Várias malas que estavam no jipe foram levadas também. Ao chegar, os policiais começaram a abrir as malas e a jogar tudo o que tinha ali para fora. “Quando eles começaram a abrir aquelas malas, eu tomei um susto. Eu sabia o que tinha dentro da mala, mas me assustei porque estavam abrindo dentro da delegacia. Manual de guerrilha, manual de não sei o quê, livro de Marx... Eu dei um pulo, virei um gato, saí correndo feito louco da delegacia e me mandei. Corri como corisco”.

Ele para, novamente, de súbito. “Corisco é raio, viu?”, disse-me, apontando para minhas anotações.

•••

1969. Aluízio teve o azar de, fugindo, ser capturado no pátio de um comando da Polícia Militar. Sabíamos ambos o que eu perguntaria após ele me contar que havia sido preso.

O sol sumiu por alguns minutos e então não havia sombras na sala.

"Eu tenho 70 anos, eu fui preso em 1969. Faz quantos anos? 44 anos. É tempo pra danar, né? É muito tempo. Eu já vivi muito tempo. E sabe que nesses 44 anos eu quase não falo. Eu nunca contei para os meus filhos, nunca falei em casa, para os meus irmãos".

Interrompe-se. Começa a contar a respeito de uma palestra dada por ele uma vez. Ele diz que é comum nesses eventos que as pessoas o provoquem para que diga o que ele passou dentro da prisão. Interrompe-se novamente. Em seguida, prossegue. "Eu passei tanto tempo no pau de arara do Dops [Departamento de Ordem Política e Social] de Curitiba que eu não sei quanto tempo foi que ocorreu todo aquilo. Eu era tirado do xadrez quase todas as noites e os companheiros que viam eu saindo, quando viam, ficavam apreensivos. Quando eu voltava, eu voltava diferente. Cada vez que eu saía, eu voltava diferente". Insisto no que seja "voltar diferente". Percebo que ele vai continuar, mas não vai me responder. "Sabe, eu deixo assim: será que eu tenho que passar por tudo de novo contando? Não, eu prefiro não falar os detalhes, mas foi o ano de 69 todo. Esse suplício".

•••

Um dia, deram-lhe um radinho na prisão de Ilha Grande, que era onde estava. Por ali, Aluízio ficou sabendo do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. Era 1970. Uma lista chegou até ele e então ele sabia que tinha, ali, uma chance de sair.

A lista eram os nomes dos guerrilheiros que a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo ex-capitão do Exército e então revolucionário Carlos Lamarca, exigia que fossem

libertados em troca da libertação do embaixador suíço, sequestrado por eles. “Quando chega o helicóptero, me levam lá para cima, mandam eu tirar a roupa e tiram foto de frente, costa, lado, outro lado, de cima pra baixo. Eu ficava pensando: ‘estou saindo, parece’. Aí eles diziam que não era para eu sair, que eu tinha a opção de ficar, que iam aliviar minha situação, que eu ia pegar uns aninhos, que eu ia sair de boa e que, se eu aceitasse sair daquele jeito, eu poderia morrer, que eles podia abater o helicóptero... Eu disse: ‘não, eu quero sair agora, me dá um papel aí que eu assino’. Então, fiz uma declaração que eu queria sair”.

Sair significava não apenas sair da prisão. Aluízio saía de Ilha Grande ou para a morte – caso algo acontecesse ao embaixador, ele sabia que todos os guerrilheiros exigidos como moeda de troca seriam mortos – ou para fora do país – sobrevivendo, ser libertado significaria ser banido do país.

Nas negociações, predominou a posição de Lamarca, que queria a libertação dos seus e do embaixador. Os dois lados foram soltos. Aluízio, logo em seguida, foi obrigado pelo regime a embarcar para o Chile. “Não tinha o que fazer. Eu não queria viver preso e também não queria viver preso dentro de um país que estava sob opressão”.

•••

O sujeito que havia denunciado Aluízio aos policiais na rodoviária, lembra-se ele, era um fiscal de um sítio próximo ao local onde ele e seus companheiros circulavam. Entre os possíveis motivos que levaram o rapaz a desconfiar daquela movimentação estaria o envolvimento deles com as questões sociais da região, especialmente a desigualdade. “Nós deveríamos ter vindo para cá [Foz do Iguaçu] e não nos envolvido com os conflitos sociais, porque era assim, estava no manual, estava escrito lá: não se envolvam, vão para o enfrentamento, mas não se envolvam com questões sociais. E isso tudo chamou a atenção, porque, claro, defender pobre é coisa de comunista”.

Aluízio para por um minuto e leva a mão à sobrancelha. Coça a testa e retoma o raciocínio, agora dizendo que ele não

acredita que ignorar os conflitos sociais fosse possível. “É que assim, ninguém segura uma pessoa que tem consciência e vê uma injustiça. Nós começamos a defender o pequeno agricultor, defender as pessoas que iam ser despejadas”. E muda de assunto. “Você sabe que o despejo é uma coisa muito cruel, né? A pessoa tira tudo [de outra pessoa], a roça que já tá no meio [é abandonada]. Não existe nada mais cruel do que você ver um despejo, dói, dói quando você vê um despejo”.

•••

Todo o cone sul do continente americano enfrentou ditaduras durante períodos próximos. Como exilado, Aluízio também enfrentou problemas ao entrar em outros países porque, também ali, corria o risco de ser capturado como ameaça política.

No Chile, as Forças Armadas depuseram o então presidente Salvador Allende no ano de 1973 e colocaram Augusto Pinochet no poder, que só saiu no ano de 1990. Na Argentina, a então presidente María Estela Martínez de Perón, a Isabelita Perón, foi deposta por uma junta militar, seguida do governo altamente repressor de Jorge Videla entre 1976 e 1981, com retorno democrático ao país ocorrendo em 1983. Exilados políticos desses países – e do Brasil – que circulassem no território não estavam, por isso, livres de perseguições. Para articular um combate a opositores e líderes de esquerda ou indivíduos definidos como comunistas, os países do cone sul, incluindo aí também as ditaduras da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, criaram a Operação Condor. O intervalo de atuação da aliança foi da década de 60 até 70, com estimativas apontando que 400 mil pessoas tenham sido torturadas e 100 mil, mortas.

No ano de 1972, ele também entrou na ilegalidade dentro do Chile pelo seu envolvimento com a VPR lá. A função de Aluízio, nesse momento, era menos agressiva, recebendo pessoas, abastecendo as famílias, levando pessoas para lugares, fazendo contatos. No inverno daquele mesmo ano, ele precisou sair do país, clandestino. Os colegas lhe arrumaram um disfar-

ce de um empresário português. “Bigodão, rosto mais redondo porque encheram de coisa, tinta forte no cabelo, terno de primeira, o mais caro que havia no Chile, uma gravata importada, um sapato lustrado que dava pra usar como espelho para pentear o cabelo. Saí chique de lá. Ninguém ia desconfiar daquele homem tão chique e tão bem vestido, falando português com sotaque de Portugal, pra ninguém entender mesmo”. O objetivo: desembarcar em Mendoza, na Argentina. Buenos Aires estava fora de cogitação. “Eu não queria descer em Buenos Aires. Quem desceu lá, caiu”.

No aeroporto argentino, o passaporte – falso – de Aluízio foi retido. Não chegaram a atestar de pronto o problema, mas a verificação ocorreria para “averiguar irregularidades”. Aluízio conta que pensou de que modo ele poderia sair dali tranquilo. Do lado de fora do aeroporto, Pepe, um amigo do Exército de Libertação Nacional da Bolívia, companheiro de Che Guevara remanescente na Argentina, aguardava-o – “armado até os dentes”. “Eu só pensava que qualquer coisa que acontecesse ali, o Pepe com aquele monte de coisa ia explodir com aquilo tudo. Ele estava com tudo, espelho de documento, documento falso brasileiro e argentino, tudo”.

Aluízio fez escândalo. Gritava no aeroporto que não iria dormir na imigração, esperando o documento ser checado. Queria ir embora para um hotel cinco estrelas, dez estrelas, quinhentas estrelas, o melhor hotel de Mendoza – mas não ia ficar e não ia sair sem o documento. “Claro que era show, né? Eu não estava nem aí pro documento, mas tinha que ter teatro que era para os caras sentirem a situação”. O controle de imigração permitiu que ele fosse procurar o hotel dez estrelas que pedia, mas sem o documento.

E foi. Entrou num carro com o Pepe-armado-até-os-dentes e sumiu no mundo.

Nas andanças, veio parar na fronteira. E de novo, a organização da VPR prometida ali também ruiu e porque, novamente, “a área queimou” e, novamente, porque Aluízio se envolveu nas questões locais, dessa vez com o movimento agrário. Fugiu outra vez, agora para Posadas, ainda na Argentina.

Mas, dessa vez, já não houve mais o que mobilizar.

Era 1973 e Aluízio acompanhava de onde estava o massacre da Chácara São Bento, em Pernambuco, onde membros da VPR foram assassinados pela equipe do delegado Fleury. Entre os seis mortos estão a paraguaia Soledad Viedma, 28 anos, mulher do delator infiltrado na VPR, o Cabo Anselmo, e a tcheca Pauline Reichstul. "Agora a vaca foi pro brejo", lembra Aluízio das primeiras palavras quando viu a notícia.

Convocados novamente ao Chile para decidir então o que fazer a respeito da VPR após o massacre, os membros, incluindo Aluízio, chegaram a uma conclusão: dissolver o grupo. Dividiram o dinheiro que ainda tinham em caixa e cada um que seguisse com a sua vida no exílio.

A luta armada não existia mais, não havia organização no Nordeste, nada em São Paulo, muitos morreram, muitos sumiram, muitos estavam exilados. Recife tinha caído, Marighella foi morto, não há mais nada. Não havia resistência.

"Eu vou fazer o quê, meu Deus?", relembra Aluízio.

Julgou melhor voltar para Argentina. Arrumou os pertences que ainda reunia consigo e decidiu migrar para Buenos Aires. Ao chegar, parou em uma banca de jornal – e viu fogueiras, violência, protestos, repressão, fumaça. O aparelho ditatorial argentino permanecia com forte repressão. "Eu fiquei pensando enquanto olhava para aqueles jornais que, meu Deus, não tinha o que fazer! Não posso voltar para Santiago, não posso ir para Europa porque não tenho documento, não posso voltar para o Brasil... O que eu faço da minha vida?".

Ainda em Buenos Aires, contatou uma amiga chamada Ema Corteza, hoje já morta, e lhe deu uma ordem: "Você vai a Foz do Iguaçu, você vai se hospedar em um hotel, o dono de lá é meu parceiro, você vai pedir para o dono do hotel indicar para você a minha sogra, chefe das empregadas. Diz a ela quem é você, diz que eu estou bem, que eu estou vivo. E diz a ela que era pra ela mandar a minha mulher e minha filha se encontrarem comigo".

Trouxe a família e, na Argentina, instalou-se em Corrientes. Detestou a cidade. Uma pessoa cujos planos revolucionários

não haviam dado certo até aquele dia por seu envolvimento constante com problemas sociais não poderia viver justamente em uma cidade de latifundiários e uma classe trabalhadora pouco favorecida, justifica Aluízio. Atravessou a ponte da cidade, onde confluem os rios Paraná e Paraguai, e se instalou na cidade vizinha, onde lhe saltou aos olhos a organização de pequenos comerciantes e proprietários, com uma economia que julgou mais democrática.

A cidade era Resistencia, capital da província do Chaco. Sobrou-lhe um dinheiro, comprou uma indústria pequena de produção de soda. E ali ficou, até 1979.

•••

Aluízio voltou ao Brasil quando a Lei de Anistia ainda estava em votação no Congresso. Ainda que acreditasse piamente que a lei não seria barrada, ele enfrentou a surpresa de antigos companheiros quando foi ao Rio de Janeiro. A resposta vinha em forma de lógica simples: entre ser capturado no Brasil de 1979 ou na Argentina, ele preferiria mil vezes o Brasil. "Se eu fosse preso, eu não seria torturado, já era 79, não seria torturado. Eu decidi arriscar. Larguei tudo que eu tinha na mão de outras pessoas e vim embora. Atravessei a fronteira e vim. Minha família voltou pra Foz do Iguaçu. Eu fui para o Rio".

Foi nesse intervalo que permanceu boa parte da vida buscando, com algum sucesso em termos de informação, o que havia acontecido aos antigos companheiros.

A Lei da Anistia – ou, pelo número, a Lei 6683 – foi aprovada em 28 de agosto de 1979. O projeto havia sido encaminhado pelo que seria o último governo militar, de João Batista Figueiredo. A Anistia já havia sido pensada para, quando a abertura democrática ocorrresse, militares não pudessem ser julgados pelos crimes ordenados por eles (incluindo torturadores) e que, aos poucos, apareceriam.

Após isso, Aluízio encontrou-se com a família em Foz do Iguaçu. Passou a viver em liberdade, mas não em paz. "Aquele

ano na prisão, as torturas, os anos na clandestinidade, meus amigos mortos, amigos de quem eu não tenho notícias... Isso me afetou tanto... Eu fiquei muito tempo com dificuldade de adaptação. A gente carrega, não adianta, a gente carrega, todos os anos, isso nunca vai deixar de existir".

•••

No caminho de volta, Aluízio vem comentando sobre o jornal *Nosso Tempo*, fundado por ele em Foz do Iguaçu quando retornou anistiado e conhecido pela sua linha editorial de contestação à ditadura militar de 1964 – que só terminou no ano de 1985. Com gosto, ele se recorda da estrutura em forma de cooperativa que o jornal tinha e das reportagens de alto apelo que eram publicadas. "E tínhamos leitores, as pessoas gostavam muito".

Um dia, publicaram uma foto de Che Guevara, líder revolucionário de Cuba. Um anunciante ligou para reclamar. "Um anunciante, um empresário ia querer uma foto de um revolucionário da esquerda no jornal em que ele colocava a propaganda dele? De jeito nenhum". Aluízio comenta que, em resposta à crítica do anunciante, tirou a foto de Che e, no lugar, publicou uma de Adolf Hitler, líder nazista da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Entre risos, ele especula, enquanto dirige, a fúria em que o empresário provavelmente tenha ficado.

Mas então o tempo passou e a hierarquia empresarial também chegou para o *Nosso Tempo*. Houve o dia em que o jornal contestador e escrachado deixou de ser uma cooperativa para se tornar uma corporação – e Aluízio, chefe. Pessoas foram contratadas, equipamentos foram comprados e pautas foram burocratizadas, na visão dele. "Perdeu-se totalmente o sentido do que era aquele lugar. A gente recebia doações para trabalhar, nossos equipamentos eram doados de cooperativas. Daí passou a ser comprado, nota fiscal, conta, tudo organizado, burocracia, contratar, demitir.".

E foi morrendo. O jornal padecia tanto pela mudança na sua concepção, quanto pelos tempos, agora não mais de con-

testação a regimes totalitários. Na democracia, aquela voz alta e firme de antes não parecia caber mais. ): “É um mal de ideias datadas, né? Você cria e aquilo tem um fim. Se você se adapta, nem sempre dá para manter aquela vida de antes, aquela característica principal se perde e então se perde tudo”. A adaptação veio para o jornal na forma de releases de assessorias de imprensa e anunciantes, “coisa que ninguém quer pagar pra ver”. “Mas o senhor já foi assessor de imprensa, né?”, pergunto. “Sim, eu sobrevivo, é o que eu tenho feito até hoje”.

**Artigo VI**

*Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.*

CAPÍTULO 5

# 112, menos um

**Artigo X**

*Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.*

**Artigo XI**

*1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.*

*2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.*

*João Batista dos Santos, 45*

*"Nas celas o ambiente era trágico, diz Dadá:*
*– Não conseguimos dormir dentro do barraco.*
*Uma, porque nós ficamos perturbadíssimos, e, outra,*
*que o cheiro de carniça era forte;*
*o chão estava de sangue até o rodapé.*
*Só no dia seguinte é que limpamos tudo,*
*e eu arranjei uma Bíblia.*
*No livro sagrado, Dadá finalmente leu o Salmo 91*
*recomendado pela mãe na véspera,*
*e diz que chorou feito criança com o trecho:*
*– Mil cairão a teu lado e dez mil à tua direita,*
*mas tu não serás atingido; nada chegará a tua tenda."*
*------- Trecho de "Estação Carandiru", de Drauzio Varella.*

2 de outubro de 1992. 14h. Uma briga entre dois presos durante um jogo de futebol por causa do uso de um varal se transforma em um conflito generalizado no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo – o Carandiru. Funcionários são retirados do prédio pelos detentos, fogo é ateado nos colchões e barricadas são montadas para que não haja acesso ao prédio. O então diretor do presídio, José Ismael Pedrosa, pega o telefone e faz uma ligação.

15h05. O secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, atende ao telefonema e é informado da rebelião. Ele mesmo, então, faz o seu telefonema e comunica ao comandante da Polícia Militar sobre o problema: Ubiratan Guimarães aciona as Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), a Tropa de Choque, o Comando de Operações Especiais (COE) e o Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate). Na conversa com o secretário, a ele, Ubiratan, foi delegada a decisão de invadir ou não a casa de detenção com os policiais.

16h30. Após a retirada das barricadas, Ubiratan ordena a invasão. Em meia hora, 111 presos são mortos, em média com cinco tiros cada um, alguns pelas costas.

Imagens da imprensa da época mostram os familiares dos presos acompanhando do lado de fora, desesperados, a ação da polícia. Quinze mortos no quarto andar. Oito mortos no terceiro andar. Setenta e três mortos no segundo andar. Quinze mortos no primeiro andar. Nenhum policial ferido por tiro durante a invasão.

Os sobreviventes são obrigados a correr, nus, por um corredor polonês montado por policiais militares e a ajudar a empilhar os corpos no primeiro andar.

Além de Ubiratan, 120 policiais são acusados de envolvimento na chacina. Os demais responsabilizados foram o governador do estado de São Paulo à época, Luiz Antônio Fleury, o secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, o diretor do Carandiru, José Ismael Pedrosa, o capitão Wanderley Mascarenhas, comandante do Gate, que invadiu o quarto andar, e o tenente-coronel Antônio Chiari, comandante da Rota, que liderou a invasão aos dois primeiros andares.

Em 15 de abril de 2013, mais de 20 anos após a chacina, 23 dos 26 policiais levados a julgamento pela morte de 13 presos no segundo andar do pavilhão 9 foram condenados; os outros três foram absolvidos. Cada um recebeu uma pena de 156 anos, a serem cumpridos em regime fechado. Eles poderão recorrer em liberdade. O ex-governador de São Paulo, Luiz Fleury, que foi testemunha de defesa dos policiais, afirmou, durante o julgamento, que a invasão ao Carandiru foi “legítima e necessária”. Todos os policiais alegaram que havia presos armados e que eles apenas revidaram os ataques. O julgamento foi dividido por andar do pavilhão e deve continuar ao longo do ano de 2013.

João Batista dos Santos, o JB, estava no Pavilhão 9 no dia da chacina que matou colegas com quem ele se lembra claramente de ter jogado bola. “A gente até acaba conseguindo ser amigo de verdade lá dentro, no meio da violência e tudo. Você

até se imagina encontrando essas pessoas aqui fora, convivendo aqui fora... Mas que nem foi, foi doloroso". Ele interrompe a fala e lança um olhar para a chuva. "Pra você ver o valor que o ser humano tem".

•••

JB nasceu em Minas Gerais, em uma cidade chamada Berilo, de onde também é sua mãe, Maria da Glória da Costa. Com menos de um ano de idade, veio com ela para São Paulo, para "quase perder a cabeça" na cidade grande. Maria era empregada doméstica e levou o filho para viver com ela no emprego, uma casa no bairro Jardins, de classe média-alta.

Até então, um menino de sorte. O jovem de família pobre mineira que, do pai, só sabe o nome – Juvelino Ribeiro dos Santos –, parecia ter ali uma oportunidade de levar uma vida tranquila e confortável.

Um dia, saiu com a madrinha para fazer compras no Pão de Açúcar na Alameda Franca, do lado da casa. Quando volta, encontra a mãe desmaiada no chão da garagem da casa: tinha sofrido um derrame cerebral. "Eu até tinha jurado vingança e tal... Contra quem, né? Nem sabia o que [eu] estava falando. Eu não sabia o que era doença até aquele dia". A partir daquele momento, a mãe ficou paralítica e morreu logo em seguida. JB, então com seis anos, esperou mais um ano para perder também a madrinha e ficar só no mundo.

Foi viver no Educandário Dom Duarte, na Liga das Senhoras Católicas, próximo à rodovia Raposo Tavares, em São Paulo. Durante seis anos, morou ali. Saiu com "doze ou treze anos" para morar com uma outra família.

•••

Em novembro de 2012, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, havia afirmado que preferiria morrer a ficar preso em alguma detenção brasileira. "Do fundo do meu coração, se

fosse para cumprir muitos anos em alguma prisão nossa, eu preferia morrer", disse, na ocasião. Na classificação do ministro, as prisões brasileiras são "medievais".

"Eu acho que ele foi muito feliz nessa constatação, nessa observação, mas o timing em que ele falou isso está um pouco atrasado. Essa realidade das prisões brasileiras vem desde o tempo do império", afirma o advogado Marcos Fuchs, diretor executivo do Instituto Pro Bono e diretor adjunto da ONG Conectas Direitos Humanos. "O Brasil nunca zelou, nunca teve a mínima preocupação, nenhum governante, nenhuma autoridade, estadual ou federal, com o problema da penitenciária, com a população prisional no Brasil".

A entrevista na biblioteca da Conectas tem como som de fundo os helicópteros que constantemente passam pela região do Viaduto do Chá e do Teatro Municipal, no centro de São Paulo. Após dar a declaração sobre a negligência do Estado com o sistema carcerário brasileiro, Marcos, 45 anos, tira os óculos e esfrega os olhos. Depois os recoloca.

O trabalho dele consiste especialmente em visitar os Centros de Detenção Provisória (CDP) em São Paulo e, nas entrevistas com a população carcerária, obter informações sobre o estado daquelas pessoas, se há feridos, qual a situação em termos de saúde, se há alimentação. Marcos conta que não pergunta durante as entrevistas, em nenhum momento, quais os crimes cometidos. "Primeiro que ele não vai me contar. Segundo que não é do meu interesse saber, está fora do meu escopo. Meu trabalho é com acesso à justiça, é verificar qual a situação dele dali do centro de detenção em diante. O passado não importa", explica.

Dados divulgados em novembro de 2012 no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde foi apresentado o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, constataram que a população carcerária brasileira em 2011 chegava a 471.254 pessoas; no ano anterior, o número era de 445.705 encarcerados. Destes, 203.446 eram presos condenados ao regime fechado e 173.818 eram presos provisórios, isto é, aguardavam julgamento; em per-

centual, os presos condenados totais correspondiam a 62,3% da população carcerária, enquanto 36,9% estavam em condição provisória. No total, em 2011, o país fornecia 295.413 vagas no sistema prisional, o que representava um déficit de 175.841 vagas – número próximo ao de presos provisórios no país. Era o equivalente a 1,6 preso por vaga nas cadeias brasileiras.

Entre os estados, São Paulo estava no topo em número de detentos e em déficit de vagas por números absolutos. Eram 174.060 presos em 2011 contra 163.676 em 2010, dos quais 93.228 estavam em regime fechado e 57.796 estavam em regime provisório. Em percentuais, a quantidade de presos condenados equivalia a 66% da população carcerária, ao passo que 33,2% eram presos provisórios. Como a quantidade de vagas disponíveis nas cadeias paulistanas era de 100.034, o déficit de vagas correspondia, na época, a 74.026, o maior do país.

A maior parte dos presos no país – e em São Paulo, com a maior quantidade de presos – foi condenada ou aguardava julgamento principalmente por tráfico de entorpecentes, seguido do roubo ou furto, especialmente de veículos. A maioria dos presos eram homens (93,8%) pardos (43,6%) entre 18 a 24 anos (29,6%).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública foi produzido com dados do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal do Ministério da Justiça (SINESPJC/MJ), que consiste em um banco de informações alimentado pela Polícia Militar e Civil dos estados e também algumas Secretarias de Segurança Pública.

No entanto, dados mais recentes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) elevam todos os números acima. Também ligado ao Ministério da Justiça, o Depen divulgou o seu próprio formulário com os dados sobre o sistema carcerário, referentes a junho de 2012, colhidos a partir do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen).

A população carcerária naquele mês subiu para um total de 549.577 pessoas. São 288,14 presos a cada 100 mil habitantes. Destes, 216.075 eram presos condenados ao regime

fechado e 191.024 eram presos provisórios. Os presídios brasileiros, porém, tinham 309.074 vagas.

Entre os crimes, os atentados contra o patrimônio lideravam, com 249.655 detentos presos nessa tipificação, especialmente por roubo (142.663 detentos) e por furto (72.440 detentos). Latrocínios, que são os roubos seguidos de morte, somavam pouco mais de 15 mil condenados e os presos por estupro eram aproximadamente 12,6 mil.

A maioria da população carcerária continuava sendo composta de jovens entre 18 e 24 anos (138.363), dos quais 131.333 eram homens. Do total dos presos no país, 210,2 mil eram pardos.

O Depen também fez a mesma divulgação na divisão por estados. São Paulo elevou o número de presos para 190.818 em junho de 2012, ou 462,56 presos a cada 100 mil habitantes. A capacidade dos presídios, novamente, não acompanhou a quantidade de novos presos: eram 102.183 vagas, um déficit de 88.635 vagas. Pouco mais de 98 mil eram pessoas condenadas ao regime fechado, enquanto 62,2 mil eram presos provisórios.

De novo, roubos e furtos se destacavam entre o número de presos em cadeias de São Paulo. Do total de 112.365 crimes contra o patrimônio, 65.812 pessoas estavam presas por roubo e 28.966, por furto. Cerca de 6 mil detentos praticaram latrocínio e 3,3 mil, estupro.

Todo esse cenário demonstra, segundo Marcos, uma nefasta realidade: a política de encarceramento se perdeu no tempo. Prende-se muito, condena-se muito, mas parcelas muito específicas da sociedade – jovens, pardos, por crimes muito específicos – sem que se criem mecanismos de recebimento dessa população nos presídios e de combate à origem dos crimes. Além disso, há os presos provisórios, que contribuem significativamente para um sistema penitenciário sobrecarregado e injusto. “Já houve casos comigo de, durante a entrevista, eu descobrir que o preso de uma casa de detenção provisória estava aguardando uma audiência havia 8 anos. Isso parece justo? É uma política totalmente errada de encarceramento em massa”, afirma.

A população total de presos no Brasil, observando os números mais recentes do Depen, coloca o país como o quarto a ter o maior número de presos, perdendo apenas para os Estados Unidos, que tem 2,3 milhões, para a China, com 1,6 milhão, e para a Rússia, com 708,3 mil.

•••

Quando a invasão do Carandiru pelas tropas da polícia começou, JB afirma que ele e os outros detentos sabiam exatamente o que aconteceria a partir dali. Para sobreviver ao massacre, ele se lembra de correr, correr muito. Não foi para a cela onde ficava, a 357E, no terceiro andar. "Corri pra outras [celas], lá pro andar de cima".

JB acredita que os policiais agiram também em função do medo. Embora os presos tenham jogado as facas e estiletes que tinham dentro da cadeia pelas janelas, ele acredita que a quantidade de homens na Casa de Detenção inteira e a tensão lá dentro forçou os policiais a agir com imediata truculência, no predomínio de um sentimento de que ali "era guerra", era "matar ou morrer". "Eles tinham armas, mas população mesmo era de uns 8 mil [homens]. Então eles ficaram meio apavorados, a população toda presa lá era muita gente".

Ao mesmo tempo, ele não assume que ali houve um "matar ou morrer". Esse era o sentimento que ele acredita ter movido os policiais, mas os presos estavam todos rendidos. Não houve confronto. "De qualquer modo, eles entraram para matar mesmo. Eles tinham o poder na mão, que eram as metralhadoras, eles tinham vantagem. Eles não chegaram pedindo para levantar a mão, já chegaram soltando os cachorros e quem estava no caminho eles foram fuzilando. Esse era o julgamento deles sobre nós, os presos, ali".

Antes do Carandiru, JB já havia passado pela Penitenciária de Franco da Rocha. Lá, ele conta que ouvia ameaças com certa frequência. Amador Bueno de Paula, então diretor do presídio, segundo JB, assumia que penitenciária sob direção dele

não tinha rebelião, nunca. “Se tivesse, ele dizia que ia mandar o choque [Tropa de Choque] entrar e fuzilar”. Para acalmar os ânimos, uma comissão entre os próprios detentos foi criada. Por meio do esporte, eles conseguiam manter a disciplina e a ordem entre os presos, elementos que eles sabiam serem cruciais para continuarem vivos. “E era muito difícil porque não tinha visita íntima, não tinha televisão, mal e mal tinha um radinho. Era complicada essa época. Não tinha espaço. Então era um pessoal preso assim com uma revolta enorme, qualquer hora ia todo mundo explodir lá dentro”.

Mal sabia JB na época, mas era justamente o esporte – o boxe – que mudaria a sua própria história.

•••

Relacionar direitos humanos ao sistema carcerário brasileiro é, sem muita dificuldade, deparar-se com a ideia de que isso nada mais é do que defesa de bandido. Marcos muda sua fisionomia para um certo cansaço, como quem já ouviu aquela história vezes demais, quando toco no assunto. “Olha, essa é uma completa besteira... Esse pensamento coincide com o final da ditadura militar. Os torturados da ditadura foram justamente aqueles que eles viam como bandidos – os militantes da esquerda, quem era contra a ditadura de modo geral. Então, a partir do momento em que acabou aquela fase do estado de exceção e você tem então uma democracia, é fácil para as pessoas que não viveram nada daquilo atacar quem defende direitos humanos”, diz.

Marcos destaca que a luta pelo acesso à justiça nos Centros de Detenção Provisódia e a própria luta pelos direitos humanos, “definitivamente”, não estão relacionadas à defesa da impunidade. Um sujeito que tenha cometido o chamado crime hediondo – homicídio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro, estupro de vulnerável – deve, de fato, ser punido com a prisão e nenhuma defesa dos direitos humanos prevê a observação desses crimes como algo pouco grave.

No entanto, a imediata associação de direitos humanos e crimes hediondos acaba omitindo, segundo Fuchs, uma realidade muito mais injusta, feita de crimes de bagatela e com potencial ofensivo muito menor à sociedade. “Você prender o cidadão que furtou no supermercado um pacote de macarrão por estado de necessidade, porque ele estava com fome e a família passando fome, não é cabível. E em relação à droga, o usuário não é o traficante. O que temos aí é uma questão de saúde, você não pode prender essa pessoa”.

Em 2013, tramita na Câmara o Projeto de Lei (PL) 7.663/2010, que altera alguns dispositivos da atual Lei Antidrogas no Brasil, como a criação de um cadastro de usuários de drogas, internação involuntária e solicitada por familiares e aumento de cinco para oito anos de cadeia para traficantes. O objetivo da PL, proposta pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS), é diminuir a condenação de usuários de drogas, destiná-los ao tratamento e atacar a ação dos traficantes. A atual Lei Antidrogas vigora desde o ano de 2006 e tem sido muito criticada, assim como a PL, por não estabelecer com clareza os parâmetros usados para determinar quem é o usuário e quem é o traficante, na avaliação de alguns grupos ligados à área da saúde e do direito. Essa foi a posição do próprio Ministério da Saúde durante a realização do Congresso Internacional sobre Drogas 2013, realizado no mês de maio.

Marcos também lembra que, numa situação de superlotação dos presídios, o combate à criminalidade deve acontecer no seu cerne. Isso significa detectar os motivos que levam um jovem a se envolver com o crime e agir sobre eles, diretamente, ao invés de pensar no aumento de uma população carcerária. : “Alguns [motivos] não são difíceis de prever, embora não sejam os únicos: o ambiente desfavorável, a falta de oportunidade, a falta de acesso à boa educação, famílias desestruturadas, um núcleo familiar onde você tem outras pessoas que cometeram crimes e que influenciam, falta de políticas públicas. Tudo isso colabora muito [para a criminalidade]”.

O advogado não fala com base nas entrevistas que realiza porque não pergunta a respeito dos motivos que levaram

aquelas pessoas àquela situação de encarceramento. O que ele pode afirmar com base na sua própria experiência nesse trabalho é o que viu algumas dezenas de vezes. “O que se percebe é a miséria das pessoas que chegam às delegacias, nos flagrantes. Isso eu vejo”.

Do total de 549.577 presos no Brasil, 51.722, ou 9,4%, estão envolvidos em atividade educacional nos presídios brasileiros, enquanto 91.759, ou 16,7%, estão em programas de laborterapia/trabalho interno, também segundo dados do Depen de junho de 2012. Ao mesmo tempo, a maior parte (228.627, ou 41,6%) tem como nível de estudo o ensino fundamental incompleto. Somado aos dados, Fuchs relaciona a entrada de pessoas sem qualificação alguma nos presídios que, ao saírem, enfrentam o preconceito e a própria falta de qualificação para retornar ao mercado de trabalho. “Se você quer falar em ressocialização do preso, isso [pensar na situação dele nos presídios] é importante. É pensar que ele vai sair de lá e responder tudo que ele passou lá dentro para a sociedade. O raciocínio é muito simples: ‘é o Estado que me colocou naquela situação, onde eu fiquei sem dormir, sem comer, sem tomar banho, vendo gente morrer, vendo gente ser torturada’... Quem paga essa conta é a sociedade. Ele vai se vingar da sociedade. Então não adianta nada essa política”. Prender uma pessoa sem se preocupar com a situação dela dentro de uma detenção, submetendo-a à degradação por vingança, pelo entendimento de que este é o tratamento a se dar a um criminoso, seria gerar, como resposta, a própria vingança. “Nesse caso, não estamos falando de justiça, de nenhum dos lados”, afirma Fuchs.

Ele também lembra que a condição de ressocialização é dever do Estado, um dever cujos resultados positivos “toda a sociedade colhe”. “Se o Estado implementar dentro das unidades um trabalho de convênio com a empresa, não privatização, um convênio, se o Estado colocar em prática que, quando o preso estiver estudando, ele terá uma remissão da pena, eu acredito que ele sai do ócio, ele sai daquele estado onde ele só pensa em fugir, em falar no celular”. O objetivo é, nesse sentido, aumentar

as oportunidades do preso aprender um novo ofício ou retomar estudos, na tentativa de aumentar suas chances de reinserção na sociedade. A reincidência seria sempre punida com novas prisões, para as quais Fuchs chama a atenção de serem cada vez mais duras e com penas cumulativas. “Eu repito: ninguém aqui defende impunidade. Além do mais, eu não acredito que as penas no Brasil são, como dizem, ‘em três anos, sai’. Na lei dos crimes hediondos, um endurecimento tem acontecido”.

•••

Ao sair do educandário onde viveu até seus doze ou treze anos, JB foi viver com familiares da mãe, um primo e um irmão. Não deu certo. Juntos, eles tinham uma empresa, a Univel Administração de Bens, que também contava com outro sócio. O jeito foi apelar para o sócio. Ficou um tempo, não deu certo. Foi viver com a sogra desse sócio. Num determinado dia, com JB ainda na escola, a tal senhora morre. Regressa novamente para a casa do sócio. Ficou ali um período, até que a sociedade terminou – neste caso, por que o sócio cuidaria de um menino com quem não tinha agora nenhum vínculo? JB saiu e foi viver com um vizinho. Morando de graça, chegaram os problemas; não deu certo.

Dali, ele saiu para uma pensão. Foi quando ele diz que a vida mudou “radicalmente”. “Na pensão, a gente acaba conhecendo muita gente, nessa cidade... Aí comecei a conversar com algumas pessoas e fui me ruindo. Estava passando necessidade já. E quando fui ver, já estava com os dois pés atolados, já tinha ido para a Febem com 14 anos. Daí continuava o ciclo: saía da Febem, não tinha para onde ir, ia para uma pensão, ou ia para outra casa de um conhecido. E daí assim foi indo”.

João Batista foi preso em flagrante por roubo aos 19 anos, tendo já passado antes pela Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), hoje Fundação CASA. No Carandiru, ficou preso por um ano, no intervalo entre 1991 e 1992. A primeira vez que foi para um presídio, JB foi enviado

para aguardar julgamento na Cadeia Pública do Hipódromo, em São Paulo; condenado a 12 anos, ele foi transferido para a penitenciária de Franco da Rocha para cumprir a pena; de lá, foi enviado ao Carandiru.

No Carandiru, a vontade de todo dia era jogar bola. "Tinha muita gente, muito alvoroço, muita briga. Sinistro. Mas tinha futebol. Era o lado bom, jogar bola. Eu queria jogar bola". Em relação à convivência, ele descreve situações delicadas, onde, a todo momento, pensa-se no que vai ser dito, feito, na forma de olhar, nos gestos, no andar; mas, em geral, existia uma convivência. "Nós tínhamos as nossas regras lá, tem que estar sempre esperto. Mas é normal. É da mesma forma que a gente tá conversando aqui, era como a gente conversava lá, a diferença é que lá tem um lado violento, geralmente a galera acha que não tem nada a perder. Eu tive problemas, não há como não ter problema, mas foi normal".

JB conta, porém, que o "normal" da conviência dentro do Pavilhão 9 incluía nunca esquecer o que aquilo era. "Tem momentos que você pede pra Deus te iluminar porque a covardia é grande. E na cadeia não tinha muito esse negócio de brigar na mão. Tinha de brigar era na faca. E aí é melhor você passar pelo bunda-mole do que morrer".

•••

Christiano Jorge Santos, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo e também professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), admite a existência de um desconhecimento geral no modo como os direitos humanos são vistos hoje, especialmente em relação à população carcerária. O promotor lembra, como exemplo, quando foram retirados da competência da justiça militar os casos de homicídios cometidos por policiais militares contra civis, sob a alegação de que o corporativismo interferia no julgamento a favor de absolvições. A decisão, que faz parte da súmula 172, da data de 23 de outubro de 1996, no entanto, rendeu um fenômeno inespera-

do: os policiais continuaram não sendo condenados. “Quando trouxeram os policias militares que matam civis para a justiça comum, esses policiais começaram a ser julgados pelos jurados, por um júri, e aumentou o número de absolvições. Isso acontece porque continua sendo o entendimento geral da população, porque essa mentalidade a respeito [do trabalho] da polícia ainda permeia até hoje”, explica ele. “Agora, se você colocar um policial militar como réu e a vítima é um bandido, é muito difícil que o MP [Ministério Público] consiga a condenação. A população vai pensar que o bandido realmente mereceu”.

Em seu escritório, ao lado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde fica o Ministério Público paulista, o promotor menciona, porém, uma visão diferente de Marcos Fuchs. O pensamento punitivo e condenativo da sociedade, para Santos, é reforçado pela impunidade, que leva o cidadão a acreditar que, se a justiça não é feita, ela precisa acontecer a todo custo. “Primeira constatação de impunidade: o percentual de apuração dos crimes é muito baixo. Em segundo lugar: mesmo que o indivíduo tenha sua autoria descoberta, que ele venha a ser processado, existem no Brasil inúmeros fatores que contribuem para a impunidade, como, por exemplo, a prescrição. Dependendo das características do autor do crime, ele vai ser premiado com a prescrição pela metade [da pena]”, diz. O promotor também enumera as brechas legais do atual Código Penal como um elemento catalisador da falta de punição. “Nós temos, sim, uma lei muito branda. O camarada é condenado a cinco ou seis anos. Na maioria dos crimes, se não forem hediondos, a pessoa cumpre um sexto da pena e progride de regime”, exemplifica.

Ao mesmo tempo, Christiano Santos entoa uma conclusão semelhante à de Fuchs ao observar o combate à criminalidade. Ele lembra que todas essas questões não serão resolvidas sem uma “necessária mudança de mentalidade” em diversos segmentos da sociedade, que precisam ser mais comprometidos com algumas mudanças, entre elas a do sistema penitenciário brasileiro, que carece não só de

ampliação, mas principalmente de reformulação. Mais do que isso, Santos afirma enfaticamente que não se trata apenas de "colocar na cadeia", mas pensar a recuperação e a dignidade do preso, ali dentro e fora dali. "Todo mundo fala que tem que colocar [o indivíduo] na cadeia, mas ninguém pensa que já não tem mais espaço e ninguém quer ter um novo presídio do lado de casa, ninguém quer ver família de preso passando na porta de casa. Quer dizer, o preso é problema de quem? Do diretor do presídio? Esquece o preso? Daí, o que acontece é que ou essas pessoas vão ser engolidas pela criminalidade lá dentro do presídio ou vão se tornar mais fortes e sair pior do que já são".

Ao mencionar a responsabilidade social pela mudança, o promotor destaca que se trata de uma concepção que envolve todos os setores, incluindo o próprio Ministério Público. "Até mesmo dentro do Ministério Público você tem uma postura legalista, mas existe ideologia também. Evidentemente que há colegas que têm entendimento mais rigoroso com policiais, mas existem alguns que acabam sendo mais tolerantes. Se você for conversar com qualquer promotor aqui da capital, você vai encontrar esse cenário, porque a gente enfrenta essa dificuldade".

Ao citar o apoio social a uma ação letal da polícia, pelo entendimento de que direitos humanos defendem bandidos, ele menciona o próprio Carandiru como exemplo, onde protestos em relação às mortes dos 111 presos convivem ao mesmo tempo com declarações de apoio à ação daquele dia. Ubiratan Guimarães foi condenado em junho de 2011 a 632 anos pela morte de 102 detentos. Entrou com recurso. O Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2006, revisou a condenação e absolveu o então coronel, que depois foi eleito deputado estadual por São Paulo. Você vê, foram promotores que conseguiram a condenação do coronel Ubiratan, um caso que ninguém acreditava que conseguiriam [a condenação] e acabaram condenando. E os presos eram as vítimas. Mas muito pegou no seguinte sentido: os verdadeiros responsáveis foram os comandantes. E não os comandados. E o que aconteceu? No final das contas, o TJ [Tribunal de Justiça] acabou absolvendo o coronel [Ubiratan]".

•••

Marcos é marido de Flavia Piovesan, professora de direitos humanos no Brasil e no exterior. Ela exerceu forte influência para que ele, advogado, passasse a se envolver com a questão. No dia em que 111 presos foram mortos no Carandiru em 1992, ele não atuava nem na Pro Bono e nem na Conectas.

Suas visitas às cadeias começaram em 2005. A primeira unidade visitada foi a Cadeia Púbica de Guarujá, naquele mesmo ano. Ali, ele conta que encontrou um cenário de superlotação, sujeira e abandono. "Nessa cadeia pública, onde era para ter 60 presos, chegou a ter 400. E a gente entrou na carceragem. Você não imagina o que é aquilo. Aquele monte de mãos, de homens, aquela coisa abafada, calor, gente passando mal", relembra.

Entre as celas, uma outra, que mantinha um determinado local isolado dos demais presos, abrigava oito adolescentes, todos entre 8 e 14 anos, segundo Fuchs. Eles ficavam ali, numa cela lado a lado, mas isolada das demais, porque eram ameaçados de morte pelos demais presos. Marcos descreve o tamanho do espaço onde aqueles jovens ficavam: ia da mesa onde estávamos conversando até uma parede atrás de mim. Não dava mais de três metros. Os meninos, de onde estavam, conseguiam ouvir quando os demais presos saíam para jogar bola. Eram os momentos em que eles podiam "esticar as pernas", conforme Marcos conta, que significava andar na cela, aproveitando aquele espaço pequeno em toda sua totalidade.

Os meninos também tinham alguns amigos ali dentro: um rato, que eles chamaram de Gabriel, e as baratas. "Eles estavam lá cumprindo medida 'socioeducativa'. Como eles vão sair de lá? Ou a cadeia os mata ou eles saem pior".

A situação foi denunciada à Organização das Nações Unidas (ONU) e a unidade prisional foi fechada, dando lugar a uma unidade de acolhida para crianças e adolescentes.

Em relação ao Carandiru, Marcos afirma que aquela situação trouxe apenas resultados negativos e que podem se repetir, inclusive. "Como ato simbólico – que eu até aplaudo – o

Carandiru foi implodido. Só que aí você agora está construindo mini-Carandirus por aí. As unidades [penitenciárias] atuais são outros barris de pólvora".

•••

Com muita dificuldade para se reintegrar à sociedade e sem ter para onde ir, a tentação de voltar ao crime crescia quando JB terminou de cumprir sua pena. De volta às ruas, sem destino, desiludido com a família com quem havia morado, que não o receberia, e já voltando ao vício no crack, para voltar aos roubos pouco faltava.

Caminhando pela rua, ele passou em frente a um espaço no bairro da Bela Vista, no centro de São Paulo, onde encontrou o ex-pugilista Nilson Garrido e conheceu o projeto social que ele desenvolvia: uma academia improvisada onde incentivava moradores de rua a praticar o boxe. Na mesma época, a filha de JB estava nascendo. "Acabei entrando e conversando com o mestre [Nilson Garrido] e contei pra ele o que estava passando, que estava quase voltando para roubar, mas não queria voltar pra cadeia, por causa da minha filha, porque eu sabia que se eu voltasse pra cadeia eu nunca mais ia ter contato com ela de novo. Porque eu já tenho uma filha que eu nunca mais vi. Hoje ela tem 22 anos e eu não sei nem como está. Esse sentimento me doeu muito".

Enquanto estava preso, não passava pela cabeça dele reconstruir uma família fora da prisão; vivia sozinho, andava sozinho, almoçava sozinho. Quando terminou de cumprir a pena, a mesma coisa. Mas JB, que foi criado em ambiente familiar quando pequeno, sentiu o peso desse passado no momento do nascimento da filha. Passou a frequentar a casa da mãe da menina, retomando um convívio familiar. "Isso mexeu comigo. Eu acabei entrando na academia [do Nilson Garrido] e comecei a ficar lá. Chegava às seis da manhã, ficava lá varrendo, ajudando, para ocupar a mente. Me sentia mais à vontade, acabei criando gosto mesmo, aprimorando, vendo o resultado de alguns ali no

boxe... Foi quando eu falei pra mim: 'eu quero isso aqui pra minha vida'. Não tinha vontade de roubar. Tinha vontade de mexer com aquilo".

JB saiu da academia de Nilson Garrido e foi criar sua própria. Sob o viaduto do Glicério, na região central de São Paulo, juntou objetos de academia doados ou catados do lixo e montou a sua própria iniciativa social para atender à população de rua, albergados e qualquer um que passe ali e queira aprender boxe com ele.

É ali que JB vive, sob o viaduto, em uma casinha construída com material doado por um grupo de jiu-jitsu que se sensibilizou pelo trabalho quando passou ali um dia. A maior vontade de JB era ver aquele local limpo e iluminado. Mas, por hoje, terminar o octógono que começou a construir ali já seria uma grande alegria. "Depois de pronto, vai atrair mais gente. Pelo menos, eu espero".

JB, conforme aprendeu com Nilson, diz que é preciso "reciclar o ser humano". E, para isso, ele acredita no esporte – e no boxe, que conheceu fora da prisão e para onde canalizou sua própria ira. "As pessoas dizem que ensinar algum esporte de luta vai incentivar a violência do jovem. Eu não acredito nisso. Eu acho que você incentiva ele a praticar um esporte, a colocar as tristezas dele ali, e daí ele tem uma chance de não pensar em coisas ruins".

Quando chove – como chovia naquele dia – os carros que passam pelos cruzamentos do viaduto jogam a água para a casa de JB. O vento, forte, sopra as gotas para debaixo do viaduto, de modo que tudo – o sofá, o fogão, os cachorros – fica molhado. Ele não se importa. Ao mesmo tempo que assume ter perdido muita coisa na vida, a mesma vida que também lhe deu pouca coisa para perder, JB se sente bem ao pensar no espaço que tem como seu "quintal", uma área grande a que poucos têm acesso numa cidade apertada como São Paulo, como ele mesmo descreve. "Estou aqui, estou feliz de estar aqui, mas ao mesmo tempo triste, porque tem a questão do conforto. Não tenho moradia. Eu sei que posso melhorar, mas como? Eu te-

nho que conviver assim e olha a situação que eu moro!", diz, apontando para as poças d'água.

Um dos cães latia sem parar para um homem que passava na rua. Em seguida, o bicho desiste do esforço e vai se deitar perto da cadeira onde JB estava sentado. "Hoje em dia é difícil você ter um espaço desse pra você morar, tem essa vitória. Eu tiro mais vitória do que derrota. Maior derrota que eu tenho só o lado familiar. Mas de resto? Só tenho vitória. Eu sobrevivi até hoje... Quer coisa mais difícil que sobreviver?"

CAPÍTULO 6

# A Hégira

## Artigo XIII

*1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.*

*2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.*

## Artigo XIV

*1.Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.*

*2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.*

## Artigo XV

*1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.*

*2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.*

*"Em 622 d.C., deu-se a hégira (migração). Foi quando Maomé e seus seguidores fugiram para Iatrib, que a partir de então passou a ser designada por Medina, a cidade do profeta. A partir da hégira iniciou-se o calendário muçulmano."*
*------- Trecho de "Sob o olhar da razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil", de Marcos Alexandre Capellari.*

2010. Quando chegou ao Brasil, Mohammed Yasin Alizada não esperava encontrar algo muito novo. Afligia-o a ideia de deixar o país onde viveu do nascimento no ano de 1986 até seus 24 anos, mas o medo de ficar ainda era maior. A expectativa positiva com a cultura brasileira contrasta com as evidentes diferenças com o Afeganistão, mas ele assegura que não tinha o que temer. "Minha única preocupação eram os documentos, era ficar legalmente aqui. O resto não me incomodava". Na internet, procurou diversas informações que pudessem lhe ajudar a descobrir o melhor país para pedir refúgio, o mais acessível, o mais receptivo, em que tivesse mais chances de ser recebido. Caiu no Brasil, viu fotos, leu reportagens. Criou a imagem de um país no qual ele gostaria de viver de um modo diferente daquele que levava no Afeganistão, já fora do controle do grupo fundamentalista e terrorista Talibã, mas ainda assim ameaçado por eles.

Yasin, então, vendeu as "terrinhas" do pai. Com o dinheiro, pagou a passagem de vinda ao Brasil, que lhe custou 10 mil dólares, dados a uma pessoa que, segundo ele, ajudava

outras a atravessar fronteiras ilegalmente. Deixou Ghazni, o local que nasceu, a leste do Afeganistão. Pelo sudoeste, liga-se à cidade de Kandahar; a capital do país, Cabul, fica a nordeste. A viagem entre Cabul e Ghazni durava, em média, cinco horas. Desde o momento da decisão de sair do país e migrar, Yasin nutria a vontade de trabalhar e estudar livremente, seguindo em frente exatamente do ponto onde havia parado quando decidiu deixar os irmãos e a faculdade para trás.

Na história recente do país, no intervalo em que os quarenta anos de conflitos armados têm início, o país viveu, basicamente, sob um regime soviético seguido da liderança política dos Talibãs e, por último, na forma de república, sob o governo de Hamid Karzai. Na nossa primeira conversa, questiono Yasin sobre qual o impacto da guerra em sua vida. Partíamos da estação Vila Madalena do metrô, após um encontro com outros refugiados, de diferentes nacionalidades, realizado na sede da ONG Adus, que atua com refugiados em São Paulo. Ele seguiria para o Morumbi, onde mora. “Qual das guerras você quer saber?”, ironiza ele. Digo-lhe que me conte todas. “Como você acha que é a guerra?”, perguntou-me, enquanto se afastava para sair do trem na estação Consolação, antes das portas fecharem.

•••

Em março de 2013, o Brasil tinha 4.262 pessoas reconhecidas como refugiadas, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e criado em 1997 para atender especificamente a população solicitante de refúgio. Desse número total, a maior parte era angolana, com 1.060 pessoas, seguida pelos colombianos (738 refugiados) e pelos congoleses (570 refugiados). Para o ano de 2013, a estimativa do Conare é analisar cerca de 2.500 novos pedidos de refúgio no país; até maio, 557 casos foram avaliados, dos quais 253 foram deferidos e 304, indeferidos.

Os grupos que para cá migram para solicitar o refúgio são diversos, embora as motivações que os levam a fugir se-

jam semelhantes, com destaque para as perseguições e conflitos étnicos, religiosos e de nacionalidade. Países como a Síria, Costa do Marfim, Mali e República Democrática do Congo, que passam por crises humanitárias, têm gerado um novo fluxo de deslocamentos para o Brasil, segundo avaliação do Comitê.

O Brasil possui um estatuto específico para a questão do refúgio, que reúne diversas regulamentações legais sobre o tema, entre elas a Lei 9474/97 – a mesma lei onde a criação do Conare foi promulgada. Nessa lei, são especificados diversos elementos sobre o que será reconhecido como um refugiado, quem poderá pedir refúgio, quem não poderá e como entrar com a solicitação de refúgio. Além da lei, existe uma coletânea de outras resoluções, convenções e protocolos, que tentam tornar a receptividade aos refugiados mais efetiva e mais precisa.

Ainda assim, um dos elementos mais curiosos é o fato de que nem na Declaração Universal de 1948 e nem na Lei 9474 cita-se como refugiado aquele que se dispõe a migrar por motivações climáticas ou econômicas, caso original em Darfur, no Sudão, vítima de um processo de desertificação, com as dificuldades humanitárias agravadas por conflitos étnicos, e no Haiti, que tenta se reconstruir após um terremoto que devastou o país em 2010, além de surtos de doenças, como a cólera. Embora povos solicitantes de refúgio desses países possam ser acolhidos com um status humanitário diferenciado do imigrante tradicional e mesmo que o senso comum veja a catástrofe como algo evidente nesses locais, é somente mais recentemente que esse novo grupo tem entrado na discussão sobre o conceito de refúgio propriamente dito.

•••

Em sua sala, no segundo andar da faculdade FMU da Avenida Liberdade, o coordenador do curso de Relações Internacionais e advogado especialista em refugiados Manuel Nabais da Furriela explica que o conceito de refugiado é muito específico, mas que está em constante mudança em função de novas

e específicas situações que surgem no mundo e que não podem ser desconsideradas. O professor cita o caso do Sudão e do Haiti como exemplos dessas novas condições, destacando os motivos ambientais e econômicos que levam os habitantes desses lugares a migrar. Com base nisso, ele menciona a importância de serem feitas discussões e possíveis emendas aos tratados ou o surgimento de novos tratados para lidar com a questão. "São outras as causas que levam as pessoas a buscarem o refúgio, nesses casos. É pensar que aquele problema daquele indivíduo em relação à sobrevivência se torna determinante, a pessoa não consegue continuar vivendo naquela região sob aquelas condições".

Furriela conta que sua opção de atuar na área humanitária do refúgio e não na área jurídica, sendo ele advogado, veio em consequência de um episódio marcante. Em meados dos anos 2000, ele fazia um mestrado nos Estados Unidos, em Washington, e chegou a atuar como membro do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID). Um dia, foi realizar um trabalho voluntário em um presídio norte-americano. Na cela, deparou-se com um angolano, que ficou surpreso e feliz de ter encontrado alguém capaz de conversar na sua língua nativa, o português. Foi então que ele soube que o angolano era professor universitário e que havia conseguido alguns diamantes, pagamento que usava para subornar pessoas na tentativa desesperada de fugir do país, que já passou por inúmeros conflitos armados. O professor de Angola estava na mesma cela que um rapaz responsável por nove assassinatos.

"Eu fiquei impressionado com o tratamento que foi dado a ele. Fizemos um trabalho e conseguimos mudá-lo de cela". Ali, ele enxergou a sua própria condição dentro do trabalho com refugiados, como nunca antes. "Uma pessoa que era um professor, que podia ser o que eu sou hoje em dia, um professor universitário, que teve que fugir do seu país e que foi parar num presídio, naquela situação degradante, enquanto analisavam o pedido de refúgio dele nos Estados Unidos...". A partir daquele momento ele soube que atuaria nisso. "Foi um dos motivos

mais fortes que me levou a querer trabalhar com isso, não sobre a questão jurídica do refúgio, mas sobre a questão humana".

•••

Pelos olhos e lembranças de Yasin, o Afeganistão é um país montanhoso, de terra e árvores secas por consequência das raras chuvas. "Nos últimos 15 anos não choveu muito lá. Em São Paulo, chove todo dia e as pessoas não gostam!", brinca.

Em relação aos afegãos, ele descreve que a organização social depende da cidade. As pessoas que moram no interior sobrevivem do trabalho em fazendas, as maiores exportando frutas, legumes e verduras. Embora o Afeganistão seja o principal produtor de papoula do mundo, planta que é utilizada na produção do ópio, Yasin diz que, onde morava, não havia o cultivo dela. Na cidade, as pessoas trabalhavam no governo ou na iniciativa privada, no comércio ou em pequenas lojas. Nos últimos anos, porém, ele também lembra aqueles que saíram do país, com destino principalmente ao Paquistão, Irã ou Dubai, nos Emirados Árabes. "Elas trabalham lá e enviam dinheiro para os familiares que ficaram no Afeganistão. A vida lá sempre foi humilde".

Sua cidade natal, Ghazni, não é como São Paulo, "mas tem carros", brinca, lembrando os curiosos que descobrem que ele é afegão e procuram saber como as pessoas vivem lá. Yasin não é árabe, como pensa a maioria que lhe questiona. A etnia predominante no país recebe o nome de pashtun e ele, mulçumano, compõe a minoria hazara da região.

Residente no Brasil há dois anos e meio, ele, cuja língua-mãe é o dari, variação do persa moderno falado no Afeganistão, consegue se comunicar em um português claro, ainda que bastante carregado e insuficiente para prestar um vestibular em faculdades brasileiras. Yasin decidiu fazer um curso técnico em logística no Senac, o primeiro passo em direção à faculdade de administração e que ele acredita ser mais acessível para o conhecimento em português que ele tem atualmente. O curso teria começado em abril, exatamente no dia

primeiro, caso tivessem sido contabilizados alunos suficientes para a formação de uma turma. Como isso não aconteceu, Yasin fez uma nova matrícula, em outra unidade do Senac, e espera que, dessa vez, dê certo.

•••

21h de uma noite chuvosa em São Paulo. Marcelo Haydu tinha retornado há pouco do colégio público onde dava aula de Sociologia para turmas de ensino médio. Ele, formado em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), dedica-se durante o dia a coordenar a ONG Adus. O próprio Marcelo teve na família a experiência do refúgio: o avô, iugoslavo, foi refugiado em consequência da guerra dos Bálcãs.

Marcelo vê o Brasil como um país que de fato oferece boa receptividade em relação a solicitantes de refúgio, mas que, com o refugiado uma vez aqui, deixa os cuidados a cargo de outras ONGs. Ele, particularmente, vê problema nessa prática de ausência do governo porque essas instituições são, no mais das vezes, religiosas e devem receber pessoas que às vezes não partilham das mesmas predileções. O principal parceiro do Conare para a recepção e encaminhamento de solicitantes de refúgio no país, por exemplo, é a Cáritas Arquidiocesana, ligada à igreja católica. "[Os refugiados] são pessoas muito diferentes no seu modo de pensar e ver as coisas. A gente está lidando com pessoas de várias partes do mundo, etnias, raças, credos e que, muitas vezes, são acolhidas por instituições católicas, o que já deu ou causou constrangimentos com determinados grupos". Ele também cita a estrutura das instituições que recebem os refugiados, em termos humanos, financeiros, físicos e econômicos, como um dos aspectos que dificultam a atuação, cuja maior parte conta com parcerias com o empresariado ou outras ONGs e doações de organizações civis.

Depois de enumerar essas questões, permitir a entrada de refugiados aparenta pouca representatividade diante das de-

correntes necessidades que eles ainda terão de enfrentar. Mas Marcelo cita o funcionamento desse trâmite em outros países, em que o refugiado é tratado como perigo potencial à segurança local, e reconhece que, nesse sentido, o Brasil segue por um bom caminho. “Após o pedido de refúgio, alguns países mantêm as pessoas em cárcere, aguardando o processo e o pedido. No Brasil, as pessoas chegam e já possuem o direito de ir e vir, de circular no território nacional, sem restrições”.

Estive um dia em um encontro organizado pela ONG Adus com um grupo de haitianos e alguns africanos recém-chegados ao Brasil. Neste dia, voluntários e imigrantes faziam uma apresentação pessoal sobre quem eram e como haviam parado ali. Foi onde conheci Alatuogu Emmanuel, um refugiado da Nigéria que havia chegado ao Brasil há um mês.

A língua oficial da Nigéria é o inglês, razão pela qual conseguíamos conversar. Em algumas ocasiões, Emmanuel telefonava para mim. Queria conversar mais. Além da família, a distância dos amigos, dizia ele, era o que mais lhe doía estando há tão pouco tempo no Brasil. Saber falar apenas “obrigado” e “com licença” em português tampouco ajudava.

Durante uma dessas conversas, ele comentou sobre sua vida aqui. Emmanuel tinha o sonho de comprar uma casa e arrumar um emprego. Já tinha em mãos a carteira de trabalho e, segundo ele, o que faltava era ser realmente livre. “Ir para onde eu quiser? Como? Preciso de dinheiro, de trabalho, entende?”, dizia-me. “Então, sua vida tem restrições aqui no Brasil?”, perguntei. “É claro! Eu vou ser livre quando tiver meu trabalho e meu dinheiro para eu ir aonde eu quiser”.

•••

O governo afegão de Hamid Karzai é apoiado pelos Estados Unidos, país que ocupou o território afegão entre outubro e novembro de 2001 à procura de Osama Bin Laden, líder da rede Al Qaeda e autodeclarado mentor dos ataques às torres do Word Trade Center em setembro do mesmo ano. Antes de Kar-

zai, o país viveu o intervalo entre 1996 e a ocupação dos Estados Unidos sob o domínio do grupo fundamentalista islâmico e de ordem nacionalista Talibã, cujas predileções ideológicas passam pelo resgate e manutenção de ideias políticas, sociais e religiosas ligadas aos princípios do Islã. À época, o país tinha como nome Emirado Islâmico do Afeganistão. Com a entrada das tropas, o Talibã foi retirado do governo e forçado à vida clandestina.

Mesmo com o atual título de república, a nação é uma das que mais possuem pessoas deslocadas em função dos conflitos entre Talibã e forças governamentais. Em 2012, o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur) estimou que o país tinha 450 mil refugiados internos – pessoas que se deslocam dentro do próprio território, na busca por áreas menos conflituosas para viver.

O regime pró-soviético afegão durou de 1978 até 1992, quando um grupo contrário ao governo comunista – os mujahedins – chegou ao poder, apoiado financeiramente e com armas pelos EUA, Paquistão e Arábia Saudita. Yasin nasceu quando o país vivia o regime comunista, mas pouco se lembra dessa época porque ainda era uma criança; já no final do governo pró-soviético, ele não tinha mais que seis anos. Quando o Talibã tomou a maior parte do Afeganistão, incluindo a capital, efetivamente a partir de 1996, ele tinha dez anos.

As coisas não eram perfeitas no país antes, não ficaram depois e não o são agora, com o governo de Karzai. O que Yasin afirma é que, atualmente, pelo menos a internet e a televisão estão mais acessíveis. Em termos de segurança e em relação ao que era quando sob o governo Talibã, na visão dele, houve melhora. “Mas só um pouquinho assim”, diz, juntando o polegar e o dedo indicador. Ele não nega a corrupção existente no atual governo e que é considerada uma das mais altas do mundo. Segundo cálculo da Organização das Nações Unidas, em 2013, foram quase quatro bilhões de dólares de recursos públicos desviados.

Yasin começou a estudar engenharia em Mazar-i-Sharif no ano de 2009, depois de um ano em um cursinho preparató-

rio. A cidade fica no norte do país. Era preciso utilizar as estradas para chegar de Ghazni até lá. Estes eram os momentos de maior medo. “Eu não tinha problemas específicos com o talibã, de ser perseguido. Tinha problemas nas estradas. Quando eu voltava para minha cidade, era difícil. Os terroristas entram nas estradas e quem é estudante, quem é aluno, eles tiram do ônibus, tiram dos carros e primeiro falam para eles deixarem as faculdades e pararem de estudar. Se continuar, da próxima vez que forem pegos, eles... matam as pessoas”.

Quando questiono se ele conhece alguém que tenha passado por isso, ele faz uma pausa. Em seguida, retoma. “Eu mesmo”.

•••

Ao comparar a forma com que alguns locais tratam o refugiado, referindo-se à população em geral e não apenas aos órgãos responsáveis pela acolhida, Manoel da Furriela afirma não ver um tratamento hostil no Brasil e acredita que isso se dê principalmente pela quantidade de pessoas refugiadas aqui. Com menos de cinco mil refugiados e com uma situação econômica favorável, onde o nível de desemprego permanece dentro de expectativas projetadas, a percepção negativa desse grupo na sociedade é muito pequena, senão insignificante. “Não existe uma campanha ou uma visão de que [os refugiados] estão, por exemplo, tomando o emprego de brasileiros. Você tem alguns países da Europa em que o nível de desemprego disparou com a crise econômica e o imigrante virou alvo. Nosso nível de desemprego não é baixo, mas não é muito alto, e nós recebemos uma quantidade de estrangeiros baixa para que você perceba que eles possam estar ocupando espaço nas atividades econômicas”.

Uma vez na condição reconhecida de refúgio, o indivíduo passa a ter os mesmos direitos de um cidadão brasileiro, incluindo a participação em programas sociais governamentais, como o Bolsa Família. O professor destaca, porém, que a dificuldade real do refugiado no Brasil, se não for a língua, continua

sendo econômica, incluindo o período após o reconhecimento do refúgio, com documentos regularizados. “Mesmo aqueles que conseguem algum tipo de suporte do governo, a carência econômica é muito grande: falta alimento, lugar para morar, auxílio para emprego, emprego que dê condições de autonomia... Daí, às vezes consegue emprego, mas é explorado pelo empregador, que se aproveita da vulnerabilidade... A carência econômica é sem dúvida a mais relevante”.

Mesmo assumindo que a situação financeira dessa população no Brasil é desfavorável, ele acredita que o país deveria receber um número maior de refugiados. “O discurso de que a gente já tem muitos pobres aqui, isso não serve. A gente também tem que resolver esse problema. Mas esse é um problema possível de equacionar em relação ao refugiado. O governo tem caixa. Dá para se atender ambas as demandas”.

Fazer os cálculos pela extensão territorial brasileira e propor a entrada de um milhão de refugiados é risível tendo em vista a existência de passivos sociais e das diferentes condições que seriam então oferecidas às pessoas, aponta o professor. Mas ele também questiona qual seria a representatividade de menos de cinco mil pessoas para a quantidade de refugiados presentes no mundo e deduz: é muito pequena. “O número [de refugiados que o Brasil recebe] é insignificante mesmo que a gente relativize nossos problemas internos. A nossa ajuda não representa nada frente ao problema [do refúgio] dessa magnitude no mundo hoje. Não sei te precisar um número que poderíamos receber. Podíamos receber dez mil, cem mil, cinquenta mil refugiados? Não sei. Mas com certeza mais do que cinco mil”.

O maior campo de refugiados do mundo, Dadaab, está localizado na fronteira do Quênia com a Somália e reúne pessoas que fugiram da fome e da guerra civil na região. No início de 2013, quando a explosão de uma granada matou duas pessoas no campo, o total de refugiados abrigados lá já chegava a quase meio milhão.

Naquele momento, a despeito da questão, o professor começou a me contar uma história. Duas semanas antes dessa

entrevista, em fevereiro de 2013, Manoel participou como palestrante em um evento na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a questão do refugiado. Um dos ouvintes se manifestou na sessão de perguntas. Ao imitar o gesto do sujeito, Manoel sequer iniciou a frase que ele teria dito: "Mas esses estrangeiros não deveriam vir para cá...". Interrompeu-se e ergueu o dedo em riste. "Eu disse a ele: você preste atenção no que seria São Paulo se não fossem 'esses estrangeiros' e migrantes, todos eles. Você acha que isso aqui surgiu como, surgiu assim? Surgiu um estado industrializado, uma das regiões mais ricas da América Latina, por força de trabalho e deslocamento de nordestinos que vieram para cá e imigrantes. É relevante dizer isso".

•••

"Eles me tiraram do ônibus e falaram para mim que eu trabalhava para o governo. A gente não pode portar os documentos governamentais, como carteira de identidade, de faculdade. Não pode andar. Se os terroristas acharem, eles matam", relembra Yasin. Conforme falava, esfregava as mãos, ajeitava o microfone de lapela, depois esfregava as mãos de novo. Ao mesmo tempo, dizia que "não era assim" no Afeganistão como um todo. "Em cada lugar era diferente. Dentro do talibã tem muita gente que pensa muito diferente. Na minha cidade, tinha membros do talibã que deixavam as meninas estudar. Eles eram talibãs, mas eram os talibãs educados, estudados". Com certo esforço pela quantidade de coisas a comentar sobre o país onde nasceu, Yasin procurava trazer diferentes realidades. A vida cotidiana dele lá, por exemplo, contrastava com a maioria paupérrima. "No Afeganistão era mais fácil [do que no Brasil] porque tudo é mais barato...". Questiono se essa realidade afasta os jovens da vontade de estudar. Ele assegura que não. "A minha família era média lá, mas em geral, os jovens do Afeganistão querem estudar. São outros países e outras pessoas que não querem ver o Afeganistão crescer. Eles querem deixar o Afeganistão do jeito de que está, deixar os povos de lá sem estudar".

A fala, confusa, levou-me a questionar em que ponto Yasin quer chegar e quem são “eles” a quem ele se referiu. Mas ele não diz. “Olha, tem coisas que eu não comento, eu não estou interessado em responder”.

•••

Furriela defende a abertura de programas para receber refugiados no Brasil, de modo que o país incentive a chegada, inclusive financeiramente. Solicitar refúgio significa fugir do país, ir para outro lugar e torcer para ser aceito. Ainda que classifique o Brasil como um país “que não é reacionário” nesse aspecto, o professor lembra as dificuldades que impulsionam o fluxo migratório para regiões próximas – exatamente o contrário do que fez Yasin. “[Os refugiados] não têm condições, na maior parte das vezes, de custear grandes deslocamentos. É uma situação muito vulnerável”. Leis e instrumentos brasileiros existem, o que não há é vontade política, agenda, na visão de Furriela. Não é uma questão prioritária, faz-se o que dá e basta.

A Pastoral dos Migrantes, grupo ligado à Igreja Católica e que oferece assistência a haitianos no Brasil, estimou que, entre janeiro e agosto de 2012, cerca de 1900 refugiados do Haiti que estavam em Manaus migraram para estados da região sul. No início de janeiro, o Conselho Nacional de Imigração, órgão que é ligado ao Ministério do Trabalho, havia aprovado 1200 vistos por ano, válidos por cinco anos, para imigrantes do Haiti. O próprio Ministério da Justiça havia afirmado, na época, que os problemas econômicos e humanitários causados pelo terremoto de 2010 permitia ao país conceder aos haitianos um status especial. Uma vez aqui pelo novo visto, eles poderiam trabalhar e também trazer familiares. Entretanto, a eles não será concedida a condição de refugiado por não se enquadrarem na definição do termo, que se limita a grupos afetados por perseguições políticas, raciais ou étnicas ou pela guerra. Em março, época em que os dados sobre refugiados em 2013 foram divulgados, Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça e presidente do Conare, disse que

o órgão havia registrado um aumento substancial de pedidos de refúgio de pessoas que buscavam melhores oportunidades de vida. Neste caso, elas não se enquadravam, tal como os haitianos, no refúgio, que só era oferecido enquanto tal nos casos previstos na definição clássica do termo.

A regularização da situação dos haitianos com status de imigrante especial, mas não de refugiado, na visão de Furriela, foi uma decisão acertada. Ainda que ele destaque uma iminente mudança do significado do termo refugiado, o caso do Brasil era específico e delicado. “Se o governo brasileiro tivesse reconhecido qualquer um daqueles [haitianos] como refugiado por uma questão que fosse comum a todo aquele grupo, todo mundo que estivesse naquela mesma situação teria esse direito”.

O professor explica que o governo não poderia assumir aquele grupo de haitianos como refugiados tomando por base apenas as dificuldades econômicas e ambientais comuns a toda população haitiana. A maior preocupação era com o fluxo migratório que poderia derivar da aceitação desse grupo com status de refugiado. Ao mesmo tempo, era preciso pensar um modo de dar àquelas pessoas o direito de tentar uma vida melhor, especialmente porque muitas delas já estavam instaladas no Brasil há algum tempo. Para resolver o impasse, o Brasil optou por atender à demanda do Haiti, mas de forma limitada. “O Brasil vai atender a 1200 [haitianos] por ano. É um número respeitável, mas não como refugiado. Você não poderia limitar o número de refugiados e receber, por exemplo, apenas 1200 refugiados. Isso não existe, não se pode fazer isso, legalmente falando. Se eu reconheço uma pessoa como refugiada, todas aquelas em igual situação e que solicitassem não poderiam ser negadas pelo governo”.

Haydu pensa da mesma forma. Para ele, é justo determinar parâmetros, mesmo que eles possam ser mais flexíveis no futuro. “Há uma discussão em se tratar de refúgio climático ou ambiental. Essa é uma discussão dentro da academia, a maioria é favorável ao reconhecimento dessas pessoas como refugiados, mas há quem diga que não. O reconhecimento dessas pessoas

que fogem de seus países por questões climáticas como refugiados seria um desserviço ao próprio refúgio, porque as pessoas que hoje já são reconhecidas como refugiadas não conseguem ser supridas nas suas necessidades. Se for ampliado ainda mais esse escopo de reconhecimento de refúgio, vai prejudicar ainda mais a condição que já é complicada dos refugiados".

•••

Quando Yasin chegou ao Brasil, ele desembarcou em Cuiabá, no Mato Grosso. Lá, junto à Polícia Federal, fez sua solicitação de refúgio. Dali, a solicitação foi enviada ao Ministério da Justiça, onde seria analisada pelo Conare. "Eles me enviaram um protocolo para que eu pudesse ficar legalmente no país por três meses. Depois de uma semana, a PF me encaminhou para a Cáritas, que é em São Paulo, para continuar o procedimento de solicitação de refúgio. Foi por isso que eu vim para São Paulo", conta. Ele se recorda até da hora que chegou: às 20h do dia 25 de junho de 2010.

Pergunto a respeito do tratamento recebido na PF. Yasin disse que foi bem orientado, apesar do inglês ruim de todo mundo, inclusive o dele. "A única coisa assim que eu posso te dizer é quando viram meu passaporte, que eles perguntaram se eu era terrorista e se eu tinha vindo para o Brasil para ser terrorista".

Pedir qualquer orientação não chegou a ser um suplício, mas tinha suas dificuldades. Logo que chegou a São Paulo, além do persa, Yasin só arranhava o inglês. Ele conta que olhava para os rostos das pessoas nas ruas e, quando via alguém mais jovem ou alguém que se parecia estudante, arriscava. "Eu falei [em inglês] na Polícia Federal, na Cáritas, para pegar ônibus, metrô... As pessoas falavam um pouco de inglês. Eu olhava na cara das pessoas e perguntava se elas falavam inglês. Algumas delas falavam, algumas falavam um pouquinho. Eu perguntava onde fica o terminal de ônibus, onde fica a Cáritas, a Casa do Imigrante, como eu posso pegar ônibus, táxi... E me ajudou. Fui vivendo assim quando cheguei".

Levo a história a Marcelo Haydu. Ele me diz que a sua percepção do refugiado no Brasil é de uma dificuldade da língua, em primeiro lugar. “Pensa você na França ou nos Estados Unidos, são países em que você ainda sabe mais ou menos uma ou outra coisa e se vira. Mas imagina você chegando num país de língua árabe. E aí? Num país com uma cultura, uma língua, uma maneira de se portar, de se vestir completamente diferente. É um impacto muito forte, você não consegue pedir qualquer coisa, pegar uma informação básica, perguntar onde é um banheiro, um bar”.

Haydu lembra que o Serviço Social do Comércio (Sesc) possui um curso de português para refugiados que funciona há 15 anos. Trata-se, porém, de um curso básico, que atende a um grupo pequeno de pessoas, com cerca de 20 alunos, e que, por isso, não consegue acompanhar a quantidade de pessoas que necessita do serviço. Para participar do curso, o refugiado precisa apresentar um encaminhamento fornecido pela Cáritas Arquidiocesana, parceira do Sesc.

Os recém-chegados, solicitantes de refúgio, ficam em casas de acolhimento; em São Paulo, na Casa do Imigrante, principalmente, no Arsenal da Esperança e no Centro Social Nossa Senhora Aparecida, mais conhecido como Casa das Mulheres, cujo espaço é reservado para receber apenas mulheres e também atua no atendimento a egressas do sistema prisional.

Foi na Casa do Imigrante que Yasin ficou. Lá, após três meses, os refugiados precisam sair para dar lugar a outros que chegarão. Ele ficou dois meses e quinze dias e, de lá, saiu para o interior do Rio Grande do Sul, onde foi trabalhar em um frigorífico como degolador de frango. As pessoas que indicaram a ele o caminho das pedras até o novo emprego foram conhecidas em São Paulo. Elas eram iranianas e, por isso, falavam farsi, uma variação do persa moderno falado no Irã, que pouco difere do dari, o persa moderno falado no Afeganistão. O frigorífico exportava carne para o Irã e nem mesmo o inglês era falado pelos representantes.

Depois de um tempo, Yasin começou a trabalhar como tradutor e também a ajudar com supervisão, por causa da língua. Dali, seguiu para o Paraná, para uma filial da mesma companhia.

Após 10 meses circulando pelo Sul do Brasil, Yasin foi chamado para trabalhar como auxiliar de escritório em São Paulo, ainda pela mesma empresa. É onde ele está hoje, mas de onde pretende sair. “Eu vivo bem em São Paulo porque a empresa paga salário, eu trabalho registrado e pagam o aluguel onde moro. Mas eu vou começar a trabalhar pela noite porque durante o dia eu vou começar meu curso técnico de logística no Senac porque eu não quero ficar trabalhando como auxiliar administrativo a vida toda”.

Um dos irmãos de Yasin foi viver no Paquistão, após ganhar uma bolsa para estudar por quatro anos em uma faculdade. Ele conta que não tem muito contato com os parentes e amigos, no máximo uma ou outra vez pela internet e mais raramente ainda por telefone. “Sentir falta eu sinto, mas o que eu posso fazer? Com um salário mínimo, que é o que eu ganho aqui, não dá para sustentar meus irmãos ou alugar uma casa. Como posso trazer eles para cá? Eu quero, mas não tem como agora”. Pergunto se ele não aconselha aos irmãos que façam como ele fez. “Não, eu não aconselho. O visto é demorado, é caro para pagar para vir para cá, é caro para viver, para conseguir algo... Pode não dar certo”. Ao mesmo tempo, ele não quer voltar – ou, ao menos, não por enquanto. “Eu não tenho vontade de voltar porque a situação não é boa lá. Aqui no Brasil também é difícil viver, porque quem ganha um salário mínimo, como pode alugar uma casa, pagar as coisas, a alimentação? Se as coisas mudassem hoje no Afeganistão, eu voltaria, mas não vão mudar, então eu vou ficar aqui”.

Comentei a respeito da menina paquistenesa Malala Yousafzai. Ela ficou mundialmente conhecida após ter sofrido um atentado no Paquistão, assumido pelo Talibã, por suas constantes denúncias em um blog da rede brtiânica BBC a respeito da repressão que meninas paquistanesas sofriam na região do vale do rio Swat por estudarem. Yasin torce a boca e desvia o

olhar. “Essa história da Malala virou um negócio de comércio. Um menino no Paquistão foi ferido por alguém, o mundo inteiro estava falando sobre ela. Quase dois meses antes, morreram cem pessoas no Paquistão e ninguém ficou sabendo. Todos os dias, no mundo, morrem pessoas, mas ninguém sabe”.

•••

Enquanto um carro vendendo frutas passava com um autofalante na rua, deixei a gravação e a entrevista pausadas. Aproveitei para perguntar a respeito do uso do véu islâmico pelas mulheres no Afeganistão. Ele me contou que, dentro de casa, suas tias chegavam a ficar até sem o hijab, que é o nome da vestimenta. Nas ruas, os véus também podiam ser vistos nos ombros ao invés de cobrir a cabeça. Era uma decisão das famílias e das mulheres, em geral criadas para adotar a prática com certo rigor, razão pela qual é mais comum vê-las cobertas. Mencionei o Brasil, onde a cultura tem uma liberdade maior nesse sentido. Ele acena com a cabeça. “Eu acho que todo mundo tem que ser livre pra decidir mesmo”.

Pergunto-lhe novamente sobre a faculdade no Afeganistão. Depois de um tempo de silêncio, ele conclui que ter sido aprovado no vestibular em 2009 havia sido o melhor dia da vida dele. “Eu entrei na internet e olhei, tinha sido aprovado. Era difícil entrar em faculdades públicas”. Por consequência, deduzi que deixar a faculdade havia sido o dia mais triste dos últimos anos. O “sim” vem sozinho na resposta, sem voz, só com um aceno de cabeça.

No Afeganistão, ele vivia com os irmãos, mas não com os pais. Ele não responde diretamente à pergunta, mas, com acenos negativos de cabeça, vai caminhando entre as respostas até concluirmos que os pais foram mortos por forças do Talibã. Conforme comenta sobre a guerra, as palavras vão ficando mais firmes. “Eu tinha amigos de outras etnias, mas eu perdi o contato com eles. Eu perdi muitas pessoas por causa da guerra. Eu perdi meus pais, meus tios, meus parentes, meus amigos... Foi depois disso que eu decidi sair de lá”.

Depois de alguns encontros, a vontade de estudar a que Yasin se referiu começa a tomar uma forma mais evidente. Ele também integra a ONG Adus para ser ajudado por um dos voluntários no aprendizado da língua portuguesa. No dia em que o grupo de haitianos chegou, ele observava a apresentação dos membros da ONG. É de se notar que, no Haiti, a língua mais falada é o francês, razão pela qual os voluntários habilitados faziam sua apresentação em francês. “Não compreendo absolutamente nada dessa língua, acho difícil”, comento a Yasin. Estamos ambos encostados na parede, perto da porta de entrada, ao fundo, com várias cadeiras e pessoas à nossa frente. “Não é difícil. Nada é difícil”, sussurra ele.

Em outra ocasião, Yasin pediu que eu o ajudasse com o alfabeto em português. Na sua fala ligeiramente dura, por telefone, marcamos um encontro em frente à entrada do Terminal Bandeira, no centro de São Paulo. Lá, atrasado, ele chega e explica melhor o que deseja. “Não, não é para você escrever um documento para mim, você entendeu errado. São as letras mesmo, do alfabeto, as letras de mão. Eu quero aprender”. No encontro rápido, subimos pelas escadas e então descemos um lance delas, no caminho para dentro do terminal. Ele seguirá, dali, para o Centro Cultural de São Paulo. “Vai dar para passear hoje?”, pergunto. “Não, é claro que não. Como vou passear? Eu vou estudar, eu não tenho tempo de passear”.

**Artigo XVII**

*1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.*

*2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.*

CAPÍTULO 7

# A caminho de casa

**Artigo XXII**

*Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.*

**Artigo XXV**

*1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.*

*2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.*

*De volta, após quinze anos de exílio*
*Mudei-me para uma bonita casa.*
*Minhas máscaras Nô e meu pergaminho mostrando o Cético*
*Pedurei aqui. Andando entre as ruínas*
*Sou diariamente lembrado dos privilégios*
*Que me trouxe esta casa. Espero*
*Que ela não me faça indulgente*
*Com os buracos em que vivem tantos. Sobre*
*O armário com os manuscritos ainda está*
*Minha mala.*
*------- Trecho de "Uma nova casa", de Bertolt Brecht.*

Domingo, mês de março. Maria do Planalto, como é conhecida Maria Aparecida Ferreira, 55 anos, ganhou o apelido por ter morado a maior parte da vida no bairro Jardim Planalto, zona leste paulista. Hoje, assina e se apresenta pelo apelido que lhe deram, não pelo nome de batismo. Vive na Fazenda da Juta, também na zona leste. Naquele dia, tinha acabado de realizar uma reunião com um grupo de base no bairro para tratar de assuntos de comum interesse, relacionados à habitação. Esses grupos são assim chamados dentro da Frente de Luta por Moradia (FLM) e são compostos por famílias de baixa renda que buscam maneiras mais acessíveis de adquirir a casa própria. Os grupos de base existem em todas as regiões de São Paulo. Sob a coordenação de Maria está a região leste, com seus 31 grupos – o mais recente, no Parque Santa Madalena, receberia sua primeira reunião dali a uma semana.

A mãe de Maria não gosta do apelido que deram para a filha, lembra-a sempre do que está escrito na certidão de nascimento. Mas Maria não se importa, já são 23 anos sendo chamada de Maria do Planalto por todo mundo que a conhece.

*Maria do Planalto, 55*

A reunião com os grupos de base um e sete (GB 1 e GB 7) começou às 10h num salão simples, alugado. As famílias que participam do movimento contribuem com R$ 10 todos os meses, para ajudar nas despesas de limpeza, compra de cadeiras, pagamento de água e luz. Essas mesmas famílias poderiam simplesmente entrar no site da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e fazer o seu cadastro ali mesmo para aguardar que sejam chamadas ou para obterem informações de novas moradias populares que serão construídas e liberadas. Essas famílias também poderiam se informar por conta própria na Caixa Econômica Federal (CEF) do procedimento para entrar no programa federal Minha Casa, Minha Vida, que também consiste na construção de moradias de fácil acesso para populações com renda mensal menor, com programas específicos de atendimento para quem vive com até R$ 1.600,00 ou até R$ 5 mil. Elas também poderiam trabalhar e juntar um dinheiro e, por conta própria, pagar um aluguel ou uma prestação comum até quitar um apartamento ou uma casa.

Muitos ali vivem em condições difíceis, com um aluguel que muitas vezes ultrapassa o valor que poderiam dar sem que lhes fosse limitada a vida com um pouco de conforto. Precisam subtrair uma quantia de alguma outra conta mensal ou da compra de mais um pacote de arroz para juntar o total do aluguel. Dali, muitos não passam fome, mas todo o dinheiro recebido no fim do mês é gasto com as primeiras necessidades da família, de modo que pouco ou nada sobra para guardar. Assim, a casa própria vai se tornando uma vontade distante.

Alguns também sobrevivem de favor. Sem dinheiro suficiente para aluguel sozinhos, vivem na casa de familiares e ajudam nas contas da casa, porque é o que o salário permite.

Eles poderiam buscar os programas de casa populares por conta própria, mas Maria diz que, unidos, eles são “mais fortes”. Pagar um aluguel ou esperar por conta própria um financiamento acessível é uma opção, mas ela estimula as famílias a permanecerem unidas nas reinvindicações, passeatas, protestos, pressões, reuniões com representantes do governo junto

ao movimento para que possam ter visibilidade e, assim, mais chances de que sejam construídas e liberadas moradias populares com mais velocidade. “Essa gente tem pressa para morar. São trabalhadores, ganham pouco para pagar um aluguel de setecentos reais. Então a gente se junta”.

Maria já tem sua casa, onde vive com o marido, que estava há pouco tempo desempregado e que voltaria para um novo serviço dali a algumas semanas. Das três filhas – Ana, a mais velha, Melissa, a do meio, e Tatiana, a mais nova –, duas já têm suas próprias casas; a de Ana, conquistada dentro do movimento, do qual participava, tal como a mãe; a de Melissa, comprada com venda de bens e anos de salário economizado. Tatiana ainda vive com Maria, no andar de cima da casa assobradada.

Nascida na cidade mineira de Três Corações em 1958, Maria veio para São Paulo com três anos de idade com a família – na época, mãe, pai e três irmãos. O pai acreditava na promessa de uma vida melhor, com mais emprego e mais oportunidade. Encontrou alguma, perdeu algumas outras e sobrevivia. Aqui, nasceram mais irmãos, que no total somam onze.

Com 17 anos, Maria se casou com o primeiro e único marido – Sebastião Ferreira Couto. Em 1977, com 19 anos, alugou uma casa. A primeira filha, Ana, nasceu um ano depois. Não deu para pagar o aluguel com o salário dela, que sempre foi diarista, e dele, que sempre trabalhou em supermercados, nas entregas das compras. Voltaram para a casa da mãe dela dois anos após terem saído. No quintal daquela casa, construíram dois cômodos e ali moraram por 18 anos, até o dia 26 de julho de 1997, quando Maria finalmente conseguiu a sua própria moradia. Ela conta que se lembra da data, do dia, das outras famílias que obtiveram suas casas e, a partir daquele dia, seriam vizinhas, dos pombos brancos comprados e soltos no dia da entrega das chaves em homenagem aos companheiros que morreram antes de conseguirem suas casas. Lembra-se de tudo “direitinho”. “Foi lindo o dia que eu peguei minha chave. Eu coordenei [as obras] nessa quadra aqui, era a quadra 17”, explica, fazendo um vai-e-vém com a mão na horizontal, no sentido da

rua onde mora. “Eu coordenei 50 famílias no final da obra aqui. Aí a gente terminou tudo, varreu, colocou bexigas. Fizemos camisetas iguais, arrumamos padrinho para entregar as chaves e compramos pombos brancos para soltar em homenagem aos companheiros que morreram antes de conseguir uma casa. Aí eu peguei a chave e já mudei, mesmo faltando coisa para terminar. Vim embora, do jeito que estava. Aos poucos ia terminando o que faltasse”.

Foram 561 casas entregues naquele dia – a de Maria e todas as do entorno naquela vizinhança.

A ex-diarista entrou para o movimento de moradia Leste Um em 1987, quando ainda estava morando no quintal da casa da mãe, no Jardim Planalto. A FLM não existia ainda. Naquela época, eram as próprias famílias que construíam as casas onde iriam morar, nos chamados mutirões. Quando Maria se refere à quadra 17 e às 50 famílias sob sua liderança, ela fala da sua coordenação do trabalho dessas pessoas. O terreno que receberia as novas casas populares, uma vez desapropriado, passava a ser do estado; o material era cedido pela prefeitura. As famílias passavam então por um treinamento do Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai) para aprenderem a fazer as principais rotinas de construção e obras: como fazer uma esquadrilha, colocar telhados, misturar cimento. Do dia em que ingressou no movimento até o dia em que pegou a chave de sua casa foram dez anos de espera; destes, sete foram anos de trabalho para a construção daquelas 561 casas.

Hoje, quem constrói as moradias são empreiteiras e construtoras contratadas pelos próprios órgãos que atuam na construção das habitações. Maria prefere os mutirões. Era trabalho pesado, mas além de serem entregues casas maiores, ela diz que, ali, conhecia e se aproximava mais das pessoas. “Eu prefiro mutirão, dá tempo das famílias se conhecerem. Aqui a gente conhece todo mundo, todos os vizinhos”.

Saímos do salão onde havia sido realizada a reunião com o grupo de base e, enquanto caminhamos na rua George Bekesy, na Fazenda da Juta, a caminho de sua casa, que fica ali

ao lado, duas moças – não tinham mais que trinta anos – aproximam-se. Entregam-lhe uma quantia de R$ 20. “Olha, Maria, do que eu estava devendo lá no grupo”. Ela guarda o dinheiro. Todos ali a conhecem, chamam pelo nome, cumprimentam com acenos, perguntam sobre a gravidez da filha do meio, Melissa. O novo netinho será o Nicolas. Ana já é mãe de Manoela e Tatiana já é mãe de Kauane. Ela para, conta sobre o terceiro neto.

Mais adiante, outra pessoa vem conversar. “Maria, quando que vai ter as próximas reuniões?”, pergunta uma senhora que tinha chegado atrasada. “Dia seis, que é num sábado, e dia sete, que é num domingo”, responde Maria. “Ah, então eu venho domingo, que sábado eu tenho casa pra limpar pra fora, só chego à noite. Que horas é no domingo?”. “É às 10h”. A senhora se despede e segue na mesma rua; Maria e eu subimos por outra.

•••

Antes de começar a entrevista com Osmar Borges, 45, coordenador-geral da FLM, outras duas moças chegam na sede do movimento. Era dia de reunião geral, onde as primeiras informações são passadas aos interessados em ingressar na Frente ou para quem quer obter informações sobre o que fazer para ter uma habitação popular. Elas percebem a minha conversa com Osmar e se sentam mais atrás, próximo da porta de entrada.

Osmar chegou em São Paulo no ano de 1969 pelo mesmo sonho que atraiu para cá o pai de Maria do Planalto. Foi metalúrgico, trabalhou em empresa de equipamentos de segurança, depois ficou 18 anos em uma empresa dele. Quando decidiu pelo engajamento político, em 1984, entrou para o Movimento dos Quintais e Cortiços da região da Mooca. Chegou ali pela luta operária e social, por melhorias das condições de trabalho, e acabou se deparando com a questão da moradia.

A FLM tem doze anos – foi criada em meados de 2001 – e tem a proposta de organizar o movimento por moradia urbana. O trabalho é justamente ir até as comunidades dos extremos da ci-

dade, comunidades carentes, em áreas de risco, cortiços, favelas ou pensões e trabalhar com as famílias o direito à moradia, que é garantido não apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas pela própria Constituição Federal. O pilar da FLM são os grupos de base, que se articulam para pressionar governos e prefeituras a criar moradias de fácil acesso financeiro para populações de baixa renda. "Esse trabalho tem um processo de desenvolvimento, de criação de novas lideranças nos bairros, investimento na formação, para que a pessoa seja um dirigente local, para que ela possa organizar as famílias no seu bairro ou na sua região para fazer essa luta, por moradia, saúde, educação, justiça social. Mas o principal foco de organização é a luta por direito à moradia", diz Osmar.

Uma das formas de pressão é a ocupação de prédios abandonados na cidade. "O direito existe. Se você olhar lá na Constituição, está lá: direitos sociais, a função social da propriedade e o direito à moradia. Agora, o direito é uma coisa inerte, ele não age por si só, ele precisa de alguém para provocar. O que nós fazemos? Para ter acesso a esse direito, você precisa agir pelo meio legal e pelas formas de pressão política: uma manifestação, um acampamento, uma passeata – e a ocupação daquela propriedade que não tem função social".

Questiono Osmar a respeito do direito à propriedade, que é, na verdade, o termo usado na própria Declaração Universal para definir o direito do indivíduo de morar. Ele vê a questão da propriedade em si diferente do conceito de moradia, especialmente porque o primeiro encontra-se atrelado ao capital, que, por sua vez, é moeda de troca e especulação, a maior responsável por alguns acumularem novas propriedades para explorar o seu valor enquanto outros não têm onde viver. "Todo mundo luta pelo direito de ter a propriedade privada. A gente [da FLM] não acha que a pessoa deveria ter direito à propriedade, deveria ter direito de moradia, o direito de morar, de ter uma habitação, uma casa, que ofereça as condições mínimas de moradia para a pessoa e não simplesmente a ideia de adquirir a propriedade como capital, como moeda, onde ela faz dinheiro e só".

•••

A Caixa Econômica Federal possui parcerias com movimentos sociais organizados e reconhecidos pelo Ministério das Cidades, que são firmadas a partir da análise de documentação e formulários. A partir disso, os movimentos passam a ter autorizada a sua participação em editais de moradia, que são lançados pela companhia por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. Neste caso, a renda mensal das famílias cadastradas no programa não pode ultrapassar R$ 1.600. As famílias com renda superior a essa podem fazer um financiamento direto com a Caixa, também mais acessível e facitilado, mas não do mesmo modo do primeiro caso. A parceria do programa por meio da Caixa também pode ser feita com governos e prefeituras, a partir da entrega de residências prontas para morar, que são alienadas às famílias selecionadas pelo governo ou pelo município, ou ainda a partir de fornecimento de linhas de crédito para a construção de empreendimentos.

O governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Habitação, dispõe também de alguns programas habitacionais, produzidos em parcerias com a CDHU. Para adquirir um imóvel da companhia, a família deve aguardar abertura de editais de sorteio público no município onde reside, comunicados em veículos da mídia e também no site da Secretaria de Habitação.

A FLM acompanha os sorteios, as chamadas das famílias, a abertura de editais, momentos em que cadastra as famílias que participam do movimento. Mesmo aqueles que não estão em dia com o pagamento dos R$ 10 ou que se ausentam das reuniões e atos da Frente, são cadastrados. Não há diferenciação nesse sentido. O que se procura fazer é estimular as famílias a compreender uma visão comum entre aqueles que participam de modo mais ativo do movimento: a ideia de que uma pessoa só consegue um lar para morar porque outras, antes dela, lutaram para isso. Não há punição para aqueles que não partilham da ideia; eles só perdem, conforme Maria diz, na convivência e no

aprendizado com colegas em situação semelhante. Esse é, ao menos, o tratamento despendido nos grupos de base.

Embora tenha sua própria casa, é por essa perspectiva que Maria, há dois anos, deixou de ser diarista para se dedicar exclusivamente à Frente. Logo que pegou sua casa em 1997, depois de 10 anos de movimento de luta por moradia, feitos ainda na Leste 1, ela saiu do movimento. Algo faltava em sua vida, especialmente nos fins de semana, que eram agitadíssimos por conta das reuniões e dos mutirões. "Parece que eu não tinha o chão pra pisar. Eu ficava angustiada, ficava tirando o pó [dos móveis da casa] toda hora, procurando o que fazer, ficava limpando a casa que nem tinha acumulado sujeira ainda".

Foram dois anos vivendo uma vida comum, trabalhando como diarista e, na angústia, limpando a casa sucessivas vezes. Decidiu voltar. Na época, foi chamada por Osmar para integrar a FLM como coordenadora de grupos de base, atuando nos bairros da zona leste para comunicar e organizar pessoas que gostariam ter a mesma oportunidade que ela. Começou a dividir a atuação na Frente com o trabalho como diarista. "Eu decidi voltar porque, assim, todos trabalharam aqui [na construção da minha casa]. Então, se eu tenho uma casa hoje, eu tenho que agradecer aos que ficaram. Eu não posso esquecer isso, não posso. Tudo que eu tenho hoje, o pouco que eu tenho e que eu aprendi, eu aprendi com os sem-teto. Se eu consegui aprender o caminho das pedras, eu tenho que ensinar isso. Cada família que entra tem um problema diferente e a gente aprende com eles, aprende a conviver, aprende a viver".

No mutirão que Maria participou e coordenou, ainda Leste 1, o funcionamento era como um trabalho comum. Havia controle de chegada e saída e crachás. Os atrasos e faltas eram computados e tiravam o direito das pessoas de escolher a casa em que iriam morar depois que as 561 ficassem prontas. 111 pessoas puderam escolher a sua residência após todas terem sido finalizadas e Maria estava entre elas. Na época morando no Jardim Planalto, no quintalzinho, o que lhe fazia acordar às 5h era o medo de perder a hora. "O mutirão abria às 8h e tinha 15

minutos de tolerância. Se você chegasse 8h16, você não tinha chegado um minuto atrasado, você tinha chegado 16 minutos atrasado e aí perdia a opção de escolher a casa. A gente não sabia qual era a nossa. A gente trabalhava em todas, mas não sabia qual era a nossa. Então, qualquer uma podia ser a minha. Por isso, tinha que fazer bem feito todas [as casas], porque, se eu soubesse qual era a minha, eu ia caprichar na minha. Esse era o raciocínio", afirma. O tempo de trabalho no mutirão era de 16 horas por semana, sendo oito horas no sábado e oito, no domingo. E tudo era anotado. "O que segura o brasileiro é o regulamento, senão vira bagunça. Fomos nós mesmos, os moradores, que votamos nesse esquema. Já pensou? 561 famílias trabalhando, chegava no dia da entrega, se fosse solto, a briga que ia ter?".

•••

A sala onde funciona a FLM fica num prédio na região central de São Paulo, próximo ao metrô Santa Cecília. São dois lances de escada para subir. Descendo-se um, está a Apoio, um outro movimento social que também atua na questão da moradia ao lado da FLM, de forma coordenada.

O coordenador da Apoio é Manoel Del Rio, de 66 anos. O envolvimento dele com a militância social teve início na resistência urbana contra a ditadura militar de 1964. Nessa época, o documento de maior força, usado como base na luta contra o regime, era justamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Você não tinha uma séria de proteções que existem hoje, então nós recorríamos à Declaração mesmo, que era um documento internacional".

Para sobreviver, Manoel, que é advogado, dá consultorias para a construção civil na área da segurança do trabalho e direito previdenciário; na outra parte do dia, dedica-se à Apoio, oferecendo subsídios para os sem-teto, pessoas em situação de rua e demais em situação de vulnerabilidade social, a partir do desenvolvimento de projetos sociais que os retirem daquela

condição – entre eles, a atuação em conjunto com a FLM. “O trabalho da Apoio tem um eixo que é o dos Direitos Humanos, desde que nós começamos. Nós começamos a aglutinar pessoas no comitê de desempregados. Ali pelos anos de 1980 ou 1981, fim da ditadura, havia uma crise econômica muito grande e havia muitos desempregados. Por isso montamos o comitê, que depois evoluiu para assistência a desempregados e no combate à fome”.

A maioria dos que vinham para a Apoio a partir de 1995 já não eram apenas pessoas em busca de uma solução para a questão da fome, mas também da moradia. A partir dali, a moradia passou a fazer parte da pauta do movimento. “A gente falava assim: se paga aluguel, não come; se come, não paga aluguel. Então nós íamos dar continuidade na luta contra a fome lutando pela moradia, porque se a pessoa conquista uma moradia, não dava para dizer que ela teria a sua sobrevivência garantida, mas pelo menos um primeiro passo foi dado”. Nessa época, a luta por moradia também era tomada por base nos direitos elencados na Declaração Universal, porque a exigência com base na Constituição Federal só foi estabelecida a partir de 2000, quando a moradia foi incluída pela emenda constitucional número 28 no documento, no Capítulo II, que aborda os direitos sociais.

Manoel explica com maior clareza a relação entre propriedade e capital a que Osmar havia se referido antes. Para ele, é papel do Estado intervir com a criação, expansão e aprimoramento constantes das políticas públicas na área da habitação, mas não apenas isso. É preciso pensar também, segundo ele, políticas públicas que impeçam que a moradia se torne uma mercadoria. “Tinha que existir uma política fiscal. É uma tese de cobrança de impostos progressivos para as propriedades, ou seja, você tem uma propriedade para morar, você pagaria um imposto justo, mas se você tem uma para morar e outra propriedade para alugar ou qualquer outra coisa, você paga um imposto progressivo”.

Desse modo, a concentração de propriedades na mão de algumas pessoas não seria algo proibido, que lhes privas-

sem de uma liberdade, mas seria inibido, criando uma compensação àqueles que não dispõem de qualquer local para morar. “A pessoa pode ter quantos imóveis ela quiser. A questão é que se ela quiser morar em 700 metros quadrados ou quiser ter cinco casas, ela pode, mas ela vai pagar um imposto progressivo, por tamanho e quantidade. E também no caso de imóveis sem utilização, para obrigar que a pessoa disponibilize aquele imóvel para moradia ou para uso. Isso é para coibir essa prática de apropriação de espaço e acumulação de propriedade na mão de poucos. Isso jogaria para baixo a especulação imobiliária e facilitaria o acesso à moradia”, explica.

•••

Depois de um tempo, como as filhas estavam criadas e o salário do marido era suficiente para ela e ele, Maria não julgou mais ser necessário dividir o dia entre a atuação na Frente e a faxina nas casas. Passou, além de organizar as reuniões dos grupos de base da zona leste, tarefa já sua desde a época em que era diarista, a acumular a função de organizar a ocupação da Rua Helvétia com a Rua das Palmeiras, em um antigo hotel ao lado da estação de metrô Santa Cecília. A organização dentro das ocupações funciona de modo diferente em relação aos grupos de base porque, no segundo caso, findas as reuniões, as pessoas voltam a suas casas ou para os locais onde vivem; na ocupação, todas aquelas pessoas vivem juntas e, por isso, é preciso desevolver um código e uma série de regras para que a convivência funcione de forma harmoniosa.

Maria sai de casa todos os dias às 6h e chega por volta das 10h na ocupação. Lá, tem um escritório pequeno, improvisado na sala onde deveria funcionar a recepção do hotel. Quando fui procurá-la da primeira vez, mais três pessoas aguardavam por ela, todas procurando um local para morar.

Naquela ocupação, vivem 261 famílias, uma em cada quarto, para os casais com filhos. Os solteiros dividem alguns quartos, em grupos de 4 ou 5 pessoas. Lá dentro, são desenvol-

vidas atividades diversas, especialmente para as crianças. Os próprios moradores se organizam para pensar em atividades culturais, como aulas de teatro e capoeira, dadas ou arranjadas por moradores da ocupação. Há também os serviços públicos de saúde, que enviam psicólogos e assistentes sociais para fazer o atendimento dos moradores.

Eles também assistem a palestras, onde são lembrados, a todo momento, do risco da reintegração de posse a que estão sujeitos. "Lá [na ocupação] tem que trabalhar, procurar emprego, porque, enquanto tiver todo mundo junto, tudo bem, mas e quando eles forem cada um andar com suas pernas? A ideia é ser [uma moradia] provisória para todo mundo. A gente sabe que a qualquer momento pode ter reintegração... Se tiver que sair, é para a rua. Lá dentro, é diferente, cada um vai pro seu quarto. Na rua não, na rua não é fácil. E mesmo lá dentro a gente fala que, quando [as famílias] saírem, vão sozinhas. Nós vamos continuar com outras pessoas, outras famílias, que vão chegar. Eles vão seguir o caminho deles, eles têm que seguir". Tendo em vista a atuação de Maria para que mais pessoas tenham acesso a moradias pelas quais possam pagar, pergunto o que ela quer dizer ao afirmar que outras famílias chegarão. "Dentro do regulamento da Frente, se tiver cinco famílias [interessadas no movimento], monta-se um grupo [de base]. Dali, uma pessoa vai contando para outra e então outras famílias vão conhecendo e vão chegando. Daí, daquelas cinco, sobe pra 15, depois sobe para 20. E os grupos nunca acabam porque, é como eu digo, sem teto vai existir sempre. Sempre vai existir aquele que é excluído".

•••

A defesa pelo direito à moradia, segundo Osmar, inclui não apenas o teto para morar. Neste caso, ele procura usar o termo habitação, mais amplo e que inclui outros direitos agregados. "A habitação é um conjunto de necessidades, quer dizer, além da casa da porta para dentro, você olha também a casa da

porta para fora. É um conjunto de investimentos, é a moradia, o saneamento básico, infraestrutura, serviços, saúde, educação, transporte de boa qualidade, cultura". Osmar assume, porém, que nenhum indivíduo é capaz de gozar de seus outros direitos se não tiver a habitação assegurada. "Essas regiões do extremo da cidade viraram cidades-dormitório. Você tem uma carência de investimento muito grande nas periferias, uma maior necessidade de transporte, saúde, saneamento, cultura".

Ele conta a respeito de uma fotografia que havia sido usada em um documentário sobre a Frente e que estava na sede, onde conversávamos. Era um retrato de um menino, morador de um cortiço, que estava na janela, tentando fazer uma atividade escolar. Ali, embora não fosse o mais confortável e adequado lugar para isso, era o único que recebia a claridade do dia. "Uma criança, para ela ter uma boa formação escolar, ela precisa, entre muitas coisas, ter uma boa moradia. Habitação é tudo, ela é o eixo estruturante da família, é a partir dali que a família cria condições para lutar pelos outros direitos. A população que teve acesso à moradia conseguiu que os filhos fossem para a escola, ela pode pensar num lazer, frequentar teatro, cinema... Ela tem um lar para voltar depois. Aí você vê o crescimento da família em suas outras necessidades".

Retomando a questão da ocupação de imóveis abandonados, outro elemento comum é a classificação da ocupação como invasão de propriedade. Como advogado, Manoel destaca que, mesmo quando não havia o direito constitucional à moradia, ele utilizava o instituto do estado de necessidade para se defender daqueles que acusavam aquelas pessoas de serem invasoras de propriedade e dizer que não era crime a ocupação de prédios abandonados. "Quando há um conflito de dois direitos – o de propriedade e de moradia, neste caso –, qual deles vai prevalecer? É um conflito, um direito terá que prevalecer sobre o outro. A pessoa tem o direito de morar e a outra tem o direito de ter a propriedade, essa que estamos considerando abandonada, no caso. Sempre usamos o exemplo do navio: você está em alto mar e o navio está afundando. Você tem pessoas e mer-

cadorias. O que você faz? Você joga as pessoas para salvar a mercadoria ou você joga a mercadoria para salvar as pessoas? Os direitos existem para proteger pessoas, não propriedades".

Osmar menciona que a defesa da propriedade abandonada em detrimento da ocupação daquela propriedade, argumento com o qual ele assume já ter se deparado, está muito relacionada à ideia de que os sem teto invadirão lares já ocupados por pessoas. "Às vezes, quando se fala nisso [ocupação], a pessoa acha que vai ocupar a casa dela, por falta de informação ou porque realmente quer atacar ou porque ela tem uma propriedade abandonada e não quer ficar sem ela".

Ao fim da conversa, Osmar se levanta. Era dia de reunião da Frente e as pessoas começavam a chegar. Aquelas duas mulheres que esperavam por ele desde o começo da entrevista continuaram ali. "E vocês?", perguntou Osmar. "A gente tá procurando uma casa pra morar, mas a gente não tem como pagar aluguel daqui". "Ô, Solange", gritou Osmar para uma funcionária, "já encontrou uma casa pra essas senhoras morarem?". Com as mãos sobre os ombros de ambas, apontava para o local onde a reunião aconteceria.

•••

A prestação de contas é feita trimestralmente nos grupos de base – são 150 núcleos espalhados por todas as cinco regiões da capital paulista, em diversos bairros – e mensalmente nas ocupações da FLM. Para isso, Maria me conta que deixa tudo registrado em livro-ata, recibos e notas fiscais. "Palavra some no vento, você sabe, né? Então, tudo nosso é registrado e fixado nos grupos e na ocupação, que é para os moradores verem".

Na ocupação, a questão do pagamento é dividida não pela contribuição fixa de R$ 10, mas por gastos que afetem a comunidade como um todo. No dia em que visitei o antigo hotel, Maria chegava com três cadernos de dez matérias. Cada página de cada um dos cadernos tinha o nome de um morador da ocupação. Ali, ela registrava tudo sobre cada uma das fa-

mílias, desde coisas conquistadas até necessidades ainda não atendidas. Sobre os cadernos, uma lista daqueles que haviam contribuído com o valor de R$ 21 para o conserto da caixa d'água do prédio.

Na casa dela, naquele domingo, ela me conta que o valor total foi quase alcançado. "É de interesse de todo mundo que mora ali. Então, tem que ajudar. A gente precisa pagar o conserto e ficou em R$ 5.481. É à vista. E aí, como fica? O valor é dividido por todos, senão todos ficam sem água, oras".

Dentro da ocupação, contratou-se algumas pessoas. Três meninos recebem um salário para tomar conta da portaria, algumas moças recebem para fazer a faxina e Damiana, também uma das moradoras, trabalha como ascensorista no elevador. Por isso, todos os 261 moradores também contribuem com R$ 80 para viver ali – um valor que Maria destaca ser bem mais acessível a eles do que um aluguel de um ou dois cômodos. "Não pode dar nada de graça, não defendo que se dê de graça. O que acontece é que a família tem que ter responsabilidade de contas para pagar, mas que dê para ela pagar. Ninguém quer nada de graça, ali todo mundo trabalha e está disposto a pagar o que tiver que ser feito. Mas quer pagar um valor que ele consiga colocar no orçamento dele".

Além de Maria, Eliete, Antonia, Geni, Elisângela, Jucélia, Felícia e Ivanilde, todas com suas casas, continuam atuando como coordenadoras dos grupos de base da FLM pela cidade. Rose, que ajuda Maria com a organização da ocupação da Helvétia, também tem a mesma realidade e fez a mesma opção.

O hotel ocupado pelas famílias na região da Santa Cecília tem, no chão, azulejos franceses. Um dia, ela me conta que uma senhora começou a gritar na frente da ocupação, indignada com as crianças "de pés sujos" pisando naquele azulejo. Para Maria, a situação não tem a ver com o sentimento de propriedade, pelo menos não num primeiro momento, especialmente porque a senhora que gritava não era a dona do antigo hotel. O maior incômodo, para Maria, é pensar que pessoas – pobres – estarão naquele espaço. "Você pensa a gente ali, na ocupação

da Helvétia. A tristeza do povo que não quer a gente ali é pensar em filho de pobre pisando naquele azulejo francês". Ela ri – e toma um gole de café. Estamos na casa dela, já após o almoço. Melissa pega uma goiaba, reclama que alguém poderia ter feito um suco. "Vê se eu estou preocupada com azuleijo francês, gente. Tem que quebrar pra fazer uma divisão lá dentro pra uma família viver? Então quebra. Eu lá tenho dó de azulejo?".

O cotidiano do hotel da rua Helvétia não é feito apenas das pessoas que vivem ali, mas das pessoas que ouvem falar e vão procurar, ali, abrigo. Em outra ocasião, enquanto estávamos, Maria e eu, no escritório da ocupação, ela conta sobre o dia em que uma família chegou e foi procurar direto por ela. Naquele dia, ela acabou alojando todos eles atrás de onde funcionava o atual escritório da ocupação, que era onde ainda tinha algum espaço. "Eu falava para eles que não tinha lugar, mesmo. Eu queria colocá-los para dentro, mas não dava. E as crianças chorando, dizendo que estavam morando na rua... Aí eu mostrei para a mãe o quartinho, que é onde eles estão hoje, e ela na hora topou. Eu disse que era muito pequeno, mas ela queria, queria porque queria. A família sentada na calçada, despejada, chorando, com o papel do despejo na mão, sem ter pra onde ir, com as crianças. Eu falei: 'gente, esquece esse mármore francês, vamos colocar essa divisória brasileira mesmo'". Ela faz uma pausa e dá risada. "É que, como dizem, a paixão daquele povo é aquele chão. Realmente, é tão 'facinho' de limpar que as famílias vão se dar bem mesmo"

CAPÍTULO 8

# A cor da meritocracia

**Artigo XXVI**

*1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.*

*2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.*

*"Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e, se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los."*
*-------- Trecho de "Pedagogia da autonomia", de Paulo Freire*

13 de março de 2013. 18h. A audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) já havia começado há pelo menos uma hora. No plenário Juscelino Kubitschek, muitos cartazes e faixas foram fixados, a favor da adoção das cotas raciais nas universidades estaduais paulistas, mas contra o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista, o Pimesp. "Cotas sim, Pimesp não! Queremos inclusão de verdade!", dizia uma delas.

Entre as camisetas de partidos políticos e os gritos de protesto de movimentos sociais, representantes da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Campinas (Unicamp), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) iniciavam seu momento de fala. Um menino com a camiseta verde do cursinho popular Emancipa, um dos grupos que acompanhava a audiência, sentado, ouvia as opiniões. No púlpito, Júlio Cezar Durigan, reitor da Unesp, explicava sua posição: "Um estudante cotista abandona um curso de medicina porque não tem condições de permane-

*Jorge Costa Filho, 28*

cer na universidade. Por isso, a minha visão é de que devemos pensar maneiras de manter este estudante na universidade e não apenas inserí-lo na universidade".

Um homem, negro, acompanhava a fala, sentado nas cadeiras do auditório na parte superior – a inferior estava lotada, já não havia lugares. Alterado, ele se levanta, para diante do vidro que separa as duas seções do auditório e grita: "Racista!"

Passam-se horas. Falam reitores, falam representantes dos movimentos. O jovem negro com a camiseta verde do Emancipa se levanta e caminha até o corredor. Depois volta e, então, eu o seguro pelo braço direito. Descubro ali que se chama Jorge – e mais tarde, Jorge Costa Filho. Digo a ele o que procuro ali naquele dia: um jovem, negro, cotista, que tenha uma história para contar a respeito da sua relação com o "M" do Pimesp: o mérito, o mesmo assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos para acesso ao ensino superior. Procurava um jovem que também pudesse falar da sua relação com a universidade, a entrada, a convivência naquele espaço, os frutos dessa convivência. Envergonhado, ele me responde com um sorriso sem jeito. "Conheço pessoas, sim, que têm algo para te contar. Tem eu, inclusive".

Jorge é o primeiro na família a ter um diploma universitário. Filho de uma dona de casa e de um marceneiro, tem duas irmãs, mais velhas. Vive na periferia, na região de Ingá, próximo à estação do metrô da linha lilás Vila das Belezas.

Uma cadeira ao meu lado fica vaga e Jorge se senta. Colegas da Emancipa com suas camisetas de cor verde passam por ele e o cumprimentam. Entoam-se gritos, palavras de ordem, protestos, aplausos.

Jorge é hoje estudante da Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC), onde entrou no ano de 2011 – o ano mais concorrido para o curso que ele escolheu, o bacharelado em Ciência e Tecnologia. Jorge quer ser engenheiro de materiais. Restam-lhe mais dois anos até o dia em que pegará o diploma. Com 28 anos, a UFABC não foi, no entanto, a sua primeira faculdade. O primeiro curso foi iniciado em 2010, quando ele tinha 25

anos, na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Estudava no campus em São Bernardo do Campo. Ali, ficou por seis meses: foi aprovado no Programa Universidade para Todos (Prouni) para uma bolsa integral no início do segundo semestre e ficou até o final do ano, quando passou na Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC) e em mais três universidades.

O Prouni seleciona alunos de baixa renda, que tenham cursado o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista, para entrar em faculdades e universidades particulares inscritas no programa. Os estudantes que querem concorrer às vagas se inscrevem por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e optam pelas vagas para bolsas parciais ou integrais. O programa utiliza também critérios raciais, identificados no momento da inscrição do canditado às vagas nas instituições de ensino superior desejadas. Os estudantes selecionados pelo programa são chamados de cotistas, já que o Prouni prevê uma reserva de vagas nas instituições participantes para estudantes nas condições elencadas pelo programa. Em todos os processos seletivos dos quais participou, Jorge indicou, sempre que a universidade oferecia essa opção, sua participação no sistema de cotas raciais e sociais. A FEI, particular, utiliza o Prouni; a UFABC, federal, segue o programa de reserva de vagas (cotas) para jovens em condições semelhantes à de Jorge.

Antes da faculdade, porém, o sonho dele era outro: ser jogador de futebol – e foi a esse sonho que ele se dedicou dos 13 até os 24 anos, um ano antes de dar início à vida universitária.

•••

No auditório inferior, naquele mesmo 13 de março, o professor Kabengele Munanga acompanhava a audiência pública. No púlpito, era a vez do professor Silvio de Almeida fazer sua fala, contra o Pimesp. Ele cita o professor Kabengele, que não foi consultado na produção do documento, entregue pelo governo de Geraldo Alckmin como alternativa ao sistema de cotas

federais de reserva de vagas. Para Silvio, era uma grave displicência: Kabengele, doutor em Antropologia Social pela USP desde 1977, atua com antropologia das populações afro-brasileiras e com temas como racismo, identidade negra e relações históricas entre África e Brasil. Ele é citado na fala de Silvio e ovacionado. Devagar, levanta-se de sua mesa e ali mesmo acena para as pessoas, que se viram para ele e o aplaudem calorosamente de onde estão. As câmeras que filmavam o evento, da TV do local, aproximaram-se do professor. "Este homem sequer foi perguntado sobre o que pensava desse projeto, que prevê colocar estudantes negros dentro das universidades. Ele, autoridade no assunto, sequer foi ouvido, sequer deu sua contribuição. A minha dúvida é: quem, afinal, foi consultado na hora de se criar esse projeto?", diz Silvio, ao microfone.

Silvio de Almeida é advogado, bacharel em Filosofia e professor do curso de Direito da Universidade São Judas Tadeu, além de ser presidente do Instituto Luiz Gama, que se dedica a realizar, entre outros, trabalhos de assessoria jurídica e formulação de projetos de cultura, especialmente nas questões sobre negros, minoriais, causas populares e direitos humanos.

O Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp) é um projeto do governo do Estado de São Paulo anunciado em dezembro de 2012 e que prevê reservar 50% das vagas nas universidades sob tutela do estado a estudantes da rede pública de ensino, até 2016. O projeto foi anunciado no mesmo mês em que o Congresso Nacional aprovou uma lei que impõe reserva do mesmo percentual de vagas, também até 2016, a estudantes de escolas públicas em todas as universidades federais. O projeto foi sancionado no mesmo mês pela presidente Dilma Rousseff e, agora, as federais têm quatro anos para implantar o sistema. Dentro das cotas por motivos econômicos, estão as cotas raciais, reserva de vagas para autodeclarados negros, pardos e indígenas. Nas universidades federais, segundo dados também de dezembro de 2012, antes da sanção presidencial, eram ações individuais das instituições que estipulavam algum sistema afirmativo; à época, 19% ado-

tavam cotas – das 62 universidades federais do país, 30 não tinham cota alguma.

O Pimesp, porém, realiza uma mudança no método de inserção dos alunos: eles deverão se inscrever com a nota do Enem ou do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), entre os quais serão selecionados os mais bem avaliados. Em seguida, esse grupo será chamado para um curso de dois anos, o "college". Se o estudante concluir o "college" com um desempenho bom, ele poderá entrar diretamente no curso desejado; do contrário, segundo o projeto, já terá obtido preparo para o mercado de trabalho – há disciplinas mais aproximadas de cursos profissionalizantes, como "liderança e trabalho em equipe" e "profissionalização, inovação e empreendedorismo". Na Universidade de São Paulo (USP), em 2012, aproximadamente 29% dos calouros tinham sido estudantes da rede pública; cerca de 70% dos 10.952 calouros do vestibular daquele ano eram egressos de colégios particulares, com renda familiar mensal superior a sete salários mínimos e brancos, segundo dados da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest).

A principal justificativa para a adoção do modelo "college" é que o estudante de escola pública tem um preparo inferior ao dos estudantes que não adotam quaisquer políticas afirmativas e que são majoritariamente de colégios particulares. Por isso, o desempenho desses cotistas dentro da universidade seria prejudicado caso eles fossem apenas inseridos ali por meio de modelos como as cotas federais, que apenas reservam as vagas e selecionam os estudantes com base no vestibular.

O projeto de lei 321 de 2012, redigido pelo professor Silvio de Almeida e que foi apresentado à Alesp, atribui às instituições que adotem cotas a responsabilidade de "instituir medidas que facilitem a integração acadêmica dos estudantes beneficiados" pelo programa. Conforme comenta, o professor esfrega as mãos, tira os óculos, esfrega os olhos, sorri, esfrega as mãos novamente, sorri novamente. "É óbvio que não adianta só colocar dentro da universidade", começa, recostando-se na

poltrona. Estamos no Instituto Luiz Gama, um escritório pequeno de um prédio antigo na Praça da República, centro de São Paulo, ao lado do Edifício Copan. “O problema é que eles não querem deixar as pessoas sequer entrarem. É preciso que elas tenham essa oportunidade e então teremos sim que cuidar da permanência delas lá dentro”.

Algumas estatísticas seguem esse mesmo raciocínio. No caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), uma das pioneiras na adoção do sistema de cotas e que hoje reserva 45% das vagas para cotistas (20% para negros, 20% para concluintes do ensino público e os restantes 5% para minorias étnicas e deficientes físicos), existe um atraso maior nesse grupo nos primeiros momentos da faculdade, até que os estudantes consigam de fato se igualar aos demais estudantes não-cotistas, além da nota de corte para alguns cursos de exatas, que tiveram redução. Por outro lado, a taxa de evasão dos cursos é de 20% entre os alunos cotistas, inferior em relação aos 33% de alunos não-cotistas que abandonam cursos. O tempo de permanência dos dois grupos na universidade é o mesmo. Os dados são de pesquisa realizada pelo Instituto de Matemática e Estatística da Uerj.

O assunto das cotas voltou com mais força às pautas e discussões após o anúncio do governo feito no final de 2012 de que, até 2016, 50% das vagas nas universidades públicas federais serão reservadas a cotistas, com mistura de critérios raciais e sociais. A reflexão sobre qual o nível de persistência de alunos cotistas nas universidades e quais as consequências da adoção desse modelo, porém, não é algo novo. Uma pesquisa produzida por Jacques Velloso e Claudete Batista Cardoso pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) analisou a evasão entre alunos cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília (UnB), que iniciou a implatanção dos sistema de cotas em 2004. No estudo, eles destacam a importância de levar em conta a mobilidade estudantil, ou seja, a opção do estudante de deixar um curso pela escolha de outro onde tenha sido aprovado – o que não é, segundo a pesquisa, um índice que

deveria ser contado nas medições de evasão por ser diferente do conceito de abandono de curso.

O estudo, que havia sido feito no intervalo entre 2004 e 2005, já constatava que a evasão entre cotistas era inferior aos não-cotistas, especulando a probabilidade de que os dados "refletem um maior empenho nos estudos por parte dos que ingressam pela reserva de vagas". Na época, com tempo de observação de pesquisa de um ano e meio, em 2004, a evasão universal era de 6,5%; a dos cotistas, 4,5%. Quando o tempo de observação foi ampliado para dois anos e meio, as taxas subiram para os dois grupos, mas permaneceram proporcionalmente menores entre os cotistas: 10,4% contra 11,8%. No ano seguinte, a discrepância aumentou, com favorecimento dos cotistas: a evasão no grupo foi de 5,8%, enquanto na avaliação universal (estudantes selecionados sem auxílio de quaisquer políticas afirmativas) foi de 10,7%. A mobilidade dos estudantes permaneceu em faixas semelhantes em todos os períodos observados.

A pesquisa também constatou que, nesse grupo, os fatores que levavam ao abandono do curso superior era a situação de trabalho em que o estudante se encontrava no momento da inscrição no vestibular, com maior evasão nos grupos de estudantes que também trabalhavam, e a dúvida no momento da escolha do curso. "A evasão deve ser discutida com base em dados e, se estiver ocorrendo, é necessário que eles, os dirigentes das universidades, pensem políticas para evitar a evasão. Esse raciocínio poderia considerar inclusive não-cotistas. A política de cotas não é para saber se o negro ou um aluno de baixa renda pode ficar lá, não é para testar o sujeito, é para mantê-lo lá. Se existe evasão, se existe um rendimento menos significativo, isso não é argumento contra as cotas. É o contrário. Se existem [esses problemas], temos que pensar como fazer para reverter o quadro".

Como o professor Silvio fez sua fala na Alesp após o reitor da Unesp, ele apontou brevemente a questão do oferecimento de apoio ao estudante cotista com ele já dentro da universidade e

não após uma espera de dois anos nos “colleges”, que ele chamou de “sub-universidade”.

Mais recentemente, porém, em abril de 2013, uma pesquisa trouxe novas avaliações sobre o uso de políticas afirmativas. Fábio Waltenberg e Márcia de Carvalho, pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), analisaram o desempenho de 160.704 universitários por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2008. O estudo constatou que a adoção de políticas afirmativas foram bem-sucedidas no objetivo de trazer maior diversidade às universidades. Essa tendência, porém, diminui quanto mais prestígio social os cursos têm (como Medicina e Engenharia, vistos como cursos de elite), por razões que o estudo não conseguiu explicar apenas com os dados coletados. Mais que isso: os cotistas, de fato, possuem um desempenho inferior ao dos estudantes que não adotam nenhuma política afirmativa. Os pesquisadores destacaram, no estudo, que as diferenças percentuais não são catastróficas como previam os críticos mais duros da adoção de cotas nas universidades, mas elas existem e estão em torno de 9% entre os dois grupos nas universidades federais; nas instituições estaduais de ensino superior, a diferença é de 10%. As carreiras da área de exatas são as que mais possuem discrepância. Nas universidades particulares, a diferença entre o desempenho dos beneficiários das políticas afirmativas e dos formandos regulares não é significativa. Os pesquisadores concluem, no estudo, que o hiato entre o desempenho dos estudantes é um “preço relativamente modesto pago pela sociedade” em prol da diversificação e equalização das oportunidades.

•••

Jorge conheceu o futebol com sete anos. Fazer faculdade nunca esteve entre suas prioridades, ao menos não enquanto o futebol ocupou espaço na vida dele. “Eu sempre joguei futebol, eu nunca quis fazer universidade. Eu falo isso e todo mundo fica meio impressionado, mas é verdade. [O futebol] é a alma da minha vida até hoje”.

Aos dez anos, ele já saía sozinho de casa para se dedicar à carreira. Estudou até a oitava série (atual nono ano) em São Paulo, onde a família sempre viveu. O primeiro ano do ensino médio, porém, fez em Bragança, interior paulistano; o segundo ano, no estado do Paraná; o terceiro, em Goiânia, capital goiana. A reviravolta aconteceu por volta dos 23 anos, quando machucou o joelho e quando o pai foi hospitalizado.

Jorge já tinha um pré-contrato assinado, por cinco anos, mas os quase um ano em que o pai ficou hospitalizado e os cuidados de que necessitou fizeram-no escolher entre a família e o futebol – para um menino que, desde os treze anos, já recebia um salário e que, desde os 17, já era profissional, um ano afastado dos campos significava muito. Na época, ele já tinha uma viagem marcada para a Turquia. Mais tarde, negaria um convite para jogar a série B do Campeonato Brasileiro. "Nunca vi meu pai doente. Do dia para a noite, você ver seu pai com dor, ter que carregar seu pai no colo para o hospital e, no outro dia, o médico dizer para você que, se ele não for operado, ele vai ficar em cadeira de rodas para o resto da vida, não tem como você chegar e largar tudo porque você tem uma viagem marcada. Não tem. Foi um ano muito difícil".

Jorge terminou o ensino médio aos 18 anos e nunca foi reprovado. Apesar do futebol, o gosto pela escola e a sensação de responsabilidade em relação a ela o levou a terminar os estudos sem maiores problemas. Com 24 anos, foi o momento de recomeçar a vida de onde ele havia parado: da escola. "Eu pensei em recomeçar a estudar. Daí, eu pensei: como eu ia fazer isso, com 24 anos? Trabalhar de quê? De nada, né? O pessoal olhava a carteira [profissional]: jogador profissional. É, 'coisa de vagabundo', diziam. 'Trabalhou de quê?', eles perguntavam. 'Jogador profissional', eu respondia. Daí continuavam insistindo: 'mas fazia o quê?'. Jogar futebol não era trabalhar na cabeça deles, sabe?".

Na procura, conseguiu um trabalho em um supermercado próximo de casa, de domingo a domingo. Com o dinheiro, pagava um cursinho comunitário preparatório para vestibular

que, mesmo sendo mais acessível financeiramente, custava-lhe uma mensalidade de aproximadamente R$ 100. “Fiz um ano de cursinho e não passei em nada no primeiro ano. A escola, o cursinho, a faculdade, são coisas diferentes, totalmente diferentes, e que não se comunicam. O cursinho te dá algumas receitas do que fazer para passar no vestibular e depois você apaga tudo aquilo da sua vida”.

A reprovação levou Jorge a ficar mais um ano trabalhando no supermercado para pagar, novamente, as mensalidades do cursinho. Dessa vez, porém, conseguiu uma bolsa na rede particular de cursinhos Etapa. Por mais um ano, a vida era dividida entre os estudos e o trabalho. Jorge acordava às 5h da manhã todos os dias para entrar às 6h no supermercado; às 14h, estava liberado e seguia, então, para o Centro Cultural de São Paulo, na Rua Vergueiro, em São Paulo, onde estudava e fazia os exercícios propostos nas apostilas até 18h30; às 19h, estava no cursinho, que ficava próximo da região e, portanto, não exigia condução; ali, ficava até 23h. Em casa, chegava às 00h30. Nos sábados, usava a folga para passar mais tempo no Etapa, nas aulas de reforço.

No fim daquele ano, chegou a ser aprovado pelo Prouni em uma das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec), mas não quis dar início. O motivo: depois daquele um ano de esforço, ele queria esperar a oportunidade de estudar engenharia, que passou a ocupar o lugar do sonho de ser jogador de futebol profissional. “Era muito esforço para não conseguir o que eu queria”.

•••

Silvio de Almeida tem na própria família um jogador de futebol: seu pai, Lourival de Almeida Filho, o goleiro Barbosinha. O apelido veio em homenagem ao primeiro goleiro negro dos anos 50, o Barbosa. O professor, porém, nunca pensou no futebol como carreira. “Eu tenho pessoas que estudaram na minha família e elas foram fundamentais para mim: a minha tia, que se

formou na São Francisco [faculdade de Direito da USP], a minha madrinha, que fez Pedagogia. Eu sempre tive como certo que eu ia fazer faculdade. Para mim, era natural. Era um absurdo alguém pensar que eu não faria faculdade, eu sempre soube que faria, de alguma forma".

O professor reconhece, porém, que era um privilegiado. A formação dele em Direito foi feita na Universidade Presbiteriana Mackenzie; na sala, ele teve apenas um colega negro, que não se formou. "Acho que toda a dor da condição de ser negro no Brasil também passa pela experiência pessoal. Você só se torna consciente a partir do momento em que você se sente inserido num processo de luta, num processo de resgate da sua dignidade, que não é só sua, mas de outros que não tiveram a mesma condição de você".

Silvio sempre estudou em bons colégios, públicos ou privados com bolsa, e sempre depositou uma dedicação quase que exclusiva nos estudos. Com uma família que lhe dava apoio para continuar estudando muito e sempre e com familiares que puderam compartilhar com ele a experiência da educação, ele tinha um ambiente tranquilo para se dedicar a isso. Ainda assim, o sentimento de deslocamento em relação aos ambientes que ele frequentava, oriundo especialmente do fato de ser negro, ele não perdeu. "Eu sempre tive uma vida que me deu pelo menos as mínimas condições para correr atrás dos meus sonhos e ainda assim eu me sentia deslocado. É um 'sentir-se deslocado' permanentemente: eu estou falando da minha condição e da condição de algumas pessoas, que são poucas e que conseguem chegar aonde cheguei. A maioria dos negros no Brasil sequer tem a possibilidade de sonhar com isso".

No dia da sua formatura, Silvio se recorda de receber cumprimentos e felicitações de pessoas que ele não conhecia, pais ou convidados de outros colegas que o abraçavam e o parabenizavam por ter se formado. "Isso é engraçado: as pessoas que não me conheciam, cumprimentando, falando comigo, porque, bom... Eu era o único negro ali e acredito que isso causava paradoxalmente a admiração das pessoas. Se eu cheguei ali é

porque eu deveria ser muito especial, o que não é verdade. A verdade é que nenhum de nós é especial. O que acontece é que algumas pessoas são tratadas muito mal e eu tive sorte, o acaso de não ser tratado mal e conseguir fazer certas coisas que a maioria dos meus pares não pôde fazer. Se pudessem, estariam ali comigo naquele dia".

Por esses motivos, Silvio decidiu se dedicar às questões racial e social, relacionando-as a dimensões políticas, econômicas e da área do Direito. Nessa toada, decidiu atuar na Frente Estadual Pró-Cotas na tentativa de aplicar algumas dessas perspectivas na educação superior brasileira.

Entre as perspectivas está a questão da justiça retributiva e distributiva, que vê toda a população como colaboradora na criação das universidades públicas, que são, portanto, fruto de um trabalho social. Desse modo, a partilha do trabalho social deve ser feita de modo igualitário entre todos os que contribuem para aquilo, sem exceções. Há também a perspectiva das práticas restauradoras, onde as políticas afirmativas seriam uma forma de reparação dos anos de escravidão a que a população negra no Brasil foi submetida e que provocou uma subtalternização dessa população, colocando-as em estratos sociais menos favorecidos.

A perspectiva, porém, que o professor acredita demandar mais discussão é a política afirmativa como finalidade em si mesma. "Obviamente que as cotas não podem ser a finalidade de luta de um movimento social e obviamente que isso não anula a necessidade de melhoria do ensino público brasileiro. Mas as cotas fazem parte de uma estratégia que se insere na luta contra a desigualdade, a luta contra as injustiças sociais. Quando você coloca uma política de cotas, você está colocando o negro e uma população de baixa renda dentro de um espaço de poder, que é o espaço da universidade. Com isso, você retira a naturalidade e a legitimidade de uma pessoa admitir uma determinada função social apenas refletindo sua condição étnica, social ou em função da sua 'falta de preparo', que não se pode afirmar ter sido uma escolha". Nesse sentido, o professor também critica

o ensino para o trabalho – os cursos profissionalizantes – como vias para essa população, que não recebe estímulos dentro dos ambientes de ensino superior para estudar e acompanhar os demais estudantes, além de conviver com a necessidade de trabalhar, numa situação pouco propícia à dedicação exclusiva ao ensino superior.

Ao inserir o mérito na questão, o professor retoma esses conceitos para admitir que não vê problema na retribuição àqueles de fato se preparam para obter algo, mas que considera necessário inserir essa ideia no contexto sociocultural e político. O professor destaca a forma de ver o mérito de modo que o indivíduo não seja descolado da vida social e, para isso, cita a concepção do neoliberal John Rawls, filósofo-político autor do livro "Teoria da Justiça". Na obra, Rawls aponta a questão da diferenciação e premiação social meritocrática a partir do momento em que isso se reflita em algo positivo para a sociedade como um todo e considerando que as pessoas façam escolhas racionais e morais para lidarem com as consequências dessas mesmas escolhas. Segundo essa ideia, o professor assegura que não é um problema a discriminação, contanto que, dela, toda a sociedade seja beneficiada e não apenas um estrato social que ocupa um espaço de poder e onde outros estratos têm pouca ou nenhuma representatividade. "Falar de mérito é falar primeiramente de igualdade. Para falar de mérito eu preciso partir do pressuposto de que, de alguma maneira, as pessoas partem do mesmo lugar. Qualquer tipo de diferenciação e discriminação é aceitável quando traz vantagem para o todo social. Então, você não pode enxergar o mérito apenas pelo prisma individual, como se tudo que foi conquistado fosse apenas fruto de escolhas pessoais quando na verdade é também fruto de um trabalho social".

Questiono o professor a respeito, então, de ver o mérito de um aluno de colégio particular que também tenha se preparado para o vestibular e que não pode contar com políticas afirmativas. Ele explica que a visão do mérito por esse prisma social e não individual não exclui esse estudante, mas o coloca

em igualdade de competição em relação a seus pares, fazendo o mesmo com o estudante que não obteve a mesma oportunidade. “Não me parece nem um pouco justo chamar de mérito um projeto que se dispõe a prolongar o tempo de formação de um cotista. Pensando que um curso de Direito na USP dura em média cinco anos, o aluno do ‘college’ do Pimesp esperaria no mínimo sete anos para ter direito à formação de nível superior. O cotista também se prepara para entrar lá, a diferença está em com quem ele compete nas provas”.

É da discussão sobre cotas na universidade que deriva a discussão sobre quais meios serão utilizados para garantir amplo acesso da população ao ensino superior. Por isso, a discussão sobre as cotas seria, ela própria e não necessariamente a implantação desse modelo de acesso dos estudantes, uma discussão sobre a garantia de um direito humano e as maneiras de se alcançar isso. O professor cita, para sustentar essa ideia, o artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado em resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. O artigo diz que “Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação” e que, para o reconhecimento deste direito, os signatários devem garantir a obrigatoriedade da educação primária e sua acessibilidade a toda sociedade, a acessibilidade da educação secundária, técnica e profissional também para todos e com a implantação progressiva da gratuidade desse sistema e, finalmente, a acessibilidade de todos ao ensino superior, com base na capacidade de cada pessoa, mas também “por todos os meios” que tornem apropriado o meio de acesso, especialmente pela gratuidade e pela concedência de bolsas de estudo.

Uma das principais questões da adoção de cotas que advém de tudo isso é também a sua permanência. Sendo ela, assim como as demais políticas afirmativas, uma ação que busca aumentar a presença de grupos desfavorecidos no ensino superior brasileiro, seria possível pensar o momento em que

essa presença estaria socialmente equilibrada. A questão que fica é: quando, então, deixar de adotar essas políticas? E, mais ainda, como ficarão as gerações seguintes que não puderem contar com essas políticas? O professor é categórico também ao analisar a questão e mede que a manutenção dessas práticas é a prova que não pudemos resolver a questão de modo definitivo. “Se nós tivermos que manter as cotas por 50 anos, por exemplo, então significa que, por 50 anos, mantivemos a exclusão de um determinado grupo da sociedade, deixamos esse grupo à margem da educação. Neste caso, elas [políticas afirmativas] continuam sendo necessárias, porque nós não mudamos a realidade”.

•••

Jorge não é apenas professor, mas também coordenador do cursinho popular da rede Emancipa no Capão Redondo. Este é o quarto ano que a rede funciona ali. Uma escola pública da região, a EMEF Teresinha Mota Figueiredo, sede o espaço aos sábados para que os estudantes possam ter as aulas. Naquele dia, conheço Jeniffer Cristina Sales. Fazendo gestos em alusão à saudação militar, ela conta a respeito do sonho: entrar no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Animada, mexendo os braços rapidamente, conta também sobre a organização das chapas para a votação do Grêmio Estudantil do colégio onde estuda, ali perto. Jorge a abraça: “Essa é a nossa promessa aqui, ela vai entrar lá [no ITA]”.

Os cursinhos da rede são gratuitos, organizados para atender aos estudantes que não têm condições financeiras de arcar com cursinhos pré-vestibular tradicionais, seja com a mensalidade, seja com deslocamento até o ambiente de estudo, seja com material. A chegada de Jorge ao Emancipa se deu por meio de Luciene, irmã da coordenadora da rede, Cibele. Jorge e ela se conheceram no cursinho particular. Ela o ajudava em química, porque já tinha um curso técnico na área; ele a ajudava em física, pois, como estudante de engenharia que gostaria de ser, era a disciplina para a qual mais se preparava.

Luciene conseguiu ser aprovada, após o cursinho, na Universidade de São Paulo. Esta foi a époica em que Jorge foi aprovado para um curso de engenharia na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI).

Ele fez amigos na primeira faculdade em que entrou, amigos que ele encontra até hoje e que de fato fazem parte da sua vida. Ao mesmo tempo, ele não esconde que, lá, enfrentou alguns problemas em função da sua condição econômica e social. "A faculdade tinha um clima meio pesado, estranho. Eu me sentia meio deslocado, mas não só por ser negro – que eu acho que só tinha eu e mais uma pessoa [negra na sala] – mas também por ser prounista. É como se você não se sentisse à vontade".

Pergunto a ele se esse sentimento não deveria ser algo mais pessoal ao invés de real, uma sensação despertada pelo estigma de ser negro e prounista, mas que não necessariamente seria um estigma impugnado pelas outras pessoas. "Você quer saber se era coisa da minha cabeça?", pergunta. "É assim, a gente ouvia professores fazendo piadas, críticas às pessoas de periferia. Eles faziam uma piada e depois lembravam que tinha na sala alguém naquela condição. Daí tentavam dizer que não era bem assim, tentavam disfarçar. Eles, professores, fazendo isso, eles repassam essas ideias para frente. Eles repassam visões preconceituosas. Então você se sente deslocado e não acho que isso seja por pouca coisa".

Ele também menciona a perspectiva de se formar na faculdade onde estava: nenhum de seus colegas cotistas conseguiu pegar o diploma em cinco anos, tempo do curso, e uma das razões que ele acredita ter pesado para isso é o fato de a qualidade do ensino que eles tiveram ter sido bem inferior aos dos colegas de colégios particulares. "É totalmente diferente o aluno de escola pública quando entra no ensino superior, por várias razões. A fase de transição do ensino médio para o superior é difícil. E quando você chega em uma faculdade com bolsa, onde você já não tem um clima favorável, junta isso com o fato de você não ter nada que te estimule ou te faça ficar lá, acho que complica ainda mais".

Com tudo isso, Jorge chegou ao final do ano de 2010, nova época de provas para os vestibulares anuais. Ele, que já havia passado mais de dois anos estudando em cursinhos e já estava há seis meses em uma faculdade da área de exatas, decidiu prestar novamente. Passou em quatro universidades – uma delas era a UFABC.

"As pessoas são resistentes às cotas, elas não acham que é importante. É o mesmo discurso, você é negro, a outra pessoa é branca e parte-se do princípio que ambos têm as mesmas condições de chegar ao ensino superior. Esse é o discurso dominante, a ideia de que o negro vai tirar uma vaga. Acontece que o cotista se prepara, estuda, como todo mundo e dentro da universidade ele faz provas como todo mundo".

Na faculdade, Jorge se dedica atualmente a um projeto desenvolvido em parceria com a organização sem fins lucrativos Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), que cria projetos de ciência e tecnologia voltados para a sociedade. Os estudantes que participam do projeto desenvolvem estudos e pesquisas, que os aproximam de empresas e ajudam, desse modo, no desenvolvimento pessoal e profissional deles.

•••

No púlpito da Alesp, um dos participantes a favor da adoção de cotas levou uma matéria da Folha de S. Paulo sobre a miscigenação no Brasil, que impossibilitaria uma avaliação certeira da população beneficiada pelas cotas em função de não se terem definidos os critérios raciais no país e porque a própria adoção do critério de raça se confunde em termos genéticos. A reportagem submeteu duas vestibulandas, uma negra e uma branca, a um mapeamento genético, constatando que a moça que se dizia "muito negra" não tinha sequer 10% de genes africanos, enquanto 73% dos seus genes eram europeus; a autodeclarada "muito branca" tinha por volta de 37% de ancestralidade africana e apenas 11% de predominância genética europeia. O mapeamento levou a uma conclusão, reforçada

por alguns geneticistas: boa parte da população no Brasil tem uma consituição genética muito mais complexa do que suas características físicas.

Apesar de reconhecer que a discussão sobre cotas acaba sendo puxada para a questão genética, o professor Silvio diz que a discussão deveria se dar no campo político. A fala se torna ríspida. "A questão é fenotípica, não genotípica. Ninguém pergunta na rua qual é o genótipo de uma pessoa para fazer comentários jocosos sobre a cor da pele dela. As pessoas olham para a pele umas das outras e criam ideias sobre elas. Pronto. Acho que levar a questão para o campo da genética é apelar para um argumento científico na tentativa de deturpar as outras questões que estão envolvidas nessa discussão. Isso me parece bastante desonesto".

Toda a discussão sobre as cotas nas universidades e faculdades parece não ter chegado, porém, a todas as camadas da sociedade interessadas no assunto. Embora a USP não esteja entre as faculdades que adotam o sistema de cotas, o vestibular conta com um sistema de bonificação de nota para estudantes oriundos do ensino público. Se, em 2012, a USP contava com cerca de 29% de vestibulandos egressos do ensino público, no ano anterior eram 28%, um aumento pouco representativo. Aumentando o intervalo de avaliação do quadro, há até mesmo queda das inscrições desses estudantes: em 2004, eram 36%; cinco anos depois, eram 30%, em média. Situação semelhante pode ser vista em outras universidades, como a estadual de Campinas (Unicamp), que tinha, em 2004, cerca de 31% de egressos do ensino médio público. Em outras universidades, o quadro sofreu pouca alteração. A Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, que também adota bonificação, tinha 27,5% de estudantes vindos do ensino médio público em 2008; em 2012, eram 28,1%.

"Aqui no cursinho, alguns estudantes não sabem o que é universidade. Já teve casos de pessoas que, quando sabiam que eu e outros professores estudamos em universidades públicas, federais ou estaduais, perguntavam quanto a gente pagava para

estudar nesses lugares. Algumas coisas não chegam para eles. Eles acabam conhecendo aqui [no cursinho]", conta Jorge.

Estimular a entrada no ensino superior – e no melhor ensino superior para a área escolhida – é a principal instrução dos professores do cursinho do Capão Redondo. "A gente fala para os alunos não escolherem qualquer universidade. A gente fala: você vai escolher onde você quiser estudar. O que você quer estudar? Sociologia? Então vai ver onde é o melhor curso de Sociologia. É lá que você vai entrar, vai atrás do que você quer".

Em alguns casos, a maior alegria, porém, não está em ser aprovado para uma universidade. Para muitos estudantes de baixa renda da região, a própria oportunidade de estudar é reconhecida, entre eles, como algo a ser comemorado. Entre os alunos é comum encontrar pessoas mais velhas, que, como os pais de Jorge, fizeram apenas o ensino fundamental. O resgate do ensino a que essas pessoas não tiveram acesso, para ele, é também uma vitória. "Lembro-me de um caso de um senhor que estudava aqui conosco. Ele tinha 60 anos e só tinha o [ensino] fundamental. Ele estudou no nosso cursinho e fez a prova do Enem e o objetivo dele era conseguir o diploma de formação no ensino médio, que ele não tinha feito". Para ter o diploma de conclusão do ensino médio por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o candidato indica o seu interesse durante o preenchimento da ficha de inscrição para a prova, apontando também em qual instituição de ensino certificadora deseja retirar o seu diploma. Ele precisa obter pelo menos 450 pontos em cada uma das quatro provas entregues na etapa objetiva da avaliação e ao menos 500 pontos na redação, seguindo o modelo atual. "Esse senhor ficou um tempo depois da prova sem falar conosco, sem vir aqui, sem dar notícias. Um dia, ele ligou para um colega nosso, professor daqui. Ele disse que tinha ligado só para nos agradecer porque ele tinha conseguido, finalmente, o diploma do ensino médio. Aquele senhor não queria fazer faculdade, mas o que ele queria, ele tinha conseguido".

ÍNTEGRA

# Declaração Universal dos Direitos Humanos

## Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

## A Assembléia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Diretos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas

as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

**Artigo I**

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

**Artigo II**

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

**Artigo III**

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

**Artigo IV**

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

**Artigo V**

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

**Artigo VI**

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

**Artigo VII**

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

**Artigo VIII**

Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

**Artigo IX**

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

**Artigo X**

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

**Artigo XI**

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

**Artigo XII**

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

**Artigo XIII**

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

**Artigo XIV**

1.Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

**Artigo XV**

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

**Artigo XVI**

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer retrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

**Artigo XVII**

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

**Artigo XVIII**

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

**Artigo XIX**

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

**Artigo XX**

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

**Artigo XXI**

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

**Artigo XXII**

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

**Artigo XXIII**

1.Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

**Artigo XXIV**

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

**Artigo XXV**

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

**Artigo XXVI**

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

**Artigo XXVII**

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

**Artigo XVIII**

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

**Artigo XXIV**

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

**Artigo XXX**

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Fábrica
produções gráficas

**FABRICA PRODUÇÕES GRÁFICAS LTDA - EPP**
fabricandosuasideias.com.br
fabrica@fabricandosuasideias.com.br
facebook.com/FabricaProducoesGraficas
Nextel: 11 7839-4677 | ID: 55*916*617